

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-graduação em Antropologia

Mayara Achilei de Freitas

“EU SINTO MUITA SAUDADE DE MIM”: narrativas críticas sobre maternidades
entre participantes de um grupo virtual de mães

Belo Horizonte

2023

Mayara Achilei de Freitas

“EU SINTO MUITA SAUDADE DE MIM”: narrativas críticas sobre maternidades
entre participantes de um grupo virtual de mães

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Antropologia.

Orientadora: Dr^a Sabrina Deise Finamori

Belo Horizonte

2023

306	Freitas, Mayara Achilei de.
F866e	"Eu sinto muita saudade de mim" [manuscrito] : narrativas críticas sobre maternidades entre participantes de um grupo virtual de mães / Mayara Achilei de Freitas. - 2023.
2023	123 f.
	Orientadora: Sabrina Deise Finamori.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia.
	1. Antropologia – Teses. 2. Maternidade- Teses. 3. Emoções - Teses I. Finamori, Sabrina Deise. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado em Antropologia de Mayara Achilei de Freitas (MATRÍCULA N.º 2020650678)

Aos 10 (dez) dias do mês de fevereiro de 2023 (dois mil e vinte e três), reuniu-se às 08h30min, por videoconferência - Plataforma *GOOGLE MEET*, a Comissão Examinadora para julgar em exame final a Dissertação intitulada: "“Eu sinto muita saudade de mim”": narrativas críticas sobre maternidades entre participantes de um grupo virtual de mães' requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Antropologia, área de concentração: Antropologia - linha de pesquisa: Sistemas Simbólicos, Socialidades e Gênero. A Comissão Examinadora foi composta pelos professores doutores: Sabrina Deise Finamori (PPGAn/UFMG) – Orientadora; Leandro de Oliveira (PPGAn/UFMG) e Alessandra de Andrade Rinaldi (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ). Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Sabrina Deise Finamori, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à mestranda, Mayara Achilei de Freitas, para apresentação da sua Dissertação. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após a arguição dos examinadores, a Comissão se reuniu, sem a presença da mestranda, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora aprovaram a Dissertação por unanimidade e o resultado foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. A banca ressalta a qualidade e a importância acadêmica do trabalho, recomendando a publicação de artigos em revistas qualificadas e a indicação para premiações, como o prêmio Anpocs e as premiações da RBA. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2023.

Membros da Comissão Examinadora:

Profa. Sabrina Deise Finamori – Orientadora

Prof. Leandro de Oliveira

Profa. Alessandra de Andrade Rinaldi



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra de Andrade Rinaldi, Usuária Externa**, em 13/02/2023, às 21:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro de Oliveira, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 13/02/2023, às 22:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sabrina Deise Finamori, Professora do Magistério Superior**, em 14/02/2023, às 07:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2046176** e o código CRC **4C9A75F4**.

Para Lili, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente à Sabrina Finamori por me orientar, compartilhar comigo seus conhecimentos e me dedicar tão generosamente seu tempo, em uma relação de orientação de muito apoio, acolhimento e aprendizados. Sabrina, é uma honra e um privilégio ser sua orientanda, muito obrigada por tudo!

Agradeço à Leandro de Oliveira pelas generosas avaliações e contribuições ao meu trabalho em diversos momentos do percurso. Agradeço também por todo aprendizado propiciado pelas disciplinas que tem conduzido no PPGAN, que foram base importante para minha formação.

Agradeço à Érica Souza pelas contribuições ao meu trabalho e formação nas disciplinas de pesquisa que conduziu no PPGAN e na qualificação do trabalho.

Agradeço a minha turma, colegas, professores e comunidade do PPGAN, pelas oportunidades de aprendizado em conjunto.

Agradeço a UFMG e sua comunidade universitária, da qual me sinto muito honrada em fazer parte, por todas as oportunidades que têm me propiciado e pela defesa da ciência, educação e democracia brasileira.

Agradeço à FAPEMIG pela bolsa de pesquisa concedida, fundamental para meu percurso como mestranda.

Agradeço à Cíntia e Elenice pelas incontáveis palavras de incentivo e apoio.

Agradeço aos meus familiares pelo suporte e pelo carinho na celebração de minhas conquistas. Agradeço especialmente ao meu companheiro Anderson Félix pela partilha de nossas trajetórias e pela defesa ativa dos meus sonhos e projetos.

Agradeço às interlocutoras do trabalho, quem em seus relatos de experiência e reflexões sobre suas maternidades me presentearam com a possibilidade desta dissertação.

Mais tarde, porém, circularam histórias dizendo que Nnu Ego era uma mulher má até na morte porque, embora muitas pessoas lhe suplicassem por fertilidade, ela nunca atendia os pedidos. Pobre Nnu Ego, mesmo na morte não lhe davam paz! Apesar disso, muitos confirmavam que ela dera tudo aos filhos. A alegria de ser mãe era a alegria de dar tudo aos filhos, diziam.

E qual foi a recompensa de Nnu Ego? Por acaso não tivera o maior sepultamento que Ibuza já vira? Oshia precisou de três anos para conseguir pagar todo o dinheiro que pedira emprestado para mostrar ao mundo o bom filho que era. Sendo assim, as pessoas não entendiam por que Nnu Ego não atendia às preces que lhe dirigiam, pois o que mais uma mulher poderia desejar, além de ter filhos que lhes dessem um sepultamento decente?

Nnu Ego recebera tudo isso, e nem assim atendia às preces dos que lhe pediam filhos.

(As alegrias da maternidade- Buchi Emecheta)

*Peitos fartos, filhos fortes
Sonho semeando o mundo real.*

(Vilarejo- Carlinhos Brown, Marisa Monte, Arnaldo Antunes e Pedro Baby)

Resumo

Essa dissertação aborda experiências de maternidades de mulheres participantes de um grupo virtual de mães, centrado no compartilhamento de relatos pessoais em torno das dificuldades sobre maternar. A pesquisa ocorreu por meio de entrevistas remotas realizadas durante a pandemia de covid-19, entre os anos de 2020 e 2021, com cinco participantes do grupo. Nas entrevistas, abordamos a história de maternidade de cada uma dessas mulheres tanto quanto o impacto do grupo virtual em suas experiências. Expondo nas discussões virtuais as suas experiências, as interlocutoras da pesquisa têm produzido discursos de contestação de ideários como o amor materno instintivo e problematizado a organização social das práticas de cuidado centradas em figuras maternas. A partir deste duplo contexto discursivo, esta dissertação analisa a importância do espaço virtual para estas mulheres, bem como investiga um sentido comum das narrativas das interlocutoras, que convergem na contestação de ideários sobre maternidades, por vezes articulando a ideia de *maternidade real* ou de *desromantizar a maternidade*. Refletindo sobre estas experiências plurais, este trabalho investigou também a articulação de questões como a maternidade compulsória, a organização de práticas de cuidado, os impactos do nascimento dos filhos na vida das interlocutoras, a relação entre cuidado e o curso de vida e discursos emocionais das interlocutoras sobre suas experiências de maternidade. Diante deste cenário, esta dissertação propõe que as redes virtuais propiciam um espaço fértil para a reflexão e significação coletiva sobre maternidades. A produção de narrativas críticas sobre maternidades tem o potencial de atualizar convenções sobre relações de parentesco e sobre a organização de práticas de cuidado, bem como congregam e possibilitam agências diante de normatividades sobre maternidades. O compartilhamento nas redes de narrativas pessoais de dificuldades tem tornado possível também, para as interlocutoras, ressignificar sentimentos como amor, solidão e culpa.

Palavras-chave: Maternidades; Redes virtuais; Desromantização; Cuidado; Emoções.

Abstract

This dissertation approaches motherhood experiences of women participating in a virtual group of mothers, centered on the sharing of personal reports around the difficulties of mothering. The research took place through remote interviews carried out during the covid-19 pandemic, between the years 2020 and 2021, with five participants in the group. In the interviews, we addressed the motherhood history of each of these women as well as the impact of the virtual group on their experiences. Exposing their experiences in virtual discussions, the research interlocutors have produced discourses contesting ideas such as instinctive maternal love and problematizing the social organization of care practices centered on maternal figures. From this double discursive context, this dissertation analyzes the importance of the virtual space for these women, as well as investigates a common sense of the interlocutors' narratives, which converge in contesting ideas about motherhood, sometimes articulating the idea of real motherhood or of de-romanticizing motherhood. Reflecting on these plural experiences, this work also investigated the articulation of issues such as compulsory motherhood, the organization of care practices, the impacts of the birth of children on the lives of the interlocutors, the relationship between care and the course of life and emotional speeches of the interlocutors about their experiences of motherhood. Given this scenario, this dissertation proposes that virtual networks provide a fertile space for reflection and collective meaning about maternity. The production of critical narratives about maternity has the potential to update conventions on kinship relationships and on the organization of care practices, as well as congregate and enable agencies in the face of normativities about maternity. Sharing personal narratives of difficulties on networks has also made it possible for the interlocutors to re-signify feelings such as love, loneliness and guilt.

Keywords: Motherhood; Virtual Networks; De-romanticizing; Care; Emotions.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 MÃES NAS REDES: MATERNIDADES REAIS E PLURAIS EM PAUTA	19
2.1 Mães nas redes.....	19
2.2 Maternidades reais em pauta.....	32
2.3 Maternidades plurais.....	42
3 O QUE FAZ UMA MÃE?	51
3.1 “Eu fiz tudo como manda o figurino”.....	51
3.2 “Isso é um trabalho que eu tenho que trabalhar 24h por dia”: práticas de cuidado....	62
4 TURBILHÃO DE EMOÇÕES ENTRE MÃES NAS REDES	89
4.1 O amor não vinha: discursos emocionais e trabalho emocional entre as interlocutoras.....	89
4.2 “Eu sinto muita saudade de mim”	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
BIBLIOGRAFIA	117

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa versa sobre maternidades e se constitui no estabelecimento da interlocução com mulheres participantes de um grupo virtual em uma rede social, centrado no compartilhamento de experiências pessoais em torno das dificuldades sobre maternar e de narrativas críticas sobre maternidades. Meu objetivo geral, neste contexto, é analisar normatividades sobre maternidades, que perpassam por expectativas em relação ao *amor materno*¹ e às práticas de cuidado, a partir dos relatos das interlocutoras da pesquisa sobre suas experiências de maternidade. Penso que analisar esta temática é fundamental para avançar a compreensão antropológica sobre famílias e a constituição de relacionalidades, dada a força social das noções de vínculo maternal, maternidade compulsória (RICH, 1986; BADINTER, 1994) e a importância social do trabalho de cuidado (HIRATA, 2014).

O grupo virtual que congrega o conjunto de interlocutoras da pesquisa é centrado no compartilhamento de relatos sobre experiências maternas, com o tom de desabafo. Nesse sentido, os relatos analisados envolvem principalmente experiências maternas que remetem a dissabores e sofrimentos. Este campo discursivo está relacionado a um momento histórico e social contemporâneo no qual estas narrativas têm ganhado mais visibilidade no debate público, em especial pela sua difusão em ambientes virtuais, que têm se caracterizando como um importante locus de ativismo materno e feminista (PULHEZ, 2015). Estes relatos de dissabores e sofrimentos permitem também a identificação e a problematização de desigualdades sociais que são organizadas via gênero e suas intersecções com raça e classe, por exemplo.

Meu contato inicial com o grupo ocorreu há cerca de seis anos (em 2017), a partir da minha busca pessoal por um espaço onde eu pudesse encontrar reflexões sobre aspectos que eu considerava desagradáveis em relação a experiências maternas, isto é, aspectos que contrariam discursos e ideais de plena felicidade e realização ligados a experiências maternas. Não se tratavam de motivações acadêmicas naquele momento, mas sim uma busca pessoal por um espaço de acolhimento e por encontrar outras pessoas que também estivessem enfrentando,

¹ Termos e expressões êmicas serão marcadas em itálico ao longo da dissertação.

assim como eu, dificuldades e experiências desafiadoras em relação à maternidade. Participo do grupo há cerca de seis anos como observadora e leitora, isto é, em geral não realizei postagens ou comentários durante minha participação, com exceção do convite realizado para a participação voluntária na minha pesquisa. O acesso ao grupo ocorre a partir da aprovação da participação por uma moderadora, e o grupo pode ser encontrado por qualquer pessoa que pesquise os termos chave que o nomeiam na rede social que o abriga².

Eu não sentia que havia espaço ou boa receptividade para compartilhar estas dificuldades no meu círculo de convivência, em especial com familiares, inclusive por temer que podia haver uma inadequação ou um erro da minha parte por estar vivenciando coisas muito desagradáveis em minha maternidade. Encontrei no grupo o que eu buscava, e ver experiências similares às minhas me instigou a perceber que não havia um “erro” em mim e a refletir sobre questões sociais amplas que perpassam a minha experiência específica e a de outras mulheres. Este contato se desenvolveu ao mesmo tempo que se deu minha aproximação com os estudos de gênero, o que me instigou a tornar a temática da maternidade também um objeto de reflexão em meus estudos acadêmicos. Ver no grupo virtual de mães discursos tão distintos daqueles que eu acompanhava sendo propagados na mídia ou por outras pessoas do meu círculo familiar me instigou a pensar o porquê de narrativas de dificuldades e dissabores com maternidades me parecerem em grande medida invisibilizadas socialmente.

Nesse sentido, as discussões sobre *romantização* e *desromantização da maternidade* e *maternidade real*, acadêmicas e não acadêmicas, foram a porta de entrada para minha pesquisa sobre maternidade. Ler o clássico trabalho de Badinter (1985) questionando concepções do amor materno como algo instintivo e historicizando a popularização de um ideal nesse sentido, conhecer discussões feministas sobre maternidades, em suas diversas “ondas” (SCAVONE, 2001), bem como o empenho em leituras sobre parentesco e suas reformulações (por exemplo CARSTEN, 2014; FINAMORI, FERREIRA, 2018; FONSECA, 2003; SCHNEIDER, 2016; WEBER; 2006) no campo da Antropologia me mostraram o histórico intenso de debates sobre a temática que eu iniciava a investigar. Bem como as leituras

² Não nomeei o grupo virtual visando preservar seu anonimato e o das participantes. Destaco que embora o grupo seja um agregador da seleção de interlocutoras da pesquisa, ele não é em si o centro de análise desenvolvida nesta dissertação.

sobre interseccionalidade e marcadores sociais da diferença (por exemplo CRENSHAW, 2002; DÍAZ BENÍTEZ, 2020; GONZALEZ, 1984, COLLINS, 2019; BRITES, 2007) me chamaram a atenção para a importância de não perder de vista a pluralidade de experiências e narrativas sobre maternidades, em oposição à uma compreensão essencializada sobre “ser mãe”.

Estes debates e minha experiência como leitora do grupo virtual me instigaram a discutir, em especial, sobre normatividades relativas ao exercício de maternidades, com destaque ao *amor materno* e às práticas de cuidados. Algumas destas prescrições identificadas no meu campo de pesquisa, bem como na literatura sobre o assunto, são: a *maternidade compulsória*, a falta de acesso a direitos sexuais e reprodutivos que garantam a livre escolha sobre concepção e contracepção, a responsabilização de mulheres pelas atividades de cuidado que envolvem a criação de filhos, as concepções de filhos como *bênção* e fonte de felicidade, por exemplo, em uma idealização romantizada e essencializante sobre “ser mãe”, bem como o ideal de que as mães devem amar seus filhos.

Assim, analiso estes ideários e a constituição de agências diante destas normatividades sobre maternidades, bem como investigo quais são os sentidos que minhas interlocutoras atribuem às suas maternidades em suas trajetórias. Para isso, e considerando o caráter privado das discussões que ocorrem no grupo virtual, busquei interlocutoras que se dispusessem a participar da pesquisa por meio de entrevistas. Realizei um convite no grupo virtual apresentando minha pesquisa e a partir desse convite estabeleci uma interlocução com cinco participantes do grupo. Esta interlocução foi balizada pelo contexto pandêmico, iniciado em 2020, no qual tanto eu quanto as interlocutoras do trabalho nos reinventávamos em nossas atividades profissionais e pessoais, diante da situação de isolamento social e das excepcionalidades implicadas pela pandemia³. A emergência sanitária aprofundou desigualdades sociais, que se traduziram no cotidiano de muitas mães como o aumento da sobrecarga de trabalho doméstico, perda do emprego formal, abandono de projetos pessoais e situações extremas envolvendo fome, insegurança alimentar, perda da moradia e outros direitos sociais. Assim, é fundamental ter em vista a

³ A emergência sanitária mundial devido ao covid-19 (coronavírus) foi classificada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de janeiro de 2020. Em janeiro de 2023, a soma de vidas perdidas já havia passado de seis milhões de pessoas. Desse número, mais de 696 mil mortes ocorreram no Brasil. Diante da letalidade do vírus, períodos de isolamento social foram impostos no Brasil e outros países, além de cuidados centrados no uso de máscaras faciais de proteção e higienização das mãos e superfícies.

excepcionalidade da situação social no qual a interlocução com as participantes deste trabalho foi estabelecida.

Inicialmente, ao contactar as interlocutoras, propus que as conversas ocorressem pelo meio escolhido por elas, o que resultou, inicialmente, no contato com duas mulheres: uma delas preferiu conversar por áudios do Whatsapp, e outra pela troca de mensagens de texto. Observando a pouca progressão nos diálogos e o pouco engajamento das interlocutoras nesse contexto, busquei interlocutoras dispostas a conversar por chamada de vídeo síncrona, o que levou a encontros longos, nos quais foi possível adentrar diversos assuntos e estabelecer uma relação que avalio como mais próxima do que nas mensagens assíncronas de áudio e texto.

Conversar em uma chamada síncrona foi, de certo modo, participar da rotina das interlocutoras, que enquanto conversavam comigo, também cuidavam de seus filhos e de suas casas. “Espera aí que ele fez xixi e precisa de ajuda pra se secar”. “Só um minuto, que ele está com sede”. “Olha a minha filha, que linda!”. “Só um segundo que vou liberar na portaria porque minha filha vai sair”. “vou tomar um café, tá servida?!” Estas são algumas frases que ouvi no contexto destas interações e que expressam essa minha participação à distância em alguns momentos dos cotidianos das interlocutoras. Nossos encontros, entremeados às suas atividades de cuidado, me possibilitaram adentrar, ainda que à distância, em alguns de seus momentos cotidianos.

Através da plataforma Google Meet, estabeleci interlocução com três mulheres participantes do grupo. A partir do contato com a mensagem postada no grupo, reforcei o convite por mensagens individualizadas a algumas participantes, do que obtive, além dos aceites, a negativa considerando indisponibilidade de agenda para uma conversa por vídeo de uma pessoa, ao passo em que a participação via questionário seria possível (opção mencionada pela participante do grupo) e uma negativa considerando a preocupação com a quebra de anonimato, isto é, a participante do grupo se dispôs a conversar comigo, mas não a disponibilizar os dados para a pesquisa. Recebi outras manifestações de aceite no grupo após encerrar o período de pesquisa de campo. Iniciando a apresentação das interlocutoras, destacarei detalhadamente como ocorreram estas interações. Ressalto que todos os nomes aqui mencionados são fictícios, visando preservar a identidade das interlocutoras.

Meu primeiro contato foi com Jéssica, mãe de uma criança de 2 anos de idade à época de nossas conversas. Jéssica se identifica como uma mulher cisgênero e heterossexual, de 23 anos, que não possui religião, moradora do estado São Paulo e que se tornou mãe no contexto de uma gravidez não planejada. Conversei com Jéssica através de áudios e mensagens de textos assíncronas, nas quais ela centralizou sua frustração por uma maternidade não desejada e os incentivos de sua mãe e sogra para que ela se alegrasse com a gestação e, posteriormente, com o convívio e cuidados com a filha.

Através de mensagens de texto, conversei também com Carol, que me escrevia através de um perfil anônimo em uma rede social. Carol também teve seu filho a partir de uma gestação não desejada, e assumia o cuidado com sua filha de modo integral, não possuindo rede de apoio. À época de nossas conversas, a filha de Carol tinha 10 meses de idade. Carol se identifica como uma mulher cisgênero, heterossexual, branca, que “acredita em Deus”, de 20 anos, moradora do estado de São Paulo. Carol me confidenciou estar enfrentando situações delicadas em relação à sua saúde mental e dificuldades em conseguir acompanhamento profissional. Com sua anuência, busquei me informar sobre algumas possibilidades de atendimentos públicos e gratuitos que porventura pudessem ser acessados por ela. Diante da complexidade das questões trazidas por Carol, que iam além do escopo da pesquisa e meu campo de trabalho, envolvendo questões de saúde mental, e da não progressão de nosso contato, seu relato aparecerá em menor medida na construção das análises aqui empreendidas.

O primeiro contato estabelecido através das chamadas de vídeo foi com Lívia, que se identifica como mulher cisgênero, bissexual, parda, de 31 anos, umbandista. O filho de Lívia tinha 1 ano e 10 meses à época de nossa conversa, com quem ela vivia no estado de São Paulo, sendo mãe solo. Ela me relatou questões de sua rotina como mãe, alguns aspectos do cuidado com seu filho, que possui diabetes desde que nasceu, e algumas de suas perspectivas sobre sua maternidade. Como a história de sua maternidade, desejada e planejada, envolvia muitas dores, Lívia optou por não conversar novamente comigo através de uma chamada de vídeo. Quando busquei retornar o contato com Lívia, ela me contou estar em uma “ótima fase em sua vida” e que não fazia sentido para ela rememorar, naquele momento, as situações de dificuldade que enfrentou em outros momentos de sua maternidade. O que poderia também, segundo ela, lhe gerar dificuldades no cuidado com sua saúde

mental. Lívia me agradeceu pela oportunidade de conversarmos e reforçou sua autorização para que eu pudesse trabalhar com as informações de nossa conversa realizada anteriormente, através do Google Meet.

Através do Google Meet, pude estabelecer interlocução também com Maria, que se identificava como mulher cisgênero, heterossexual, branca, de 31 anos, de criação espiritista, mas não praticante, moradora do estado de Goiás. O filho de Maria tinha 3 anos e 9 meses de idade à época da nossa primeira conversa, em 2021. Com Maria tive dois longos encontros através de chamadas de vídeo, nas quais ela me contou sobre sua maternidade e história de vida.

Com Suzana, pude conversar também através do Google Meet. Suzana que se identifica como mulher cisgênero, heterossexual, morena/parda, de 43 anos, satanista, moradora do estado de Santa Catarina. Mãe de três filhos, com as idades: 23, 12 e 9 à época da nossa conversa. Conversar com Suzana, que diferentemente das demais interlocutoras, tem mais de um filho e com idades além da primeira infância, trouxe questões instigantes acerca do marcador geracional para as análises, bem como um olhar para fases distintas do trabalho de cuidado com os filhos que ela tem vivenciado, perpassando a infância, adolescência e idade adulta.

Destaco que as classificações raciais aqui mencionadas, nesta breve apresentação, foram atribuídas pelas participantes da pesquisa, quando perguntadas sobre suas auto identificações étnico-raciais, bem como as demais informações aqui apresentadas inicialmente. Estas questões foram feitas no início das entrevistas e são representativas do momento do diálogo, isto é, as idades das entrevistadas e de seus filhos referem-se ao momento da pesquisa de campo, que ocorreu entre o segundo semestre de 2020 e o primeiro semestre de 2021. Ao final desta introdução, reuni algumas informações sobre as interlocutoras em um quadro, que pode ser útil para consulta ao longo da leitura da dissertação.

A pesquisa de campo foi atravessada pelo contexto pandêmico, então além da forma dos contatos com as interlocutoras, o conteúdo de seus discursos também tem referência a um contexto excepcional. Maria e Lívia, por exemplo, precisaram reinventar suas atuações profissionais enquanto cuidavam dos filhos durante a pandemia. As *redes de apoio* usuais deixaram de estar disponíveis, sejam creches, escolas e até o contato com amigos e familiares, que eventualmente participavam das atividades de cuidado. Em meu contexto pessoal, vivi também estes desafios,

conciliando o curso de mestrado com os cuidados da minha filha, sem o acesso a *redes de apoio* durante os momentos críticos da pandemia, em que as escolas de Belo Horizonte, onde resido, estiveram fechadas (minha filha não teve atividades presenciais por três semestres, cerca de um ano e meio).

Ressalto também que a participação nos grupos virtuais de mães, bem como o ativo consumo de informações sobre o cuidado de crianças, parentalidade, gestação, partos (entre outros assuntos) através das redes é um contexto que tem se possibilitado contemporaneamente. Então, a pesquisa é fortemente marcada não apenas pelo recorte temático e pela participação das interlocutoras no grupo virtual, mas também pela época de sua realização, indelevelmente marcada pela pandemia de covid-19.

Conduzi a interlocução com as participantes da pesquisa de forma aberta, atenta à progressão das conversas e aos assuntos mobilizados por elas, mas também busquei ativamente compreender algumas questões. Após me apresentar e apresentar os objetivos da pesquisa adequadamente, bem como informar sobre aspectos éticos envolvendo a participação das interlocutoras na pesquisa, iniciei os diálogos com uma pergunta aberta: “me conta sua história com a maternidade”. Este questionamento inicial por si só já produziu um amplo diálogo com as interlocutoras, e me permitiu observar o que elas mesmas elencavam como relevante sobre suas trajetórias. Busquei ativamente perguntar e explorar alguns assuntos: o contexto das gestações dos filhos, se foram gestações planejadas e/ou desejadas, o contexto familiar das interlocutoras, como elas organizavam e se partilhavam as atividades de cuidado, os sentidos atribuídos à participação em redes virtuais de mães e seus sentimentos em relação às suas maternidades. Estas questões surgiram na fala das interlocutoras a partir da questão aberta inicial, e busquei retomar e complexificar minha compreensão sobre elas ao longo das interações com as interlocutoras. São assuntos muito abordados também no grupo virtual de mães e outros espaços de debates sobre parentalidades online. Estes assuntos se relacionam também às perspectivas teóricas que suscitam este trabalho, perpassando por questões de planejamento reprodutivo, parentesco, práticas de cuidado e discursos emocionais.

Exploro detalhadamente estes aspectos nos três capítulos que constituem este trabalho. No primeiro capítulo “Mães nas redes: *maternidades reais* e plurais em pauta” apresento o campo de pesquisa, analisando a participação das

interlocutoras no grupo virtual de mães e outros espaços virtuais e os principais sentidos de seus discursos nesses ambientes. No segundo capítulo “O que faz uma mãe?” discuto a ideia de maternidade compulsória a partir da fala de uma interlocutora, Maria, que me disse ter feito *tudo como manda o figurino* em sua trajetória e analiso como se articulam as práticas de cuidado no cotidiano das interlocutoras. Por fim, no terceiro capítulo do trabalho, intitulado "*Turbilhão de emoções* entre mães nas redes", analiso discursos emocionais expressos pelas interlocutoras, em especial referentes ao *amor materno* e os impactos da maternidade em suas trajetórias.

Informações sobre as interlocutoras*					
	Jéssica	Carol	Lívia	Maria	Suzana
Idade	23	20	31	31	43
Número de filhos	1	1	1	1	3
Idade dos filhos	2 anos	10 meses	1 ano e 10 meses	3 anos e 9 meses	23 12 9
Autoidentificação racial	Parda	Branca	Parda	Branca	Parda
Identidade de gênero	Cisgênero	Cisgênero	Cisgênero	Cisgênero	Cisgênero
Sexualidade	Héterossexual	Héterossexual	Bissexual	Héterossexual	Héterossexual
Religião	Não possui	“Acredita em Deus”	Umbandista	Criação espírita, não praticante atualmente	Satanista
Estado onde vive	SP	SP	SP	DF	SC
Com quem mora	Marido e o filho	Marido e o filho	Namorado e o filho	Marido e o filho	Marido e dois filhos
Conjugalidade	Casada	Casada	União Estável	União Estável	União Estável
Participação dos pais biológicos na vida dos filhos?	Sim	Sim	Não	Sim	-Sim (filha mais velha) -Não (dois filhos mais novos)
Rede de apoio	Mãe e sogra de Jéssica	Não possuía quando conversamos	Avó e sogra de Lívia, babá, amigas	Mãe de Lívia (eventual) e creche	Atual companheiro e escola.

- As informações referem-se à época da pesquisa de campo (entre o segundo semestre de 2020 e primeiro semestre de 2021).

2. MÃES NAS REDES: *MATERNIDADES REAIS* E PLURAIS EM PAUTA

Em campo, nas minhas interações mediadas pela internet e plataformas virtuais, pude conhecer algumas experiências de Jéssica, Carol, Lívia, Maria e Suzana, mulheres brasileiras, mães, e que têm falado sobre suas maternidades online. Pude também acompanhar debates, discussões e conteúdos sobre maternidades que têm se difundido em espaços virtuais. Neste capítulo, apresento este cenário, que conforma o campo sobre o qual esta pesquisa foi desenvolvida.

No primeiro tópico, “mães nas redes”, apresento o cenário de participação das interlocutoras em redes virtuais, e discuto a importância do espaço virtual contemporaneamente para estas mães. No segundo tópico, “*maternidades reais* em pauta”, apresento um sentido comum entre as narrativas das interlocutoras, que convergem na contestação de ideários sobre maternidade. No terceiro tópico, “maternidades plurais”, resalto a diversidade de experiências das interlocutoras, em seus pertencimentos identitários.

2.1 Mães nas redes

Ao analisar ativismos feministas na web, Ferreira (2015) mobilizou a imagem de um quarto próprio conectado (ZAFRA, 2010) como uma ilustração da atual “cultura-rede”, parafraseando a clássica passagem de Virginia Woolf (1929) de que “um quarto próprio e um orçamento anual eram condições necessárias para que uma mulher pudesse dedicar-se de maneira autônoma e profissional à escrita” (FERREIRA, 2015, p.200). Partindo destas imagens, proponho pensarmos em um “celular próprio conectado” como ponto de partida para tratar das experiências das interlocutoras desta pesquisa. Um celular conectado em mãos enquanto o filho é amamentado, enquanto as panelas estão aquecendo no fogão, na espera da fila da creche ou durante as sonecas dos filhos, entre outras atividades. A partir dos celulares conectados de Jéssica, Carol, Lívia, Maria e Suzana e outras mães, e do

meu próprio, a internet tem se constituído como um lócus importante de significação coletiva de experiências maternas e de ativismo.

As interlocutoras desta pesquisa estabeleceram uma rede de solidariedade e de acesso a informações sobre maternidades online. Nesse sentido, os grupos de mães são para elas importantes espaços de acolhida e interação. Em suas diferenças, elas têm em comum a presença em um grupo online de uma rede social, na busca por poder falar sobre suas dificuldades e experiências desagradáveis como mães. Este grupo, aqui não nomeado de modo a preservar a identidade do mesmo e de seus membros, aglutinava as participantes em torno da manifestação do sentimento de “ódio” em relação à maternidade. Esse sentimento, em conjunto com variados outros, compõem os discursos, em geral em tom de desabafos, que circulam no referido grupo.

Vale ressaltar que o grupo virtual é um elemento importante para compreender o escopo desta pesquisa, tendo em vista que as interlocutoras do trabalho foram contatadas a partir dele, e dos discursos que ele congrega. O conteúdo das postagens do grupo não será, no entanto, objeto de análise nesta pesquisa, mas sim as experiências das interlocutoras, inclusive em relação a este espaço. O foco do trabalho recai, portanto, sobre as experiências das interlocutoras que foram narradas através das interações que tivemos de modo privado.

Suzana, uma mulher de 43 anos à época das entrevistas, mãe de três (uma filha adulta, uma adolescente e um filho criança) e com quem conversei através de chamada de vídeo no Google Meet me contou que ingressou no grupo a partir do qual a contactei após a experiência em um grupo de Whatsapp, com finalidade similar. Seu ingresso no grupo se deu em um momento de muita dificuldade em sua vida, em que mudou-se de estado (da região Sudeste para a Sul) com a família, enfrentou dificuldades econômicas extremas e muitos desafios no cuidado com os filhos. Ela buscava um lugar onde pudesse desabafar sobre suas dificuldades. Nos primeiros meses no estado para o qual se mudou com os filhos e o marido, Suzana contou com a ajuda de pessoas que doaram cestas básicas para sua família e uma vizinha que preparava as refeições com os alimentos da cesta. Somadas às dificuldades de adaptação em um novo lugar, a busca por emprego e as dificuldades econômicas, ela passava por situações de sobrecarga no cuidado com os filhos, que apresentavam questões comportamentais ligadas à mudança, dificuldade de

adaptação, ansiedade e compulsão alimentar. Partindo deste contexto, ela me relatou a importância de poder falar sobre as dificuldades e situações desagradáveis em relação à maternidade:

*Então, em relação a essa questão da maternidade eu acho que as mães, elas deveriam ter um espaço ou uma pessoa, ou até um profissional onde elas possam ir. **Falar, sabe, [...]**, falar que quer matar, se for o caso. Oh, mas elas têm que ter uma **válvula de escape**, precisa. Nem que seja ali o grupo uma com a outra, aquele grupo é maravilhoso, porque uma vai lá, solta os cachorro, outra solta também, é aquilo, porque a mãe não vai matar o filho, sabe?! Mas ela precisa disso. Ela precisa dessa válvula de escape. Ela precisa ter alguém para xingar, sabe?! Xingar e descontar em alguém, nem que seja verbalmente. Ela precisa disso, porque é muito pesado. Eu muitas vezes, eu estava ali, “não, nossa, mas ai, eu estou passando por isso”, querendo arrancar os cabelos, querendo chorar, querendo esbravejar e descarrilhar. Nem faz muito tempo, e aparecia uma lá: “É isso mesmo!” “Eu também passo por isso” ou “eu também”, “ai porque isso é tão difícil?” Já estava aquele alívio, porque **alguém me entende!** (Suzana) [Grifos meus].*

Além do espaço para poder se expressar, Suzana destaca o alívio de encontrar pessoas que não só ouvem o que ela diz, mas também que entendem o que ela diz. Ela faz uma conexão desse entendimento à vivência de situações similares. A experiência da solidão é amplamente relatada em discussões sobre maternidades, assim, encontrar pessoas que narram situações parecidas ou manifestam concordância com o relato feito por uma mãe no grupo é uma situação importante, de validação de sentimentos e experiências que socialmente são invisibilizadas. E se tratando de relatos que congregam sofrimentos e dificuldades, a internet tem sido um campo importante para a proliferação destas narrativas. Conforme discuto ao longo desta dissertação, estas narrativas se chocam com ideários sobre maternidades que caracterizam experiências maternas apenas a partir de noções como felicidade e realização. Com isso, as interlocutoras não encontravam espaços onde pudessem falar livremente sobre seus sentimentos em suas famílias e com outras pessoas com quem conviviam.

Maria, mãe de uma criança de 3 anos e 9 meses, na época de nossa primeira conversa através de uma chamada de vídeo no Google Meet, me relatou este aspecto ao contar sobre seu ingresso no grupo, o de não poder falar sobre seus sentimentos com as pessoas ao seu redor. Maria teve seu filho após uma gestação “tranquila”, desejada e planejada em conjunto com seu esposo. Ser mãe era um

sonho que ela nutria desde a adolescência e que buscou viver após concluir outros projetos, como formar-se na faculdade de Direito, se casar e financiar um apartamento próprio. Tendo vivido uma infância marcada por grandes dificuldades financeiras e uma relação conflituosa com sua mãe, decorrente, segundo ela, do uso abusivo de bebidas alcoólicas feito pela mãe, este cenário alimentou um desejo de constituir sua “própria família”. Apesar de imaginar a complexidade do cotidiano como mãe e principal cuidadora de uma criança, Maria me contou ter se surpreendido com as dificuldades e experiências negativas que estava vivendo. Neste cenário é que se inicia sua participação no grupo virtual de mães:

*Quando eu entrei no grupo foi uma fase em que eu realmente tava muito mal, muito mal mesmo com a maternidade, acho que foi até a época inclusive em que eu estava com depressão e eu não tinha com quem falar sobre aquilo, porque não adianta você falar. Você sente que não ama seu filho, você sente aí um trabalho gigantesco que tá tendo, que você se sente infeliz o tempo inteiro, só que você não pode falar isso pra ninguém. Como é que você vai falar isso pra alguém da sua família? **O pessoal já te crucifica**, né. Aí o pessoal **já começa a te olhar torto**, você começa a falar alguma coisa, **já pensa que você quer matar a criança**, porque o pessoal pensa assim. Você tá com depressão, você vai matar a criança, né. Não conseguem entender, que não tem nada a ver. Aí eu não tinha com quem falar, eu tava num momento extremamente sufocada daquilo, daquela rotina, daquela situação, e aí eu fui, eu não lembro como eu descobri esse grupo, não me lembro. Eu vi em alguma coisa e aí entrei, porque eu falei assim, eu vou, é um momento que eu posso me expressar, né, expor minhas aflições, e ver também como que é pras outras mães. Então foi aí que eu entrei no grupo. E foi muito bom pra mim, porque **eu falava as coisas que eu não poderia falar com as outras pessoas**, e também, na **troca de experiências** eu via uma mãe mais desesperada do que eu lá no grupo, então eu tentava também dar a minha visão da situação, passar um pouco da experiência, pra ver se ajudava, e tal. Então, assim, foi um momento muito bom (Maria) [Grifos meus].*

Maria me dizer “você não pode falar isso pra ninguém”, remetendo ao fato de se sentir infeliz com sua maternidade é um exemplo da importância do grupo virtual para suas participantes. A experiência do julgamento que me relatou- de seus familiares temerem situações extremas, pelo fato dela manifestar descontentamentos, mostra como a dificuldade e infelicidade não são vistas socialmente como parte possível das experiências maternas, estas são logo patologizadas e recriminadas. Maria expressou este sentimento ao me contar sobre sua participação no grupo virtual de mães, seu sentimento de solidão devido à maternidade, pois apesar de estar rodeada de pessoas, ela não podia “falar com ninguém, porque é quase como se você tivesse cometendo um crime você falar pra

alguém que você tá triste porque você tem seu filho” (Maria). Ao falar de sua tristeza, ela era questionada pelo fato de seu filho estar “bonito” e “saudável” ou ser uma “benção de deus”, de modo que, do ponto de vista das pessoas em seu entorno, não deveria haver motivo para ela estar se sentindo triste e infeliz. Esta incompreensão fez com que ela deixasse de abordar este assunto com as pessoas ao seu redor: “Então você vai se fechando, você vai entrando ali numa ostra e você sabe que você não pode falar com ninguém dessas coisas que você sente, porque ninguém te entende” (Maria).

Maria contar que se sentia como se estivesse cometendo um crime ao falar de sua tristeza com a maternidade, mostra a força social da maternidade como uma instituição, e a romantização desta relação, da qual se espera socialmente felicidade e alegria plenas. Como pode uma mãe estar infeliz, com uma “benção de deus” no colo? Embora tenham ocorrido ao longo do tempo avanços na compreensão social das dificuldades envolvidas em criar filhos, os relatos de Maria e outras interlocutoras, que apresento ao longo deste trabalho, mostram como a relação maternal ainda permanece amplamente idealizada e romantizada. Assim, discursos como os de Maria e outras mães que pautam os aspectos negativos de suas vivências são disruptivos de uma ordem estabelecida sobre as relações sociais. Observá-los nos permite questionar a própria constituição das relações de parentesco, em seus aspectos normativos e como são experienciados na prática pelas pessoas.

Desse modo, o grupo virtual de mães se constituiu como um importante espaço que congrega estes discursos. Para Lívia, mãe de uma criança de 1 ano e 10 meses, à época de nossa conversa através do Google Meet, a busca pelo grupo virtual ocorreu “*por conta da procura de pessoas que se identificassem com essa maternidade nada bonita*” (Lívia). Lívia é mãe solo e move um processo internacional de reconhecimento de paternidade (o pai de seu filho não é brasileiro), pois a despeito do plano de constituir uma família ter sido projetado a partir de uma vontade em comum com seu parceiro à época, o pai biológico de seu filho não assumiu a paternidade ou quaisquer cuidados e participação na vida do filho. Avaliando suas experiências cotidianas, Lívia contrapõe sua perspectiva com outras que “colocam a maternidade por holofotes”:

Todo mundo tipo “Ai que lindo, ai que delícia que é amamentar, ai, tudo pelo meu filho, tudo por amor, eu parei a minha carreira...” Eu não parei a minha carreira, eu não parei nada. Vou ter que fazer todas as coisas na raça lá. Então, para mim não teve essas coisas lindas, não é, da maternidade. E aí eu procurei pessoas que realmente [...] vivem uma realidade muito próxima da minha. E aí eu encontrei sim no grupo, não é, **pessoas que realmente vivem a maternidade e colocam a maternidade sem ser por holofotes**. E aí eu me vi [...] nas falas das meninas, né, e aí me ajudou bastante a refletir sobre a maternidade, em comparar outras maternidades com a minha. Cada uma tem a sua, é respeitar a maternidade de cada um e oferecer ajuda quando você pode. [...] Ah, pra mim a maternidade é algo que é pra sempre, né. Sei lá, assim, eu acho que não é O mundo Encantado de Bob (riso), eu tento ser melhor a cada dia (Lívia) [Grifos meus].

Para Lívia, no grupo também foi possível falar sobre experiências com a maternidade que ela não via presentes em outros espaços. O termo *maternidade real*, em contraposição a uma noção de maternidade idealizada e romantizada, se tornou muito popular no contexto das redes sociais, descrevendo a importância de se desconstruir uma ideia unívoca de maternidade como sinônimo de felicidade. Falar de *maternidade real* é explicitar as dificuldades e conflitos vividos por mães, é falar da complexidade e da diversidade de experiências de mulheres, o que analiso mais detalhadamente no tópico seguinte deste capítulo (2.2 *Maternidades reais*).

Para Carol e Jéssica, interlocutoras com quem conversei através de mensagens de texto e áudio, mães de crianças pequenas⁴, o espaço para desabafar também foi muito importante. Elas relataram não se sentirem acolhidas em suas famílias, que não compreendiam suas dificuldades e as tolhiam quando buscavam falar de suas insatisfações com suas maternidades. Elas expressaram o sofrimento de não sentir amor pelos filhos e serem pressionadas em suas famílias a se sentirem felizes. Assim, as interlocutoras desta pesquisa colocam em pauta experiências como mães que se chocaram com valores presentes em seus espaços de convivência, e encontraram no contexto do grupo virtual um local onde podiam elaborar estes sentimentos.

A exposição da própria imagem e cotidiano tem se tornado cada vez mais comum no contexto das redes sociais, mas a Internet é também um espaço que abarca a possibilidade do anonimato em seus variados usos. Contemporaneamente

⁴ Ao mencionar “crianças pequenas” me refiro ao período da primeira infância, que vai do nascimento aos seis anos de idade. Para mais informações sobre esse período, ver artigo do Núcleo Ciência pela Infância, disponível em: <<https://ncpi.org.br/primeira-infancia/#:~:text=A%20primeira%20inf%C3%A2ncia%20compreende%20a,de%20habilidades%20futuras%20mais%20complexas.>> Acesso em dez./2022.

se tornou popular o termo “low profile”⁵ para descrever as pessoas que produzem pouco ou nenhum conteúdo nas redes sociais ou não expõem aspectos mais íntimos de seu cotidiano. As interlocutoras desta pesquisa narram assuntos íntimos em seus discursos, mas algumas delas se valem deste anonimato para isso, buscando se sentirem mais confortáveis em colocar em pauta nos debates virtuais questões que elas não dizem para as próprias famílias. Carol, por exemplo, conversou comigo através de um perfil anônimo em uma rede social. No grupo de mães, ocorreu o caso de um familiar de uma participante se inteirar do conteúdo das postagens que ela realizava no grupo e alertar a família com muita preocupação, o que gerou desconforto e conflitos familiares para a participante. Assim, por vezes, o anonimato é um recurso utilizado. No grupo de interlocutoras desta pesquisa, apenas Carol se utiliza do anonimato. As demais participantes usavam perfis com fotos suas e de seus filhos e disponibilizavam informações pessoais de modo público. Contudo, o fato do grupo de mães ser fechado, isto é, apenas membros com entrada aprovada podem visualizar seu conteúdo e realizar postagens, conferia um caráter privado a este espaço. A confiança mútua no respeito à privacidade e acolhida entre os membros, pactuada nas regras de participação do grupo, também contribuiu para a segurança das participantes em expor informações pessoais. E mesmo com a exposição de informações pessoais há um certo caráter de anonimato nestas interações, tendo em vista que o grupo é composto por pessoas de distintas regiões do Brasil, que, em sua maioria, não se conhecem previamente.

Com este anonimato relativo, as interlocutoras desta pesquisa buscaram o grupo em momentos de muita dificuldade em suas maternidades. Embora mais comum entre mães de crianças pequenas e bebês, no grupo havia também a participação de mães de adolescentes, jovens e adultos, e até mulheres sem filhos. Um discurso comum entre as mulheres sem filhos presentes no grupo era a busca por se conscientizar das dificuldades e sofrimentos e assim consolidar o plano de não ser mãe. Maria, Lívia e Suzana relataram que foram mais engajadas no grupo em momentos mais desafiadores e de mais sofrimentos em seus cotidianos, mas que mesmo reduzindo suas atividades lá elas ainda acompanham eventualmente as discussões e relatos. A participação em redes sociais, embora com uma frequência

⁵ Para uma explicação mais detalhada do termo *Low profile* em seu uso nas redes sociais virtuais, ver a matéria jornalística de Carvalho (2022) disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/noticias/2022/08/o-que-e-low-profile-veja-significado-no-instagram-e-outras-redes-sociais.ghtml>> Acesso em 29/08/2022.

e engajamento variável ao longo do tempo, é algo corriqueiro na vida das interlocutoras, e para boa parte da população que acessa a internet, de modo geral.

Quanto ao uso da internet por mulheres, vale destacar que este espaço tem se consolidado como um importante lócus de atuação feminista (FERREIRA, 2015). Natansohn (2013) avalia que no início dos anos 2000 havia uma "brecha digital de gênero" em relação ao contexto de desenvolvimento e apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Isto é, a pesquisadora ressaltou "desigualdades e contradições nas dinâmicas de acesso, uso, desenho e produção das TIC's entre homens mulheres, brancos, negros, pobres e ricos" (NATANSOHN, 2013, p.2). Contudo, atualmente o contexto de uso destas tecnologias tem se democratizado. Quanto à Europa e América Latina, a presença de mulheres na internet, por exemplo, se incrementou e hoje há, estatisticamente, um equilíbrio entre a presença de homens e mulheres (*idem*). Quanto à América Latina, Natansohn (2013, p.4) "[...] destaca a forte presença feminina no uso de sites de redes sociais e da telefonia móvel", o que reforça nossa imagem inicial de um "celular próprio conectado".

A despeito de um cenário marcado por desigualdades quanto à produção de tecnologias e gestão dos serviços de comunicação analisado por Natansohn (2013), quando colocamos em pauta o contexto de usuários de internet este é mais equilibrado em relação ao gênero, por exemplo. E o acesso às redes tem se ampliado, tornando-se mais acessível também quando falamos de raça, classe social e regiões de habitação. A participação em grupos virtuais, o consumo de informação online e a manifestação política via web são elementos que compõem o cotidiano das interlocutoras desta pesquisa e, de modo amplo, o contexto contemporâneo, no qual a internet tem um papel fundamental na vida social.

Ferreira (2015) destaca o surgimento do ciberfeminismo nos anos 1990 como um marco da apropriação das redes por mulheres, em uma articulação entre feminismo e tecnologia a partir de manifestações estético-artístico-políticas. A partir dos anos 2000, segundo a pesquisadora, proliferaram estudos sobre feminismos e internet agregando perspectivas interseccionais e a participação de mulheres na produção das tecnologias de informação e comunicação (TIC's). Ao tratar aqui de experiências de mães com seus "celulares próprios conectados", no contexto desta pesquisa, a conexão com ativismos feministas não é tão direta. Neste caso, não se

trata de mães que se declaram feministas diretamente no grupo ou discutam esta questão naquele espaço, embora as pautas das discussões e as opiniões que manifestam estejam conectadas com diversos movimentos feministas. Diante disso, é possível relacionar a rede de solidariedade e acolhida que criaram virtualmente a um contexto também de ativismo e produção de agências, através da significação coletiva das experiências maternas. Assim, há uma produção de agências que parte do desabafo e das trocas sobre contextos particulares, sobre o cotidiano e sentimentos de cada mãe, através de uma mediação e significação coletiva destas experiências.

Podemos relacionar as atividades destas mães nas redes aos “modos de fazer” feministas nas redes virtuais,

cuja forma contemporânea de estabelecer processos comunicacionais articulados ao uso de tecnologias de comunicação e de aparatos sociotécnicos permite estender e vincular estados emocionais que coordenam a ação coletiva, mas também na elaboração de demandas de reconhecimento a partir de mapeamentos afetivos, sociais e morais feitos pelos sujeitos (FERREIRA, 2015, p.219).

Busco demarcar estas congruências não a fim de forçar uma identificação das interlocutoras como feministas, mas sim situar suas ações em relação a um contexto social e histórico mais amplo. Os discursos de *maternidade real* produzidos virtualmente têm conexão com um momento contemporâneo onde estes discursos têm se tornado possíveis. E embora congreguem sentidos comuns, de questionamento de ideários sobre maternidades, vale ressaltar os dissensos e a diversidade de perspectivas entre as mães e outros produtores de conteúdo sobre maternidades nas redes.

É possível encontrar virtualmente uma vasta gama de conteúdos que perpassam a temática das maternidades. Destaco alguns exemplos a seguir, para apresentar um panorama geral sobre o assunto e demarcar a presença das interlocutoras nesse contexto. Há conteúdos online produzidos por profissionais da área da saúde e do cuidado, como enfermeiros, médicos, psicólogos e doulas, por exemplo. Seja na forma de artigos informativos em sites especializados, na forma de textos e vídeos em redes sociais ou até mesmo em cursos, o que é uma prática

bastante comum entre estes profissionais que produzem conteúdo nas redes: a venda de cursos sobre assuntos específicos para o público que os acompanham.

Maria, quando o filho tinha pouco menos que quatro anos de idade, chegou a comprar um curso online oferecido por uma nutricionista, em busca de ajuda com a alimentação de seu filho. Ele comia pouca quantidade e variedade de alimentos na época que Maria comprou o curso, o que era, segundo me contou, uma de suas principais preocupações no período. Quanto à alimentação, este é um assunto sobre o qual há diversos grupos virtuais que congregam informações, seja sobre aleitamento materno ou introdução alimentar, com suas variadas perspectivas e métodos. Outros assuntos com bastante engajamento online são discussões sobre parto (se natural, normal, via cesárea, hospitalar ou domiciliar, entre outras questões), e sobre como criar e educar os filhos.

Vale ressaltar, a respeito da produção de conteúdo sobre maternidades por profissionais da área da saúde e do cuidado, o caso do site “Cientista Que Virou Mãe”, site criado em 2010 por Lígia Sena, doutora em Saúde Coletiva e Ciências. O site, e seus correlatos em redes sociais como o Facebook e Instagram, publica textos reflexivos e informativos sobre assuntos diversos relacionados a maternidades, gênero e cuidado, de modo geral. Lígia é autora de quatro livros sobre educação e maternidades e sua tese em Saúde Coletiva trata da medicalização do parto e da violência obstétrica. O site conta com bastante popularidade e respeitabilidade nas redes, sendo inclusive estudado academicamente. Medrado e Muller (2018) destacam, em diálogo com Abella (2016), a importância das novas tecnologias de comunicação para incrementar a mobilização social de grupos sociais diversos, analisando ativismos maternos a partir da plataforma Cientista Que Virou Mãe. As pesquisadoras ressaltam que na “[...] segunda década do século 21, surgiram no Brasil diversas iniciativas que apresentavam uma figura da mulher mãe desconstruída, questionadora e, até certo ponto, empoderada nas páginas de blogs e perfis de redes sociais” (MEDRADO; MULLER, 2018, p.193)- o que é o caso da plataforma que analisam, criada por Lígia Sena.

Um blog pioneiro nas discussões e compartilhamento de experiências maternas online é o Mothern, estudado por Braga (2006) em seu doutorado. O conteúdo do blog se desdobrou em livro, diversos conteúdos em mídias jornalísticas

e até uma série de televisão⁶. Esse intercâmbio de formatos é bastante comum no campo virtual, para blogs, sites e perfis que alcançam popularidade nas redes. Braga (2006, p.5) ressalta, em sua pesquisa, que “[...] a internet parece surgir como local de encontro e tematização da maternidade, livres da conotação pejorativa, uma vez que se articula aos significados positivamente valorados da atualização tecnológica e participação na esfera pública”. Esta significação positiva e distanciamento de avaliações pejorativas ressaltadas pela autora confluem com o ambiente do grupo virtual sobre maternidade do qual participam as interlocutoras, conforme mencionado anteriormente. Elas têm discursos que são estigmatizados e reprimidos socialmente ao buscarem se expressar nos locais onde convivem, mas que são recebidos no grupo virtual em geral com acolhida e solidariedade.

Além de se constituírem como espaços de reunião de pessoas com perspectivas e experiências semelhantes e de solidariedade, esses espaços virtuais são mobilizados também como vias de acesso a informações. Maria, em seu relato sobre o impacto do grupo em sua experiência, me disse:

*Então, assim, é uma situação que até o grupo me ajudou muito pra entender, eu comecei a pesquisar muito sobre maternidade não só naquele grupo, mas outros grupos também relacionados à maternidade, eu comecei a entender bastante coisa, e então isso me ajudou muito, a **busca de conhecimento do que eu estava vivendo me ajudou a superar** (Maria).*

Lívia, de modo similar, me contou ter se beneficiado também de informações “compartilhadas lá pelas meninas”. A vasta gama de conteúdos disponíveis online conflui com as práticas de “maternidades conscientes” (ou maternidades “ativas” e “reflexivas”) o que se refere “[...] a uma maternidade crítica, que se pretende mais livre e mais naturalista” (CARNEIRO, 2021, p.5) e outras perspectivas que conformam maternidades informadas. Isto é, maternidades que envolvem uma grande busca por informações, científicas ou não, que embasem e inspirem práticas de cuidado, comportamento e consumo, que podem ou não envolver uma perspectiva ecológica e naturalista. O próprio contexto contemporâneo é marcado pela circulação de grande volume de informações via web, resultando em um campo

⁶ Informações sintetizadas pelo Jornal da PUC, disponível em: <<http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infol=1212&sid=22>> Acesso em 02/09/2022.

vasto de conteúdos que podem ser acessados a partir do celular conectado, por exemplo.

Maternidades informadas não são limitadas ao momento contemporâneo e a uma intersecção com o virtual. Badinter (1984) em seu clássico trabalho “O mito do amor materno” destaca a popularidade dos inúmeros manuais de médicos e filósofos e outros tidos como especialistas sobre o cuidado de bebês e crianças na França no século 18. Naquele contexto, Badinter destaca um aspecto de univocidade normativa nas informações difundidas. Apesar de perspectivas que se pretendam pedagógicas e normativas, no campo contemporâneo em que circulam as interlocutoras desta pesquisa, há diversidade de perspectivas e também o questionamento da figura do especialista e de práticas hegemônicas. Diante disso, ressalto a importância do acesso à informação e dos espaços de discussão e redes de solidariedades virtuais para as maternidades das interlocutoras deste trabalho.

Destaco também a forte atuação do campo comercial nesse cenário. Há grande impulsionamento do consumo de produtos e serviços no que envolve maternidades, desde antes da gestação. Inúmeros produtos, cursos e profissionais são promovidos em blogs, sites, redes sociais e mídias online, de modo geral. Embora muitas mães usem as redes para trocar experiências, buscar informações e constituir redes de solidariedade, muitas fizeram deste espaço também seu local de trabalho, constituindo um empreendedorismo materno (CARNEIRO, 2021), envolvendo em vários casos a oferta de produtos e serviços para outras mães. Vale destacar os perfis de mães que têm a produção de conteúdos virtuais como suas profissões, com base na exposição do próprio cotidiano. Isso ocorre em uma cultura de acompanhamento de influencers, ou influenciadores digitais (pessoas que têm popularidade online). Os conteúdos online podem ser monetizados ao serem frutos de parcerias com empresas, constituindo um conteúdo publicitário, através de transferência direta de apoio financeiro pelos consumidores do conteúdo, com a venda de cursos e palestras, entre outros. E se desdobrar na produção de outros materiais, como livros e documentários. Há perfis que concentram seus conteúdos em textos reflexivos sobre o assunto, em outros há o compartilhamento da rotina diária de mães no cuidado com seus filhos. Um formato bastante popular é o de vídeos curtos, por vezes com uma tônica cômica e que retrata situações cotidianas, como a intenção de descansar à noite, mas ser reiteradamente acordada com

demandas de um bebê, sobre mudanças corporais ocorridas devido à gestação, o cansaço com a sobrecarga de tarefas, a mudança de perspectivas sobre o que fazer ou não na criação de um filho diante de dificuldades do dia-a-dia e etc.

No caso das interlocutoras deste trabalho, elas participam de grupos virtuais sobre maternidades e acessam informações sobre o assunto também em matérias jornalísticas e sites especializados, por exemplo. O conteúdo que co-produziam nestas comunidades virtuais, ao longo da pesquisa desenvolvida, partiam de suas experiências pessoais, principalmente. Mídias jornalísticas em formatos digitais também têm sido permeáveis ao universo de discussões sobre maternidades online. Assim, muitos jornais e revistas possuem colunas específicas sobre criação de filhos, cotidiano de mães e veiculam também notícias e reportagens sobre estes assuntos.

Além das diversas formas de ocupar o contexto virtual com conteúdos sobre maternidades, os discursos que se propagam também são muito diversos. É importante demarcar que as interlocutoras deste trabalho congregam um movimento em comum: colocar em pauta as experiências desagradáveis e de sofrimento em suas maternidades. O grupo específico no qual as contactei tem este foco, o compartilhamento sobre as vivências negativas em suas maternidades. Poder se manifestar neste espaço e acompanhar o relato de outras mulheres foi algo muito importante para as interlocutoras, em especial nos momentos de grandes dificuldades. O caráter disruptivo destes discursos para as normatividades é demarcado pelas repressões que as interlocutoras enfrentavam nas famílias e entre os amigos quando estas buscavam falar de seus sofrimentos e insatisfações nestes meios. Não é banal Maria sentir “como se estivesse cometendo um crime”, ou “quase apanhar” por dizer que estava triste por ser mãe em sua família. Seus sentimentos, e de outras mães que têm ousado colocar em pauta narrativas de *maternidade real*, com seus celulares conectados, nos permitem analisar as normatividades e agências que socialmente têm organizado maternidades contemporaneamente.

2.2- Maternidades reais em pauta

No tópico anterior, mencionei que os discursos online sobre maternidades não são homogêneos. Isto é, há dissensos e diversidades de perspectivas entre as muitas mães que participam de comunidades virtuais e consomem conteúdos online. As narrativas de *maternidade real* são um exemplo dessa diversidade e dissensos, pois se estabelecem pela contraposição a ideários hegemônicos sobre maternidades, podendo enfatizar pontos muito distintos sobre o real. Se sentir triste por ter um filho, estar sobrecarregada com trabalhos de cuidado, ter passado por transformações corporais indesejadas devido à gestação, não sentir amor instantâneo e incondicional pelos filhos ou ter se arrependido do projeto de ter um filho, por exemplo, são relatos que colocam em pauta *maternidades reais*, o que se contrapõe à prática de *romantizar a maternidade*.

Maternidade real é uma categoria que tenho acessado através das interlocutoras e no contexto das redes sociais, por vezes associada a relatos de experiências desagradáveis e desafiantes e a discursos de contestação de idealizações. Produzir discursos de *maternidade real*, nesses contextos, tem sido por vezes referido também como um ato de *desromantização da maternidade*. Trota (2016) discute que a hashtag “#maternidadereal” se popularizou em 2016 em oposição a corrente “#Desafiodamaternidade”, que consistia em incentivar mães a publicarem fotos demonstrando momentos de satisfação e felicidade com suas maternidades. O desafio consistia no compartilhamento da foto e em desafiar também outras pessoas a participar. Uma publicação muito popular e alvo de polêmicas virtualmente foi o de Juliana Rosa, que escreveu em seu Facebook: “Desafio NÃO aceito [...] Me recuso a ser mais uma ferramenta pra iludir outras mulheres de que a maternidade é um mar de rosas e que toda mulher nasceu pra desempenhar esse papel. Eu vou lançar outro desafio, o desafio da MATERNIDADE REAL”⁷. Esta postagem teve muita repercussão, e muitos discursos favoráveis e também críticos à postura de Juliana, que devido ao alto número de denúncias de sua conta no Facebook, foi banida da rede à época. A vocalização das dificuldades em seu cotidiano como mãe e contra ideários de maternidade compulsória (toda

⁷ Informações sobre o episódio em matéria da Revista Crescer (2016). Disponível em: <<https://revistacrescer.globo.com/Voce-precisa-saber/noticia/2016/02/desafio-da-maternidade-da-brincadeira-polemica-na-internet.html>> Acesso em 07/09/2022.

mulher deve ter filhos) gerou tanto incômodo em outros usuários que estes denunciaram massivamente o perfil de Juliana, até que ela fosse excluída da rede social. Essa reação sinaliza o embate travado nesse contexto quando surgiram perspectivas que complexificam as imagens sobre maternidade que circulam socialmente.

Falar de *maternidade real* não se resume a expressar dificuldades e experiências negativas, mas essencialmente questionar um discurso homogêneo de felicidade e realização. Nesse sentido, vocalizar que experiências e sentimentos diversos coexistem e se alternam na vivência de mães é um movimento que busca *desromantizar a maternidade*. Oliveira-Cruz *et al* (2021, p.39) analisando discursos de *maternidade real* no contexto do Instagram enfatizam que estas narrativas possuem “[...] diferentes matizes, que tanto podem reafirmar os discursos que circulam na internet quanto podem vir a construir posições de resistência em relação à maternidade patriarcal e às práticas de maternagem intensiva vigentes”. Destaco também o uso em contextos virtuais da expressão *vida real* para mostrar cenas cotidianas ou de dificuldades, sendo mencionada em diversos contextos por usuários das redes. Mostrar a *vida real* por vezes significa compartilhar situações de perrengues cotidianos ou a própria imagem quando não se está produzida ou se utilizando de filtros e outros recursos de retoque de imagem. A *vida real* é, assim, uma vida que foge ao glamour que é constantemente demonstrado virtualmente nas redes sociais. O apelo à realidade feito nesta expressão e nos discursos de *maternidade real* questionam a circulação de ideários e as possibilidades de se viver de acordo com eles.

Maternidades são alvos de inúmeras destas idealizações e prescrições, o que os relatos das interlocutoras deste trabalho expressam, de diversas maneiras. Conforme mencionado anteriormente, Lívia, mãe solo de um menino de 1 ano e 10 meses à época de nossa primeira conversa, buscou nos grupos virtuais pessoas que, como ela, vivem e “colocam a maternidade sem ser por holofotes”. Contando que para ela não houve “coisas lindas” na maternidade, ela destacou ter dado seguimento às suas atividades cotidianas enquanto cuida do seu filho e não viver de acordo com a ideia “tudo pelo meu filho”. Lívia ressalta frequentemente em seu discurso o reconhecimento de que não é perfeita e também que não é uma mãe “cheia de fru fru”, isto é, com preocupações e cuidados excessivos, o que constitui

sua busca por uma maternidade “mais leve”. Então, Lívia está se contrapondo a um “holofote” que faz reluzir coisas lindas em maternidades intensivas e cheias de renúncias em prol dos filhos.

De modo similar, quando Maria me contou da importância do grupo virtual de mães para ela como um espaço para falar com mais liberdade sobre maternidade, ela destacou o contraste de sua maternidade com as imagens que ela vê circular socialmente sobre o assunto:

*Eu acho que é isso que falta, porque ninguém fala, ninguém fala, as pessoas só querem vender aquela imagem linda, maravilhosa, da mãe amamentando, super feliz e reluzente, mas **ninguém quer falar do lado ruim**, [...] né, do lado difícil, ninguém quer. Na hora de você, é, **as pessoas querem ouvir só as coisas boas** “ah, que bebê bonitinho, que coisa é isso, que coisa aquilo”, mas ninguém quer ouvir a mãe, o que ela tá sentindo, e é isso que eu sinto falta, sabe. E eu acho que é isso que é importante passar pras novas mães, porque muitas vezes a mãe acha que tá sozinha, eu às vezes achava que eu tava sozinha, aí quando eu entrei no grupo foi que eu vi que não, cara, que tem gente que tá passando igual pela mesma coisa, não sou só eu não, eu não sou a errada, **eu me sentia errada, a mulher errada, a mãe errada**, entendeu, tem algum defeito em mim, eu vim com algum problema, cé entendeu. Aí eu vi que não, que não é que eu sou a errada, muita gente tá passando e **as pessoas gostam de encobrir essa realidade**. E eu só descobri isso depois que eu virei mãe, porque antes pra mim era tudo, eu sabia que era aquelas coisas que as pessoas falavam que era difícil de cuidar da criança, né, que as pessoas falavam, mas você não sabe. Eu costumo falar que você não sabe o quanto é difícil ser mãe até que você esteja no meio do olho do furacão **sem retorno**, entendeu (Maria) [Grifos meus].*

É emblemático o destaque de Maria a uma invisibilização que ocorre socialmente de dificuldades no cotidiano de mães, ao mesmo tempo que narrativas de alegria, felicidade e celebração são acolhidas: “as pessoas querem ouvir só as coisas boas” (Maria). E para Maria, esses comportamentos contribuíram para que ela se sentisse mal e culpada por não estar sentindo e vivendo de acordo com as imagens que circulam socialmente de mães super felizes e reluzentes, conforme ela nos conta no trecho que transcrevi acima. Vale destacar também a menção de Maria a estar “no meio do olho do furacão **sem retorno**”. Além da clara menção a um cenário de dificuldades pela comparação da maternidade com estar no meio de um furacão, informar que esta situação é *sem retorno* é simbólico da força social de laços maternos, em especial no que tange à responsabilidade de mulheres como cuidadoras de seus filhos. Comparativamente, há um abismo entre os casos de pais e o de mães que não assumem cuidados e responsabilidades com seus filhos. Há

um alto número de genitores homens que sequer assumem a paternidade de seus filhos (FINAMORI, 2018; FONSECA, 2014). Assim, para mulheres esta tem sido, de fato, socialmente uma responsabilidade *sem retorno*, enquanto para muitos homens diversas rotas são validadas socialmente. Uma expressão que tem se popularizado nas redes sociais virtuais, nesse sentido, é “aborto paterno” ou “aborto masculino”⁸. Este termo se refere a homens cisgênero que abandonam seus filhos. “O aborto masculino já é legalizado” é uma frase popular nas redes, que visa destacar o fato de que a responsabilização de mulheres por gestações e criação de filhos é muito forte socialmente, já a de homens não. O abandono paterno não é mal visto e reprimido socialmente tal como o materno.

Maria se sentiu a *mulher errada*, a *mãe errada* por suas experiências não condizerem com a de uma mãe *feliz e reluzente*. Suzana, mãe de três filhos, também é crítica de narrativas que homogeneizam as experiências de mães em torno de ideias de felicidade. Ela me disse:

*Esse negócio de romantizar demais a maternidade é uma furada. Ninguém quer acordar de madrugada para limpar a bunda de neném, como eu te falei, você vai acordar 3 horas da manhã para ir lavar bosta feliz da vida, sorrindo?[...] Às vezes você tá almoçando, tem que parar seu almoço para ir limpar a bunda de criança. [...] **Eu sou muito contra romantizar e falar que é tudo lindo, que é uma bênção.** Eu nem acredito que ele seja uma bênção.[...] Acredito que eles são **provas**. São provas muito difíceis, sabe? (Suzana) [Grifos meus].*

Suzana menciona diretamente a ideia de romantização da maternidade e contesta a ideia de que filhos são bênçãos, o que é uma ideia corrente socialmente e tem ligação com preceitos de religiões diversas. “Filho é bênção” é uma expressão que também foi muito ouvida por Jéssica. Sua mãe e sogra, adeptas do catolicismo, a diziam com frequência buscando mudar a insatisfação que ela sentia com sua gestação não desejada e não planejada. Ao reelaborar a ideia de bênção, afirmando que os filhos são *provas difíceis*, Suzana destaca a dificuldade de seu cotidiano como mãe, e este é um elemento central dos discursos de mulheres que produzem narrativas de *desromantização* da maternidade ou de *maternidades reais*. A despeito

⁸ Sobre o uso dos termos nas redes, ver matéria de Brandalise (2018) no Uol, disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/08/23/aborto-masculino-por-que-nao-falamos-sobre-abandono-paterno.htm>> e da revista feminista Azmina, disponível em: <<https://azmina.com.br/colunas/e-esse-tal-do-aborto-paterno/>> Acessadas em 11 de setembro de 2022.

do uso destes termos, destaco os sentidos dos discursos das interlocutoras, que convergem na contestação das ideias de que maternidade é uma experiência de puro prazer e estão colocando em pauta as situações desafiantes e desagradáveis que vivenciam, sendo que o espaço virtual é um importante local onde tem sido possível produzir estes discursos.

Desromantizar a maternidade, para as interlocutoras, envolve contestar a ideia de amor materno instintivo e incondicional, denunciar a sobrecarga de trabalho no cuidado com os filhos e a baixa ou nenhuma participação dos pais nesse processo, falar dos sentimentos de infelicidade e, às vezes, arrependimento, e das pressões que sentem quanto aos seus comportamentos. Destacar uma *maternidade real* envolve a identificação da circulação de uma ideia de maternidade que seria irreal, isto é, romantizada, apresentada por holofotes, como disse Lívia. A circulação desses ideários romantizados é algo que historicamente tem sido contestado por feminismos.

Nesse sentido, vale ressaltar o clássico trabalho de Elisabeth Badinter (1985), onde a filósofa questiona a ideia de amor materno como instintivo e apresenta como este foi um ideal forjado no contexto francês no século 18. A autora caracteriza o instinto materno como um mito e o relaciona ao surgimento de ideários opressivos sobre a maternidade, sendo uma importante referência para pensarmos sobre *maternidades reais*. Badinter analisa que na França, no fim do século 18, aconteceram mudanças nas visões sobre a maternidade, o papel e a imagem das mães, e a emergência de abundantes recomendações de cuidados maternos para com os filhos, o que engendrou o mito do instinto materno, ou seja, a noção de amor espontâneo de todas as mães pelos seus filhos. A autora destaca que engendrar este valor, do amor materno, era visto como favorável à espécie e à sociedade e, depois, foi visto nele também como um valor mercantil. Badinter destaca, neste cenário, um foco ideológico do amor, iluminando a mãe e a figura do pai cada vez mais indo para a obscuridade.

Segundo ela, três discursos operaram para que “as mulheres voltassem a conhecer as doçuras do amor materno e para que seus filhos tivessem maiores possibilidades de sobrevivência” (BADINTER, 1985, p.147): o discurso econômico, dirigido aos homens, segundo o qual a criança era imbuída de um valor mercantil em potencial, isto é, considerando a queda de natalidade e as altas taxas de

mortalidade infantil na França, difundia-se a ideia da importância da população para a constituição do Estado, como força de trabalho produtora de riquezas e para o poderio militar; o discurso filosófico, dirigido a homens e mulheres, que “[...] não falava a linguagem do dever, das obrigações e do sacrifício, mas a da igualdade, do amor e da felicidade” (*idem*, p.160) e, por fim, um discurso dirigido às mulheres, forjando uma figura de uma “nova mãe”, a “boa mãe”: “A mulher se apaga em favor da boa mãe que, doravante, terá suas responsabilidades cada vez mais ampliadas” (*idem*, p.205). As análises de Badinter são potentes, pois historicizam concepções sobre maternidade que são frequentemente naturalizadas no senso comum e na ciência⁹.

Com o engendramento desses ideais, que construíram, segundo a autora, o mito do amor materno, ter filhos foi difundido socialmente como uma responsabilidade e também como um propósito de vida para mulheres, que levaria à realização pessoal e felicidade. Esses ideais contribuem para que ter filhos seja visto como um destino natural ou um sonho/projeto para muitas mulheres. Para Maria, por exemplo, ser mãe era um sonho que cultivava desde a adolescência. O nome de seu filho, que teve aos 27 anos de idade, foi escolhido quando ela tinha 13 e já se imaginava sendo mãe. Para Suzana, ser mãe também era uma vontade que cultivava e que realizou jovem, aos 19 anos, quando teve sua primeira filha. Para Lívia, ter filhos era parte de um projeto de construção de família, segundo me contou, o que também me foi confidenciado por Maria e Suzana. Já para Jéssica e Carol, suas gestações não foram planejadas ou desejadas, mas elas recebem constantes cobranças de suas famílias para que se sintam felizes ao desempenhar os cuidados com os seus filhos, que são vistos por familiares de ambas como “bênçãos”.

Menciono a ideia de um mito do amor materno como um ideal hegemônico não para caracterizá-lo como um pensamento único ou universal sobre o assunto, mas sim para ressaltar a força que este ideal tem socialmente e nos instigar a pensar nos impactos dessa ideia para a vida de mulheres. Ideários opressivos sobre maternidades são amplamente problematizados por variadas vertentes dos

⁹ O campo de estudos sobre gênero e ciência apresenta importantes problematizações nesse sentido (MANICA; RAMÍREZ-GALVEZ, 2015). Contudo, naturalizações sobre a maternidade ocorrem até mesmo em algumas vertentes feministas, como a naturalista. Badinter (2011) apresenta uma vigorosa crítica a estes “rumos” de movimentos feministas. Nucci (2018) apresenta um bom exemplo contemporâneo, ao discutir a naturalização de concepções sobre a maternidade a partir de um evento do grupo *Parent in Science*, centrado no debate entre parentalidade e carreira acadêmica.

movimentos feministas, sendo um ponto de inflexão importante na luta política de mulheres. Scavone (2001) caracteriza diferentes concepções de maternidades em movimentos feministas historicamente, localizando nesses movimentos inicialmente uma compreensão da capacidade de mulheres gestarem como “defeito natural”, uma desvantagem, mas também da sua significação como um elemento de diferenciação das mulheres, pelo controle da reprodução. Visões sobre maternidades mudaram ao longo de ondas feministas, e diante das pautas diversas colocadas em debates destaco algumas que me parecem tensionar ideários hegemônicos como o mito do amor materno instintivo discutido por Badinter. Por exemplo, a problematização da ideia de maternidade compulsória, a denúncia da falta de aparato social e estatal de proteção das maternidades e infâncias, a luta por direitos sexuais e reprodutivos e a contestação da responsabilização social de mulheres pelas atividades de cuidado. Diante disso, destaco que o movimento discursivo feito pelas interlocutoras desta pesquisa tem eco em ações históricas feministas, com a particularidade de ocorrerem com a formação de redes de solidariedade e acolhida online, que se pautam na explicitação e problematização das dificuldades e questões cotidianas de mães.

Abordando as próprias experiências, em perspectiva com a de outras mães, as interlocutoras têm colocado em pauta situações de arrependimento, de culpa, de infelicidade, de não sentir amor pelos filhos, de denúncia de sobrecarga de trabalho e outras questões que se chocam com um ideário de amor materno instintivo (no qual felicidade e plena realização estão atrelados). Assim, falar de *maternidades reais* significa complexificar as imagens que circulam socialmente sobre maternidade e não se resume à abordagem de dificuldades e aspectos negativos, mas, em especial, de explicitar como as experiências de mulheres como mães são diversas, complexas e por vezes ambíguas.

Destaco também a conexão do plano de ser mãe ligado à ideia de constituição familiar, manifestado por algumas das interlocutoras, conforme mencionei anteriormente. Carneiro (2021), em perspectiva com Han (2010), avalia que contemporaneamente diversas maternidades podem ser relacionadas a uma ideia de projeto autoral e de experiência individualizada, em contraposição às experiências mais coletivas de maternas. Carneiro (2021, p.7), se interroga “[...] se a maternidade contemporânea também não teria se tornado uma espécie de projeto de si – um projeto por meio do qual as mães têm de se edificar para serem

reconhecidas como sujeitos e pessoas”. Duarte (1995) avalia que um aspecto importante na constituição ocidental de uma noção de família, é a “reestruturação da família ocidental em função do privilégio do Valor-indivíduo” (*idem*, p.29). Assim, a família passaria a ter como função central a produção de um indivíduo, função que foi implantada a partir de uma “reforma cultural” que tornou esse ideal de família naturalizado e sacralizado (*idem*).

Há uma expectativa social sobre a família de que ela cumpra essa função de formação dos indivíduos. Diante disso, destaco como a função da mãe foi institucionalizada e naturalizada e como mães são socialmente cobradas e pressionadas a renunciarem suas próprias vidas e atividades em prol do cuidado com seus filhos e família em muitos contextos. Mães são peças fundamentais para que a família assim instituída fique de pé. Duarte (1995) trata de um modelo de família que ele julga central para a compreensão das sociedades modernas. O autor localiza esse modelo como predominante nas camadas médias e que também se atualiza de outras formas nos setores elitizados socialmente, modelo que relaciona ao contexto de avanço de ideologias individualistas.

Bourdieu (2008) ao discutir a família como norma aponta a força da instituição familiar socialmente e sua conexão com políticas de Estado. O autor caracteriza “a família” como um “princípio coletivo de construção da realidade coletiva” (BOURDIEU, 2008, p.126). Afirmando a força desse princípio, ressalta que a família foi instituída como uma norma universal, que envolve privilégios simbólicos e materiais para quem se adequa a esta normalidade. Contudo, Bourdieu chama a atenção para a importância de questionar a apreensão da “[...] família como um dado imediato da realidade social” (BOURDIEU, 2008, p.133).

Diante destas reflexões, resalto a importância da figura das mães para a conformação e manutenção da “instituição familiar”. Assim como Bourdieu (2008) aborda o surgimento de uma ideologia familista, proponho observamos a conformação também de modelos de maternidades, o que, essencialmente, as interlocutoras deste trabalho e outras mães nas redes conclamam ao colocarem em pautas *maternidades reais* e a busca por *desromantizar a maternidade*. Mencionei anteriormente o importante trabalho de Badinter (1985) e o argumento que a autora constrói de uma institucionalização do amor materno como instintivo e da responsabilização de mães pelo cuidado com seus filhos. Adrienne Rich (1986) elaborou o conceito de “maternidade como instituição”, segundo o qual a autora

evoca regras externas e que seriam impostas às mulheres, por exemplo a maternidade compulsória (CARNEIRO, 2019). Rich contrapõe esta noção à ideia de “maternidade experiência”, na qual “[...] existiria um espaço autoral para cada mulher, uma dimensão política e liberdade para auto-definir-se como mães” (RICH, 1986, p.190).

Já O'Reilly (2013), elencou dez pressupostos constitutivos de uma cultura do que chama de maternidade patriarcal, que torna a maternagem um exercício opressivo para as mulheres. Mendonça (2021) traduz do inglês e sintetiza assim estes pressupostos:

São eles: essencialização, privatização, individualização, naturalização, biologização, normalização, especialização, intensificação, idealização e despolitização da maternidade. A essencialização posiciona a maternidade como fundamento da identidade feminina. A privatização situa o trabalho materno exclusivamente nas esferas reprodutiva e doméstica. De maneira similar, a individualização transforma a maternagem em um trabalho de responsabilidade individual, centrado, unicamente, na figura da mãe. A naturalização pressupõe que a maternidade seja natural para as mulheres, inferindo que todas nós, mulheres, já nascemos sabendo como maternar “naturalmente”. Isto reforça o entendimento da maternagem como um trabalho guiado por “instintos” e “hábitos”, que não exige o uso da inteligência nem o aprimoramento de diversas habilidades e qualificações. A biologização enfatiza laços sanguíneos, posicionando a mãe biológica como a mãe autêntica e “real”. A normalização limita e restringe as identidades e práticas maternas ao modelo específico da família nuclear, no qual a mãe é a esposa e principal cuidadora dos filhos(as), enquanto seu marido encarna o papel de provedor econômico. A especialização e a intensificação relacionam a maternidade ao que Sharon Hays (1996) definiu como maternagem intensiva (tradução nossa) e ao que Susan Douglas e Meredith Michaels (2005) chamaram de New Momism; enquanto a especialização defende que a criação dos filhos(as) seja guiada por especialistas, tornando as práticas de maternagem extremamente demandantes, em termos de gastos de energia, dinheiro e esforços maternos. A idealização estabelece modelos maternos inatingíveis, os quais reforçam as expectativas das mães sobre si mesmas e da sociedade sobre as mães. Por fim, a despolitização da maternidade caracteriza a criação e a educação dos(as) filhos(as) como atividades privadas, sem relações nem implicações sociopolíticas (O'REILLY, 2013) (MENDONÇA, 2021, p.61-62).

Esse debate nos permite ver que apesar da maternidade ser socialmente imposta e esperada de mulheres, este incentivo não é acompanhado de um esclarecimento sobre questões inúmeras que afetam cotidianos maternos. Socialmente, também há escassez de políticas públicas eficazes de apoio às maternidades e à infância, seja em relação às políticas de saúde materno-infantil, ao acesso de crianças às creches e escolas ou na articulação entre maternidades e o campo do trabalho, por exemplo. Assim, uma vivência altamente encorajada por

diversos setores sociais, constituindo uma “maternidade instituição” é ao mesmo tempo uma posição perpassada pela produção de vulnerabilidades, organizadas em interseções de gênero, classe social e raça, por exemplo. A “conta” da maternidade está sendo paga em diversos contextos integralmente pelas próprias mães, que assumem o cuidado com seus filhos, por vezes sem redes de apoio ou compartilhamento do cuidado e em jornadas múltiplas de trabalho.

Estas dificuldades e violências sociais, termo usado por Carneiro (2021) ao tratar do cotidiano de mães de camadas médias brasileiras contemporaneamente, têm sido problematizadas por mães nas redes a partir de suas próprias experiências. Falar de *maternidades reais* nas redes tem sido um importante contraponto às pressões sociais acerca de maternidades e aos modelos hegemônicos. É importante ver que estes discursos estabelecem um contraponto, mas não necessariamente criando dicotomias. As experiências de mães são diversas, complexas e até ambíguas. Assim, denunciar um ideal de maternidade romantizado não significa romper com ele por completo ou deixar de viver sob os efeitos sociais que estes ideais engendram.

Suzana, por exemplo, que é mãe de três, expressou em seus relatos um grande senso de responsabilidade, e o plano de “terminar” os filhos (ou “cumprir uma missão”, como me disse), isto é, ela planeja cuidar e acompanhá-los de perto até a vida adulta, quando ela espera que se tornem independentes. Ela me contou da importância para ela de acompanhar de perto os filhos para que “não tenha dor de cabeça mais pra frente”, caso que, segundo ela, aconteceu com uma amiga que ia para o pagode todo fim de semana e deixava o filho sob cuidado de outras pessoas e agora tem que visitar o filho na prisão. Suzana chegou a perder um emprego público porque precisava acompanhar seu filho no hospital durante a infância, devido a uma condição de saúde. Ela enfrentou um processo administrativo por faltas e a doença de seu filho e os cuidados que ele necessitava não foram considerados. Suzana foi responsabilizada, em seu contexto familiar e social, pelo cuidado com seu filho, mas socialmente não foi amparada para que desempenhasse essa função. É marcante ver em seu relato como ela atribui a si e à sua amiga uma responsabilidade pelo comportamento e sucesso dos filhos. Para ela, a ausência da amiga em alguns momentos com o filho tem relação com a “dor de cabeça” que sua amiga enfrenta com a prisão do filho.

Essa responsabilização de mães pelo sucesso ou fracasso dos filhos se manifesta cotidianamente para muitas mulheres através do sentimento de culpa. Maria, que tinha a maternidade como um sonho e projeto desde a adolescência, me relatou ter sentido perder a si mesma ao ter seu filho, e contou de seu sonho cotidiano de ir um para um hotel-fazenda durante um fim de semana sem o filho pequeno, para apenas poder descansar. A despeito de parecer um sonho facilmente alcançável, Maria nunca o fez. É emblemático vermos Maria manifestar como um sonho a possibilidade de descanso. Ela segue atenta aos cuidados com o filho e já se culpou por tê-lo colocado na creche, avaliando que isso atrapalhou a relação de seu filho com a alimentação. Mesmo descontentes, Jéssica e Carol são interlocutoras que seguem também cuidando ativamente de seus filhos. Então, contrapor padrões hegemônicos sobre maternidade, o que as interlocutoras têm feito em seus discursos de *maternidade reais*, não as isenta dos sofrimentos sociais que estes ideários engendram e nem mesmo da incorporação e reprodução de diversos destes ideários. Sendo assim, é importante enfatizar que maternidades são experiências diversas e complexas, e a movimentação feita pelas interlocutoras e outras mães nas redes ao se contrapor a modelos hegemônicos conforma um ótimo cenário para refletirmos sobre dinâmicas de maternidades contemporaneamente.

2.3 Maternidades plurais

Tendo em vista a diversidade e a complexidade de experiências maternas, proponho termos em perspectiva também a noção de maternidades plurais, e interrogarmos a influência de pertencimentos de classe, raça e geração, e outras categorias, para as experiências cotidianas de mulheres mães, bem como identificar o grupo de mulheres interlocutoras deste trabalho em razão destes pertencimentos. Diversos estudos sobre maternidades e famílias têm sido tematizados metodologicamente em vista de categorias identitárias, por exemplo tendo seu foco em estudar camadas populares (FONSECA, 2000; FONSECA, 2002), camadas médias (CARNEIRO, 2021; PULHEZ, 2015), maternidades de mulheres negras (DAVIS, 2019; COLLINS, 2019), indígenas (CARAJÁ, 2019), lésbicas (SOUZA, 2004), novinhas (FERNANDES, 2017), entre outros. O grupo de interlocutoras desta pesquisa congrega mulheres de distintas regiões do Brasil, idades e identificações

raciais. É possível generalizar os pertencimentos de classe das interlocutoras em camadas populares, com uma trajetória de ascensão social das camadas populares para as camadas médias, no caso de algumas delas. As interlocutoras da pesquisa são mulheres cisgênero que se relacionam com homens, sendo que Livia é bissexual enquanto as demais se identificam como heterossexuais. Ao longo deste tópico demarco outros pertencimentos identitários que caracterizam o grupo pesquisado neste trabalho e a importância de termos em vista maternidades como experiências plurais.

Em meio aos relatos de dificuldades e sofrimentos feitos por mulheres no grupo virtual do qual participam as interlocutoras, Suzana me contou que observa e entende estes relatos, e que eles têm ligação com momentos que são superáveis, em especial os que envolvem cuidados de bebês e crianças muito pequenas. Suzana tem três filhos, no fim da infância, adolescência e idade adulta, diferentemente das demais interlocutoras, que têm um/a filho/a bebê ou na primeira infância. Ela me disse:

Eu vejo ali no grupo, às vezes eu tenho vontade de postar alguma coisa para dar esperança, mas eu já me vi nesse momento de revolta. É uma hora que você quer alguém para xingar junto, e não quer alguém para falar, “ó, vai passar”, porque se pensar em você, tem um bebê aí de 2 anos, você pensar que só um quando tiver 9, 10 anos... é uma vida, tá? Você [pensa que] perdeu uma faculdade, que você perdeu uma oportunidade de emprego, você perdeu o foco, a forma do seu corpo, perdeu anos da sua vida, então eu sinto vergonha de entrar naquele grupo e falar “olha gente, isso vai passar” porque não é uma coisa de daqui para a semana que vem, é, hum, é uma vida mesmo (Suzana).

Suzana aponta a possibilidade de as dificuldades e sofrimentos enfrentados por muitas mães se amenizarem com o crescimento dos filhos. Para ela, poder conversar com os filhos e eles entenderem suas instruções foi um marco importante, que eliminou desgastes e estresses de seu cotidiano, segundo me contou. Isso não significa que as dificuldades acabaram, até porque ela ainda participa ativamente do grupo e manifesta diversas queixas quanto à sua rotina, como a sobrecarga e falta de tempo para si, mas é uma colocação que nos ajuda a ver como o curso de vida é central na experiência de maternidade, podendo levar a uma demanda mais intensiva de cuidado em certas etapas de da infância ou em maternidades de pessoas com demandas específicas de saúde.

Vale lembrar a este respeito as idades das interlocutoras e de seus filhos no momento das interações que tive com elas:

Idades das interlocutoras e seus filhos		
Interlocutora	Idade	Idade dos filhos
Suzana	43 anos	*23 *12 *9
Maria	31 anos	3 anos e 9 meses
Lívia	31 anos	1 ano e 10 meses
Jéssica	23 anos	2 anos
Carol	20 anos	10 meses

Suzana é a interlocutora mais velha do grupo de participantes da pesquisa, com 43 anos no momento de nossa primeira conversa e com uma filha de 23. Seu relato é, portanto, o de uma mulher que experienciou cuidar de um filho até a idade adulta. O alívio de sua filha ser hoje uma mulher independente e o fato de poder desfrutar de uma relação de amizade com a filha motivam sua esperança em ter mais tempo pra si quando “terminar” os outros filhos, isto é, cuidar deles até a idade adulta, quando ela espera que não demandem tão intensamente como na infância e adolescência. Abordar estas avaliações de Suzana leva a ver a importância de considerar o marcador geracional, tendo em vista que a idade das mães e dos filhos é crucial para analisar as narrativas de mães. Cuidar de um bebê, de uma criança, adolescente ou adulto envolve demandas que têm relação com estas faixas etárias, bem como se tornar mãe muito jovem ou mais adulta. Certamente, é necessário observar o contexto de mães através de uma perspectiva integradora e interseccional, e a questão geracional é um dentre outros fatores que conformam essas experiências.

A despeito da idade das mães e filhos, o fato de ter ou não uma rede de apoio bem como questões de classe e acessos a serviços parecem influir fortemente nas demandas que serão absorvidas pelas mães e como isso impactará suas experiências com a maternidade. Nesse sentido, os pertencimentos de classe são fundamentais para compreender os cotidianos das interlocutoras.

Suzana, por exemplo, atualmente trabalha como auxiliar administrativa e mora em um apartamento em um condomínio com seu companheiro e dois filhos, fruto de outros relacionamentos. Sua filha mais velha já não mora junto com ela. O marido de Suzana também trabalha fora e ambos arcam com as despesas da casa. Essa organização ocorreu após percalços na história pessoal de Suzana, sendo a mais recente a mudança de estado, da região Sudeste para o Sul do Brasil, já com o seu companheiro e filhos. Em seu estado de origem, Suzana viu suas condições financeiras se complicarem quando perdeu seu emprego público por faltas, para acompanhar seu filho, cardiopata, aos atendimentos médicos que necessitava. A mudança de estado com a família foi também um período difícil, no qual a família contava com a ajuda de doações até se estabelecer depois que Suzana perdeu seu emprego como funcionária pública:

E aí quando a gente se viu recebendo doações de cesta básica para a gente poder comer e as contas atrasadas, eu recebi uma proposta de vir para [novo estado de moradia no Sul do Brasil]. Bem, quando eu fui, eu fui demitida, a gente veio para cá, a gente não tinha botijão de gás, a gente pedia para a vizinha cozinhar cesta básica, e a gente ganhou, a vizinha cozinhou. Muito brava, porque ela tinha que fazer 2 janta, jogava casca de cebola junto com o tempero na comida e tal. Meu marido, já vi desmaiar de fome para deixar a comida para nós quando nós chegamos aqui. E [...] minha filha, o quadro de ansiedade dela desenvolveu nesse lado, né, da comida. E uma vez eu resolvi deixar para ver até onde ia. Ela comeu 8 pães e tomou meio litro de leite no café da manhã. Ela tinha, como se eu não desse, ela começava a gritar que estava com fome. As vizinhas achavam que eu estava batendo, que eu estava matando ela de fome. Eu não sabia o que fazer. Eu saía na rua para pedir coisas para os outros, para vizinho, igreja, em centro e mercado. Então, assim, a maternidade não é brincadeira, não (Suzana).

Após esse período difícil, Suzana e o marido conseguiram “se estabelecer”, conforme ela me narrou e agora conseguem arcar com as despesas de moradia, alimentação e cuidado com os filhos e a vida familiar de modo geral.

Já na trajetória de Maria, as dificuldades ocorreram quando ela era adolescente e vivia com sua mãe, que enfrenta problemas devido ao uso de álcool e não tinha uma vida organizada financeiramente, pois não conseguia se manter trabalhando devido ao vício, segundo Maria. Ela me contou que viveu situações de ter a água ou energia de casa cortadas, as contas de casa estarem sempre atrasadas e outras dificuldades, com a ressalva de que não viveu situações de fome ou dificuldades para se alimentar. Maria se distanciou desta realidade através de sua vida profissional. Ela me contou ter começado a fazer estágios remunerados em sua faculdade, acessada através do PROUNI (Programa Universidade para Todos) e,

posteriormente, a trabalhar em sua área de formação em uma empresa, na qual continuou após ter filho, só encerrando o vínculo quando a empresa fechou. Após um período se valendo de suas economias e do trabalho como síndica, ela abriu a própria empresa, que presta serviços relacionados à sua área de formação. No período no qual conversei com ela, em alguns meses, sua empresa se estabeleceu e ela conta hoje inclusive com funcionários, além de seu marido também trabalhar com ela. O período pandêmico foi um complicador na organização pessoal de Maria, e também um momento que a incentivou a abrir sua empresa operando de forma remota e revezando os cuidados domésticos com seu marido. Posteriormente, com a gradual volta às atividades presenciais devido ao controle da pandemia, Maria pode arcar com a montagem de um espaço físico para sua empresa.

O contexto pandêmico também levou Livia a adaptar sua rotina e atividades profissionais. Livia é professora de um idioma específico, cuja habilidade desenvolveu durante um intercâmbio em sua graduação cursada em uma universidade pública, e passou a dar aulas online, enquanto se dividia nos cuidados com os filhos. Além do trabalho como professora, ela também tem investido esforços no seu trabalho com oráculos, reiki e aromaterapia, que também desenvolve de forma articulada aos cuidados com seu filho:

[...] Procuo envolver ele nas minhas atividades, né? Que nem cartas, eu jogo cartas, né? Às vezes eu deixo ele pegar as minhas cartas. Aí eu brinco com ele, ensino ele, né? Pra que ele se envolva [...] no que eu faço, conheça e se sinta parte, conheça o que eu faço, eu acho que é importante ele se sentir parte daquilo que está fazendo. Então eu procuro fazer isso, sabe.[...] É como se eu tivesse que me adaptar à rotina, não é assim, porque os pais têm que se adaptar à nova rotina, a essa criança, esse novo serzinho que chega e o novo ser também tem que se adaptar nesse mundo dele. Então eu procuro fazer assim, para que não seja só um movimento dele se adaptar ao meu mundo, mas para que eu também me adapte ao mundo dele, preencha as exigências dele, não é, de brincar de conversar [...] (Livia).

A conciliação entre atividades profissionais e maternidade é um emblema para muitas mulheres, pois como, em geral, as mães são as principais cuidadoras de seus filhos, os horários de trabalho precisam se combinar com a oferta de cuidado pago ou não pago para seus filhos, seja por meio de creches e escolas, cuidados dos avós ou outros familiares, contratação de babás, ou mesmo a conjugação do trabalho remunerado sendo realizado de modo concomitante ao cuidado com os filhos, como muitas famílias fizeram no período da pandemia. A

pandemia é uma marca importante nos discursos das interlocutoras, pois a pesquisa de campo foi desenvolvida durante os períodos de isolamento social e em fases agudas da pandemia. Para Maria e Lívia este momento, em perspectiva com suas maternidades, implicou em reformulações de suas formas de trabalhar. Suzana e Jéssica se mantinham em seus empregos presenciais no período em que interagimos, sendo que Suzana me relatou o sonho de cursar o ensino superior e poder acessar outras áreas de trabalho. Lívia e Maria cursaram ensino superior e atuam em suas áreas de formação, sendo que Lívia expandiu sua atuação também para outras áreas além da que é graduada.

Carol também nutre o sonho de cursar o ensino superior e trabalhar. Quando conversamos, ela enfrentava algumas dificuldades financeiras, por exemplo não podendo arcar com tratamento psicoterápico e psiquiátrico, na falta de acesso a atendimentos públicos (assunto que ela destacou ao me falar de suas dificuldades), e em sua organização familiar, seu marido trabalhava fora e ela cuidava do filho. Ela não contava com ajuda de familiares no cuidado com sua filha ou acesso a rede particular ou pública de creches no momento em que conversamos. Já no contexto de Jéssica, ela e o marido trabalhavam fora e eles contavam com a ajuda (voluntária, não remunerada) da mãe de Jéssica como rede de apoio. Observando de modo generalizante, é possível demarcar as interlocutoras como tendo origens nas camadas populares, ascendendo para camadas médias, como destaquei na trajetória de Maria e Suzana, por exemplo.

Tratando de maternidades plurais e pertencimentos identitários, destaco também a importância da categoria raça para a discussão sobre as experiências de mães. Entre as interlocutoras, duas delas, Maria e Carol, se auto identificam como “brancas”, enquanto as demais interlocutoras como “pardas”. Em nossas interações, as interlocutoras não fizeram menções a situações que explicitam demarcações raciais diretas nos contornos de suas experiências. Contudo, vale ressaltar como a categoria de raça tem sido fundamental nos estudos sobre mulheres, família e maternidades, e como ela se entrecruza de modo importante com outras categorias identitárias.

A questão racial tem sido debatida também no contexto virtual em que as interlocutoras da pesquisa estão inseridas, embora elas não tenham mencionado a questão diretamente em nossas interações. Um aspecto bastante discutido nesses

meios, e também academicamente, é o próprio direito das mulheres negras a vivenciarem suas maternidades, tendo em vista as violências, inclusive institucionais, que ceifam a vida de seus filhos, considerando a grande concentração de mulheres negras em serviços de cuidado, por vezes em condições precárias e que afetam suas possibilidades de vivências em suas próprias famílias ou a falta de acessos a direitos básicos, como o acesso à saúde. Carajá (2019) analisa também a violação do direito de mulheres indígenas à maternidade no Brasil.

Vale destacar, a respeito da influência do pertencimento racial para as experiências de mães, o exemplo da discussão de Davis (2019) sobre movimentos de controle de natalidade e as diferenças de pautas entre mulheres brancas e negras. Analisando os movimentos em prol do controle de natalidade nos Estados Unidos, Davis (2019) aponta o caráter racista e eugenista destes movimentos e das políticas oficiais do país. Nesse sentido, um aspecto marcante mobilizado pela autora é o fato de as mulheres brancas de classe média estadunidense encararem o controle de natalidade como um meio de liberdade e de acesso a direitos, enquanto para mulheres negras e migrantes, ao contrário, isso estava muito relacionado à violação de seus direitos básicos. O movimento eugenista proferia discursos contra a redução da taxa de natalidade entre os brancos (falando sobre um “suicídio de raça”) e atacava profundamente a reprodução de pessoas negras, indígenas e imigrantes. Dessa forma, as mulheres brancas e das camadas médias que buscavam o acesso a controle de sua reprodução eram atacadas, ao passo em que mulheres negras e indígenas, por exemplo, eram alvo de esterilizações definitivas forçadas.

Vale ressaltar que os projetos estadunidenses não se destinavam apenas às mulheres em seu território, mas incidiram também sobre mulheres latinoamericanas, por exemplo. Nesse sentido, perspectivas decoloniais também têm destacado a importância de se buscar compreender as realidades latinas, africanas, sul-americanas e questionar teorias impostas pelos colonizadores. Assim, grandes matrizes explicativas sobre a história mundial, sobre organizações sociais precisam ser interrogadas criticamente. Um aspecto importante desta postura é destacar as agências dos sujeitos, e não defini-los apenas a partir de suas vulnerabilidades. Em vista disso, busco demarcar aqui a importância das narrativas das interlocutoras desta pesquisa, que em meio as suas dificuldades e sofrimentos sociais

organizaram-se de modo a significar e refletir coletivamente sobre as suas experiências, plurais, como mães.

Rosaldo (2019, p.31), refletindo sobre as questões que a pesquisa feminista coloca para a Antropologia, destaca como um problema fundamental na pesquisa antropológica feminista a “[...] própria tendência de colocar questões primordialmente em termos universalizantes e de procurar por origens e verdades universais”. Ela ressalta:

sem negar que fatos biológicos como reprodução deixam suas marcas nas vidas das mulheres, eu insistiria que fatos desse tipo não explicam ou ajudam, por eles mesmos, a descrever hierarquias sexuais em relação à vida doméstica ou pública. Afirmar que a família molda mulheres é, em última instância, esquecer que as próprias famílias são coisas que homens e mulheres criam ativamente e que estas variam com particularidades do contexto social (ROSALDO, 2019, p.32).

A partir destas análises de Rosaldo, podemos demarcar a importância de não universalizar as discussões sobre maternidades e de problematizar explicações biologizantes para as relações. A expectativa social de que mulheres sejam mães e de que amem e cuidem de seus filhos é amplamente naturalizada socialmente. Assim, mães amarem instintivamente seus filhos parece um dado da natureza, assim como a plena realização esperada de mães é uma correlação fruto do atendimento à natureza: mulheres devem ser mães, existem para serem mães. Os discursos de *maternidade real*, em suas diversidades, confrontam essas naturalizações e colocam em pauta a complexidade das relações maternas.

Diante disso, é mais acurado falar em maternidades, no plural, para ressaltar essa diversidade de experiências e buscar desconstruir ideários sobre o assunto: o que é, afinal de contas, “ser mãe”? Como definir e compreender esta relação? De início, já temos que uma resposta universalista não é possível, pois nem mesmo a categoria “mulher” (tendo em vista a ligação de identidades maternas ao gênero) pode ser universalizada. Nesse sentido, vale ressaltar que a perspectiva interseccional nos instiga a observar características identitárias em suas integrações, e não operando um somatório. Isto é, busca ressaltar os efeitos da interação entre categorias que conformam identidades específicas. Crenshaw (2002, p.174) aponta que as “vulnerabilidades de raça e de gênero podem se entrecruzar”,

conformando, desse modo, um contexto que pode ser compreendido apenas na interação entre estas categorias: falar de questões que envolvem a realidade de uma mulher negra congrega, ao mesmo tempo, aspectos interligados envolvendo gênero e raça, por exemplo. Não observar as questões que surgem dessa interação (que Crenshaw compara didaticamente a um cruzamento entre avenidas) nos leva ao apagamento e invisibilização.

Collins (2019), analisando maternidades de mulheres negras estadunidenses, afirma que a experiência da maternidade é contraditória. Ao mesmo tempo que carrega uma dimensão de empoderamento, politização e ativismo, não podemos perder de vista, diz a autora, que a maternidade também pode ter altos custos pessoais e que “lidar com gestações indesejadas e educar sozinha os filhos é opressivo” (COLLINS, 2019, p.323). Assim, tanto uma dimensão de empoderamento, quanto de dificuldade para os ativismos são possíveis de serem experienciadas, inclusive em um mesmo contexto específico, para uma única mãe.

Nesse sentido, embora a interseccionalidade seja uma perspectiva potente para identificarmos vulnerabilidades, Díaz-Benítez (2020) ressalta a importância de observarmos os sujeitos e suas agências. Desse modo, grupos sociais não seriam definidos apenas a partir de suas dores, das violências e injustiças sociais às quais são submetidos. E assim podemos observar o grupo de interlocutoras deste trabalho, como mulheres mães brasileiras de camadas populares que vivem ou viveram vulnerabilidades e passam por sofrimentos sociais em suas maternidades, mas estão elaborando resistências através de redes de acolhida e solidariedade online. São mães com experiências plurais que estão colocando em pauta suas realidades e cotidianos e buscando significar coletivamente suas dificuldades em suas maternidades. Assim, demarcando o grupo de interlocutoras deste trabalho, este não é um grupo com identidade homogênea, mas um grupo de mulheres que têm em comum a adesão às narrativas de *desromantização da maternidade* e uma significação de suas vivências nos espaços das redes sociais.

3. O QUE FAZ UMA MÃE?

Neste capítulo discuto dois aspectos narrados pelas interlocutoras acerca de suas maternidades. Na primeira seção, abordo a ideia de maternidade compulsória e ideários sobre maternidades a partir de uma fala emblemática de Maria, uma das interlocutoras, que elencou sua maternidade como uma etapa de um *figurino* que precisava cumprir. Na seção seguinte, analiso as experiências das interlocutoras a respeito de práticas de cuidado, que são centrais em suas vivências e, de modo amplo, para se discutir maternidades e famílias.

O capítulo está organizado em duas seções temáticas que se conectam no propósito de inquirir: o que faz uma mãe? E este questionamento se desdobra em dois caminhos possíveis: primeiramente, o que constitui uma mãe? O que faz uma mãe ser mãe? E, de outro modo, a questão nos mobiliza a pensar também em que práticas constituem os cotidianos e vivências de mães. Essencialmente, interrogar sobre o que faz uma mãe é investigar como se produz parentesco. Diante destas questões mobilizadoras, respondo a partir do campo que o amor e o cuidado têm sido, socialmente, elementos fundamentais para se fazer uma mãe. Neste capítulo, foco a análise na questão do cuidado, e no próximo (“Turbilhão de emoções entre mães nas redes”), discuto detalhadamente a questão do amor e outros sentimentos mobilizados pelas interlocutoras para falar de suas experiências como mães.

3.1- “Eu fiz tudo como manda o *figurino*”

A frase que intitula esta seção me foi dita por Maria, mãe de Mateus, que à época de nosso encontro tinha 3 anos e 9 meses. Ao me contar sobre sua maternidade, ela me disse: “eu fiz tudo como manda o *figurino*”, fala que instiga e orienta a discussão desta seção. O que seria esse *figurino*? O que ele “mandou” Maria fazer? Quais as implicações desse *figurino* para a vida de Maria, em especial no que tange à maternidade - foco desta pesquisa? A partir do relato de Maria e de outras interlocutoras, abordarei nesta seção a temática das idealizações e as prescrições sociais - esse *figurino* evocado pela interlocutora, em relação à maternidade. Esse *figurino*, como veremos, se organiza na experiência de Maria envolvendo a maternidade como uma parte fundamental de seu curso de vida.

Maria me contou que sua maternidade foi planejada como uma etapa entre outras, de um *figurino* que cumpriu:

Então, o Mateus foi planejado, ele foi desejado, né. É, eu fiz tudo como o manda o figurino, né. Estudei, fiz faculdade, me formei, casei, embora não oficialmente, mas a gente tem uma união estável, né. Eu comprei um apartamento, financiei um apartamento, então tava tudo como manda o figurino. [...] Então a gente fez tudo certinho. Quando a gente comprou o apartamento eu já tava com cinco anos de relacionamento, de casada né, aí a gente falou: não, acho que tá na hora de ter um filho né, vamo tentar? E eu sempre quis. Desde que eu era mais nova eu sempre tive aquela visão romântica da maternidade, né, então assim... ser mãe era um desejo que eu tinha bastante. Então a gente parou e combinou: tá na hora. Tá tudo organizadinho, vamo ter um filho, né?! Aí a primeira tentativa não deu certo, porque eu tive uma gravidez ectópica, aí alguns meses depois eu engravidei do Mateus (Maria) [Grifos meus].

Ao me contar que “fez tudo certinho” e “fez tudo como manda o figurino”, Maria me instiga a questionar: o que significa este *figurino*? O que é o “certinho”? Seu relato mostra uma ideia de projeto de vida, no qual a maternidade é uma etapa, e uma etapa que “sempre quis”. Ela me contou também que o nome do seu filho foi escolhido quando ela ainda era adolescente, sendo que seu filho nasceu quando ela tinha 28 anos, o que mostra como este era um sonho e um projeto que construiu desde muito nova. O relato de Maria permite questionarmos a constituição de normatividades sobre o curso de vida de mulheres, isto é, de papéis sociais que devem desempenhar, ou como me relatou Maria, um *figurino*. Vale questionar também: seria este *figurino* o mesmo para todas as mulheres, sejam ricas, pobres, negras, brancas, entre outras diferenças? Tratar deste *figurino* evocado pela interlocutora é, em outras palavras, falar de maternidade compulsória e também de projetos de vida localizados em termos de raça, classe, gênero e geração, por exemplo. Explorarei estas questões ao longo desta seção, demarcando as particularidades que este *figurino* evoca e inquirindo sobre os aspectos generalizantes que ele congrega.

Maria relatou, na fala acima, transcrita, que ser mãe era um desejo que tinha desde jovem, e destaca que sempre teve uma visão *romântica da maternidade*. Além da menção a um *figurino*, Maria também me contou que sua maternidade estava ligada a uma vontade de ter sua própria família, já que ela foi criada pela mãe em uma relação conturbada e distante de outros parentes.

*Eu nunca tive uma família, vamos dizer assim, estruturada, né. Então desde adolescente que eu tinha aquela visão romântica de ter uma família, ter o meu filho e tal, inclusive o nome do Mateus foi escolhido desde que eu era bem mais nova. E então eu sempre tive aquela vontade, eu falei “eu quero ser mãe”. Eu queria ter dois filhos, né. Quero ter dois filhos e tal. Então eu sempre achei que criança ia ser a coisa mais maravilhosa do mundo. Eu acho que vem mais dessa necessidade que eu tinha de querer ter uma família, sabe. Então assim, eu sempre quis ser mãe. Quando eu conversei com meu marido, também a gente já tava junto há bastante tempo, eu perguntei se ele também queria ser pai, ele falou que sim, só que não era vontade assim de falar, “nossa, quero muito ser pai”. Era tipo, “ah, eu quero, se você quiser a gente faz, né, a gente vai ter um filho”. Então, como eu te falei, a gente já tava há cinco anos casados, juntos, né. Aí eu fui e falei “é, agora me deu vontade, sabe”. Não sei se é o **reloginho** que o pessoal fala, mas, tipo, eu comecei a pensar muito na maternidade, eu comecei a pensar muito em ter um filho, eu queria muito ter um filho, aí a gente conversou e falou, “não, vamos ter um filho”. E foi basicamente isso. Acho que eu sempre quis ser mãe, só que eu não fazia ideia do trabalho que era, da dificuldade que era. Só que eu vou ser sincera, tiveram momentos em que eu me arrependi muito, que eu me arrependi muito. Eu falei: “porque que eu inventei isso? Por que que eu fiz isso, sabe?”. Teve momentos em que se eu pudesse voltar atrás eu teria voltado (Maria) [Grifo meu].*

Vale ressaltar a menção de Maria à ideia de *reloginho*, se referindo a uma expressão popular socialmente, que se refere a uma noção de “relógio biológico” segundo a qual o corpo alerta a hora de ser mãe. Esta é uma expressão emblemática, tendo em vista o direcionamento que faz da maternidade como parte constituinte da vida de mulheres. Em conjunto com a noção de *figurino* trazido por Maria, a ideia de *reloginho* articulada por ela expressa a força das normatividades e ideários sobre maternidades, que impactam a experiência das participantes deste trabalho.

Maria evoca também um descompasso entre suas expectativas e seu cotidiano como mãe. Ela conta ter sonhado com a maternidade desde nova, mas que não sabia as dificuldades e trabalho que este projeto envolveria. Esta é uma fala comum nos espaços de discussão sobre maternidades dos quais participei durante o desenvolvimento da pesquisa de campo. Conforme mencionado no capítulo anterior, esta discussão é desenvolvida, por vezes, a partir da ideia de *romantização da maternidade*, sendo contrastada com os discursos de *maternidade real*, que referem-se a experiências desagradáveis e desafiantes com a maternidade tanto quanto a discursos de contestação da idealização sobre a experiência da maternidade.

Falar de maternidade compulsória e ideários sobre maternidades, ou nos termos de algumas interlocutoras, tratar de *romantização da maternidade*, é tratar de uma questão de papéis de gênero. Além disso, esta discussão se conecta a

questões mais amplas, envolvendo ideários sobre famílias. Ressalto estes aspectos para demarcar os aspectos generalizantes do figurino evocado por Maria, isto é, o sonho da maternidade como um projeto de vida para muitas mulheres e a sua ligação deste sonho a um ideal de conjugalidade e família. Demarcado este aspecto, vale explorar também as especificidades sócio-históricas do figurino elencado pela interlocutora. Retomando sua fala, ela elencou algumas etapas como constituinte deste modelo: “É, eu fiz tudo como o manda o figurino, né. Estudei, fiz faculdade, me formei, casei, embora não oficialmente, mas a gente tem uma união estável, né. Eu comprei um apartamento, financiei um apartamento, então tava tudo como manda o figurino. [...] Então a gente fez tudo certinho” (Maria).

Observando o que Maria elenca em seu *figurino*, primeiramente ela menciona o fato de ter estudado e feito faculdade. Ela acessou o Ensino Superior a partir do Prouni, com bolsa integral, fez estágios remunerados e conseguiu empregos formais em sua área após concluir a graduação. Isto foi um passo importante na vida de Maria, que viveu muitas dificuldades sócio-econômicas na infância e adolescência. A faculdade e suas colocações profissionais são, para ela, fatos marcantes em sua trajetória. O sonho de acessar o Ensino Superior é algo que se ampliou no Brasil nas últimas décadas, com a expansão do acesso promovida nos governos federais petistas. O acesso à educação por mulheres, o sonho de estudar e, no caso de Maria, como uma etapa anterior à maternidade, é um destino possível contemporaneamente em alguns contextos devido à ampliação de direitos que as mulheres conquistaram ao longo do tempo. Considerando a trajetória de Maria e a expansão do acesso ao Ensino Superior no Brasil nas últimas décadas, não é possível demarcar esta perspectiva, este sonho ou etapa do *figurino* introjetado por Maria, como restrito às classes médias e altas. O caso da interlocutora nos ajuda a ver a presença deste sonho, como também presente entre as camadas populares. Podemos inquirir se em camadas médias este também seria um sonho ou uma espécie de destino natural. O fato de ser, para Maria, uma etapa anterior à maternidade é certamente uma marca de arranjos e perspectivas mais contemporâneas, momento em que muitas mulheres têm questionado o lugar da maternidade em suas trajetórias.

A ligação da maternidade a uma conjugalidade específica, como o casamento hétero e monogâmico têm sido contestada por formas diversas de família, por exemplo em arranjos de famílias LGBTs ou em maternidades solo. Finamori, Rocha

e Achilei (2021) discutem que, tendo em vista a carga histórica associada ao termo “mãe solteira”, muitas mulheres têm se autodenominado “mães solo”, buscando desvincular a relação parental da conjugalidade. Se autodenominar “solo” e não “solteira” busca questionar a ideia de falta que “mãe solteira” evoca e questionar a normalização da maternidade apenas em contextos conjugais. O *figurino* que Maria elabora em sua fala destaca o relacionamento estável com seu companheiro como um elemento na realização de seu sonho de ser mãe, e é um exemplo da força social de um ideal de família que envolve a conjugalidade. Para Maria, não é apenas ter esse *figurino* em mente que a fez considerar seu relacionamento como um elemento importante, mas também seu plano de compartilhar as responsabilidades parentais, por exemplo.

O financiamento de um apartamento, mais um dos elementos elencados por Maria em sua trajetória, é uma aspiração ligada a um contexto urbano e podemos especular se não indica também um pertencimento de classe específico. Apesar das particularidades que conformam este *figurino* para a interlocutora, vale destacar que a casa é um elemento importante a se considerar para se falar de família. Para Carsten (2018), as casas iluminam um emaranhado de conexões entre personalidade, parentesco, temporalidade e o Estado. Propondo uma Antropologia da casa, a autora afirma que as casas estão incorporadas às biografias de seus habitantes (e vice-versa) e também incorporam interconexões entre trajetórias individuais, parentesco e Estado. Para ela, atentar as casas pode ser uma ferramenta produtiva para pesquisas etnográficas, o que também oferece uma possibilidade antropológica direcionada para tratar de autobiografias (CARSTEN, 2018). Para Maria, comprar uma moradia própria é um marco importante em suas vivências e conquistas pessoais e um passo para a formação de sua família, o que converge com as proposições de Carsten sobre a importância da casa para se pensar em trajetórias.

Contextualizar o *figurino* de Maria nos permite investigar seus contornos de acordo com pertencimentos identitários, mas também a buscar identificar aspectos que são comuns nas experiências de outras mulheres, como a mobilização da noção de maternidade compulsória e também sua ligação com um ideal de família. Maternidade compulsória é um termo popular em movimentos feministas para denunciar papéis sociais de gênero arraigados, que delineiam a maternidade como um destino natural para mulheres.

Esse debate nos permite ver que apesar da maternidade ser socialmente imposta às mulheres, esta imposição não é acompanhada por um esclarecimento sobre questões inúmeras que afetam cotidianos maternos. Vale ressaltar também, nesse sentido, o relato de Suzana, mãe de três filhos em diferentes faixas etárias, que ao me contar que nunca idealizou a maternidade, destacou o custo material e emocional que a maternidade representou em sua vida. Assim como Maria, Suzana tinha o sonho de ser mãe vinculado ao desejo de ter sua própria família, uma vontade alimentada também por seu contexto familiar de origem, onde era filha única e criada pela mãe, em uma relação conturbada. Ter a própria família, para elas, era um sonho projetado a partir de suas maternidades. Assim, poderiam viver o que não viveram em seus contextos de origem. A menção de Maria a não ter tido uma família estruturada também indica uma projeção de um modelo de conjugalidade atrelada ao plano de parentalidade, ao sonho de ser mãe, o que ela confirma ao elencar as etapas do *figurino* que ela cumpriu antes da maternidade, destacando o seu relacionamento estável prévio de cinco anos com seu companheiro e pai do seu filho.

A conjugalidade é um aspecto que Suzana destacou ao me contar sobre seus três filhos. Sua primeira filha tinha 23 anos quando conversamos, tendo nascido quando Suzana tinha 19 anos, quase completando 20. Suzana foi mãe jovem, mas em uma gravidez planejada e desejada em seu casamento. Sua segunda filha (à época com 12 anos) nasceu quando Suzana tinha 31 anos de idade e foi fruto de um segundo casamento. Ela chegou a fazer tratamentos de fertilidade para ter sua primeira e segunda filha. Quando sua segunda filha tinha 5 meses de idade, ela se separou do companheiro e, devido a dificuldades que enfrentava, voltou a morar com o pai de sua primeira filha, seu primeiro marido, sem reatar o relacionamento. Ela me contou que mesmo sem eles terem um relacionamento amoroso e estando morando juntos apenas para se apoiarem em meio às dificuldades, o pai de sua primeira filha não aceitava que ela tivesse relacionamentos com outras pessoas. Vivendo nesse contexto, Suzana me contou que o pai de sua segunda filha entrou em contato com ela quando a bebê tinha dois anos de idade:

[Ele] mandou um e-mail dizendo que estava arrependido de nunca ter ajudado, de nunca ter comparecido, de tudo o que ele tinha feito e tudo mais. E eu que ainda sentia alguma coisa por ele, acabei aceitando ver, revê-lo, e nós tivemos uma única noite e eu engravidei. [Eu] fiz tratamento para engravidar das meninas. Eu não imaginei que eu poderia engravidar. E aí,

um mês depois, eu dei a notícia para ele por telefone, porque ele morava em outro local. [...] E aí ele aceitou de primeira, depois ele começou a insinuar que o filho não era dele. E aí eu estava numa situação bem crítica, porque eu não podia nunca jogar essa responsabilidade no pai da minha menina. Primeiro, porque eu não me relacionava sexualmente com ele, não tinha. E também não era justo. Eu decidi sair da casa e ele pediu para mim ficar, falou que ele assumia aquela criança se eu não voltasse com o pai dele [da criança]. E aí eu tive o meu filho (Suzana).

O terceiro filho de Suzana tinha 9 anos de idade quando conversamos, tendo nascido quando Suzana tinha 34 anos de idade. Ela me contou que sua vida “virou de ponta cabeça”, pois seu filho nasceu com questões de saúde que a demandavam muito, e que ela não conseguia sequer cuidar de suas filhas mais velhas. Abordarei detalhadamente estas experiências de Suzana na última seção deste capítulo, focado na discussão sobre cuidado. Por ora, menciono estas informações para apresentar como a maternidade ocorreu para a interlocutora. Suas duas filhas foram planejadas, em relacionamentos estáveis, e na busca de constituição de família, algo muito desejado por Suzana, conforme citei.

O relato de Lívia, interlocutora de 31 anos e mãe de uma criança de 1 ano e 10 meses à época de nossas interações, também aponta que a constituição de uma família era algo ligado a uma ideia de conjugalidade. Para Lívia, a vontade de ter um filho não era um desejo tão profundo ou antigo como para Maria e Suzana, mas era algo desejado e que se efetivou com Lívia estando em um relacionamento estável com um homem que concordava com a ideia de “formar uma família”. Lívia viveu situações difíceis, segundo me narrou, após sua gestação. Apesar de seu parceiro dizer a ela que também queria formar uma família, ele não assumiu a paternidade do filho. O relacionamento de Lívia e seu companheiro tinha a particularidade de ser um relacionamento à distância, com Lívia no Brasil e seu parceiro, estrangeiro, vivendo em outro país. O plano de Lívia de migrar e, com seu parceiro, formar uma família, não se efetivou, uma vez que ele abandonou o relacionamento e a paternidade quando soube da gravidez. Lívia atualmente vive com seu filho e um novo companheiro, que mantém boa relação com seu filho (de 1 ano e 10 meses, quando conversamos) o que, segundo ela, atenuou algumas dificuldades que viveu como mãe solo. Ela move um processo internacional de reconhecimento de paternidade, mas não tem expectativa de participação do ex-companheiro na criação de seu filho.

Lívia sentiu “vergonha por ter sido abandonada” e passou por dificuldades para criar seu filho sozinha. A maternidade foi, para Lívia, desejada envolvendo uma conjugalidade e o plano de compartilhamento das responsabilidades parentais com

o pai biológico de seu filho, isto é, estava ligada a um propósito de constituição de família. Ressalto este aspecto para apresentar como nos contextos específicos de Maria, Lívia e Suzana a maternidade se associa a um ideal de família.

De modo distinto, as demais interlocutoras desta pesquisa, Carol e Jéssica, não planejaram ou desejaram previamente ser mães. Para Jéssica e Carol, a maternidade nunca foi um desejo ou projeto, mas fruto de gestações não planejadas. Enquanto os relatos de Maria, Suzana e Lívia me instigam a pensar a ligação do plano de ser mãe a um projeto de constituição de família, Jéssica e Carol me relataram situações de imposições externas para que se conformassem a este papel social de “mãe” após descobrirem suas gestações. Seja pelas expectativas de que elas se sentissem felizes com as gestações, que amassem seus filhos ou renunciassem a momentos de lazer, estudo e trabalho remunerado em prol dos cuidados com seus filhos, figuras como a mãe de Carol e a sogra de Jéssica as estimulavam a assumir a maternidade com alegria e dedicação.

Jéssica manifestou abertamente a seus familiares seu desgosto com a gestação e as preparações para o nascimento de seu bebê, bem como se irritava e criticava a empolgação da mãe e da sogra a cada compra de uma peça de roupa ou ultrassom. Não desejar a maternidade e sofrer com uma gestação não planejada não eram perspectivas acolhidas em sua família de origem e na família de seu marido. Discutirei detalhadamente esta questão no capítulo seguinte, apresentando como uma espécie de trabalho emocional (HOCHSCHILD, 2013) foi operada para que Jéssica se conformasse e se adaptasse à maternidade. O que ressalto aqui, com a menção a estas experiências da interlocutora, é a ideia de maternidade compulsória, com a qual Jéssica não se deparou com um *reloginho* despertando, como foi para Maria, mas a partir da influência de outras pessoas que a levaram a incorporar este papel.

Carol, de 20 anos, mãe de uma bebê de 10 meses quando conversamos, não encontrou espaço para verbalizar suas dificuldades com sua mãe e seu marido. Quando falava de estar triste ou insatisfeita com sua nova rotina após o nascimento da filha ouvia de sua mãe: “Quem mandou abrir as pernas?” Carol mora com seu esposo e filha, de quem cuida em tempo integral, enquanto seu companheiro trabalha fora. Carol se queixou em nossas interações da pouca participação dele nos cuidados com a bebê e a casa. Segundo ela, o companheiro alega que já trabalha fora e está cansado nos momentos em que está em casa. Este é um

acontecimento corriqueiro nas experiências de muitas mulheres que têm colocado nos debates virtuais seus contextos cotidianos. As atividades intensas de cuidado que vivem não são consideradas por seus parceiros como trabalhos e tampouco as dificuldades em ser cuidadora em tempo integral, de uma criança e das responsabilidades domésticas. Na fala da mãe de Carol (“Quem mandou abrir as pernas?”), o mero reconhecimento da dificuldade é acompanhado de uma naturalização e responsabilização de Carol.

Seja na maternidade como um projeto pessoal, um sonho alimentado por um ideal de família, como nos casos de Maria, Suzana e Lívia, ou nas pressões para a conformação ao papel de mãe, como nas experiências de Carol e Jéssica, destaco a ideia de maternidade compulsória. Sendo um sonho planejado por si ou forjado por outros, experienciar a maternidade como obrigação é uma ideia corrente nos contextos das interlocutoras.

Mencionei anteriormente o conceito de Rich (1986) de “maternidade instituição”, que evoca regras externas e que seriam impostas às mulheres. Tratando da ideia de maternidade compulsória a partir da análise do *figurino* de Maria é possível ver que a maternidade não é necessariamente compulsória para todas as mulheres ou do mesmo modo para todas. Retomando o debate feito no capítulo anterior sobre maternidades plurais, embora as interlocutoras não tenham dado ênfase aos seus pertencimentos raciais em nossas interações, observar os debates sobre raça e maternidades permite consolidar a ideia de que ideários de maternidade compulsória não incidem da mesma forma sobre grupos identitários distintos. Enquanto Maria se organizou a partir de um *figurino* próprio a seu contexto, e muitas mulheres vivem situações que podemos relacionar à ideia de maternidade compulsória, a luta pelo próprio direito à maternidade também é uma realidade (DAVIS, 2019; CARAJÁ, 2019).

Nesse sentido, vale recuperar também o conceito de Collins (2019) de imagens de controle, que a autora elabora a partir da análise do contexto negro estadunidense. Com este conceito, é possível ver como operam alguns ideários sobre maternidades a partir de um enfoque racial. A autora elabora três imagens de controle entre mulheres negras estadunidenses: as imagens de mammy, matriarca e mães dependentes do Estado que identifica entre mulheres negras estadunidenses. A autora afirma que imagens de controle são imagens estereotipadas que têm a função de justificar ideologicamente opressões interseccionais. A imagem de

Instagram¹¹ e denunciado, a partir do caso, a negação do direito à maternidade a muitas mulheres negras devido à violência racista, por vezes de Estado.

Narrativas comuns nas redes envolvendo questões raciais são também as denúncias feitas por mães negras que têm filhos de peles claras e que já passaram por situações de questionamento de suas maternidades, seja ao levar o filho ao médico ou viajando de transporte público. Nestes casos, mulheres negras são associadas à figura de babás e cuidadoras, e não à identidade de mães das crianças que acompanham. São casos emblemáticos e alvo de debates e engajamento nas redes virtuais entre mães, e que produzem reflexões coletivas sobre como o pertencimento racial influi nas experiências de mães. A questão do trabalho é também fundamental, e desvela como mulheres negras são impelidas socialmente a cuidar dos filhos de outros, enquanto não têm o direito de estar com suas próprias famílias. Diante disso, podemos nos perguntar sobre quem, de fato, incidem ideários de maternidade compulsória e sobre famílias, e como eles se articulam nos mais variados contextos. Seria a maternidade um destino comum para, de fato, todas as mulheres? Observar estas discussões nos ajuda a complexificar e questionar como ideários sobre maternidade são contornados por localizações de classe, raça, entre outros marcadores sociais da diferença, e também como são articulados e desarticulados pelas agências dos sujeitos.

Retomando o *figurino* elencado por Maria, e as ligações entre maternidade, família e a noção de maternidade compulsória, expressos pelas participantes da pesquisa em suas narrativas, destaco dois aspectos que são constituintes deste *figurino* no contexto pesquisado: as expectativas sociais de amor e cuidado. A maternidade como um destino para mulheres é uma perspectiva que parece ser, ainda, forte socialmente se partimos do contexto aqui investigado empiricamente. E analisando as experiências do grupo de interlocutoras, é possível propor que não apenas *ser mãe* é algo esperado socialmente, mas também que mães amem e cuidem de seus filhos. Examinarei estes aspectos ao longo desta dissertação, na próxima seção focada nas práticas de cuidado e no próximo capítulo, em que

¹¹ O perfil de Mirtes Renata contava com 67 mil seguidores em 17 de dezembro de 2022, dentre eles, conta com o engajamento constante de figuras públicas como Taís Araújo, importante atriz brasileira, negra e envolvida em causas e projetos antirracistas. O perfil de Mirtes Renata Pode ser acessado pelo link: <<https://www.instagram.com/mirtesrenata/>> Acesso em 17/dez/2022.

discuto a questão do amor, e outros sentimentos articulados pelas interlocutoras ao falarem de suas vivências.

Vale ressaltar que mesmo Maria fazendo *tudo como manda o figurino*, isso não a isentou de inúmeras dificuldades e sofrimentos em sua experiência como mãe, o que é algo que ela elabora abertamente. Para Suzana, a faculdade ainda é um sonho. Carol manifestou o desejo de trabalhar, estudar e viver outras coisas que ainda não pôde. Jéssica me relatou como a maternidade afeta suas possibilidades de lazer. Lívia vivencia lutas diárias para articular os cuidados de seu filho e sua vida profissional. Nem todas elas elaboraram uma ideia de *figurino* como Maria, mas mesmo o cumprimento do *figurino* não impediu Maria de passar por diversos sofrimentos sociais, que em conjunto com outras interlocutoras, ela tem colocado em pauta nos debates virtuais sobre maternidade.

Ao compartilharem online suas dificuldades umas com as outras, as interlocutoras estão questionando e desarticulando os *figurinos* que incidem sobre suas experiências. Seja rejeitando ou buscando formas de atualizar papéis de gênero, elas estão, pouco a pouco, se recusando a vestir um *figurino* no qual não cabem seus sonhos, desejos e aspirações. Seja comentando com outra participante de um grupo virtual de mães sobre seu desejo de passar um fim de semana em um hotel fazenda, só descansando, sem o filho (desejo que me foi relatado por Maria, por exemplo), ou o quanto gostaria de passear de mãos dadas com o marido sem ter a gritaria dos filhos ao fundo (vontade que Suzana me confidenciou) ou cogitando a possibilidade de os filhos morarem com o pai e não com a mãe (questão comum no grupo virtual do qual as interlocutoras participam) e até falando abertamente sobre um ódio à maternidade e arrependimento em ser mãe (narrativas também muito comuns nos meios que pesquisei), muitas mulheres têm questionado *figurinos* que lhes foram impostos socialmente, de diversas formas. Abordo alguns destes questionamentos nas seções e capítulo a seguir, perpassando pelo questionamento de ideários sobre amor materno e sobre práticas de cuidado.

3.2- “Isso é um trabalho que eu tenho que trabalhar 24h por dia”: práticas de cuidado

A frase que intitula esta seção me foi dita por Maria, ao contar sobre seu cotidiano como mãe de Mateus, uma criança de 3 anos e 9 meses. Ao abordar as

dificuldades que enfrentam no cotidiano, ela e as demais interlocutoras centralizaram suas narrativas no trabalho de cuidado com os filhos, o que é um tema central nas discussões sobre parentalidade que tenho acompanhado em redes virtuais. Em alguns casos, isso ocorre via denúncia da falta de compartilhamento das atividades de cuidado, em outras como desabafo sobre o cansaço, sendo, de todo modo, um assunto fundamental nas interações que tive em campo. A partir dos relatos das interlocutoras, discuto nesta seção alguns aspectos acerca do trabalho de cuidado.

Guimarães, Hirata e Sugita (2011) destacam que o termo cuidado tem sido usado como um correlato do termo em inglês *care*, designando um campo temático de estudos. Elas definem que

No Brasil e nos países de língua espanhola, a palavra “cuidado” é usada para designar a atitude; mas é o verbo “cuidar”, designando a ação, que parece traduzir melhor a palavra *care*. Assim, se é certo que “cuidado”, ou “atividade do cuidado”, ou mesmo “ocupações relacionadas ao cuidado”, como substantivos, foram introduzidos mais recentemente na língua corrente, as noções de “cuidar” ou de “tomar conta” têm vários significados, sendo expressões de uso cotidiano. Elas designam, no Brasil, um espectro de ações plenas de significado nativo, longa e amplamente difundidas, muito embora difusas no seu significado prático. O “cuidar da casa” (ou “tomar conta da casa”), assim como o “cuidar das crianças” (ou “tomar conta das crianças”) ou até mesmo o “cuidar do marido”, ou “dos pais”, têm sido tarefas exercidas por agentes subalternos e femininos, os quais (talvez por isso mesmo) no léxico brasileiro têm estado associados com a submissão, seja dos escravos (inicialmente), seja das mulheres, brancas ou negras (posteriormente) (GUIMARÃES; HIRATA; SUGITA, 2011, p. 154).

Finamori e Ferreira (2018, p.25) destacam que além dos diversos sentidos do termo, ele evoca atividades e relações demarcadas em termos de “[...] gênero, classe, geração e parentesco [...]”. Um aspecto importante para a discussão desta seção, nesse sentido, é a associação do cuidado como um domínio feminino. Pensando em termos de gênero e parentesco, destaco que nas narrativas das interlocutoras da pesquisa elas são responsabilizadas e assumem o cuidado dos filhos, enquanto os pais das crianças, por exemplo, não têm participação no cuidado ou se envolvem em menor medida do que elas nas atividades cotidianas.

Nesse sentido, iniciando a discussão desta seção sintetizo como se organizava o cuidado dos filhos das interlocutoras à época da pesquisa de campo. No caso de Carol, mãe de uma bebê de 10 meses, ela cuidava sozinha da filha, não podendo contar com a ajuda do marido ou da mãe. Ela se queixou da dificuldade do

seu cotidiano e da postura da mãe e do marido quando buscava apoio. Conforme mencionado na seção anterior, Carol ouvia de sua mãe “quem mandou abrir as pernas?” ao pedir ajuda ou reclamar das dificuldades. Sobre seu marido, ela conta:

Tô sempre exausta, irritada, é difícil. Porque a relação com meu marido é difícil, brigamos muito porque ele não me ajuda com a bebê. E quando eu reclamo, ele não aceita. Sente ofendido porque diz que trabalha fora. E não tem tempo de cuidar da bebê, que eu sou mal agradecida, deveria reconhecer que ele trabalha fora por isso não ajuda” (Carol).

A organização familiar composta por um casal heterossexual e seus filhos, no qual o homem é responsável pela manutenção financeira e a mulher pelo cuidado da casa e dos filhos é um modelo que tem sido problematizado nos debates virtuais sobre maternidade, entre outros espaços, como movimentos feministas que historicamente têm questionado papéis sociais de gênero- ou em outras perspectivas, como a de Hirata e Kergoat (2007), questionado uma “divisão sexual do trabalho¹²”. Assim como Carol, muitas mulheres têm se queixado em fóruns e grupos virtuais do não reconhecimento do seu cansaço e da necessidade de compartilhar as atividades de cuidado. A rotina de cuidado de um bebê, como a filha de Carol, de dez meses, é tão intensa que é comum a queixa sobre a impossibilidade de cuidar da própria higiene e alimentação adequadamente sem o apoio de outras pessoas. Rememorando minhas próprias experiências pessoais (sou mãe de uma criança de seis anos), em conjunto com os relatos que acompanhei, penso em algumas tarefas inescapáveis: amamentação (atividade que não cessa sequer à noite, e se repete a curtos intervalos de tempo), troca de fraldas (atividade extremamente constante), lavar roupas, limpeza do ambiente, compras de produtos como fraldas, lençinhos umedecidos, pomadas, remédios (e uma infinidade de necessidades diárias que demandam idas à farmácia), consolar o choro (geralmente também muito frequente), aprender a lidar com as cólicas do bebê, além dos cuidados com a própria higiene, especialmente mais complexa no pós parto, envolvendo trocas constantes de absorventes, em meio à recuperação pós-parto, que pode ser alongada em diversos casos ou os cuidados com os próprios seios (que podem vazam leite e demandar troca de protetores, absorventes e roupas devido a vazamentos, além de “rachar”, “empedrar” dentre outros desconfortos e problemas). Estas são apenas algumas das atividades realizadas

¹² Para uma discussão sobre os conceitos de sexo, gênero e suas articulações com parentesco e família, ver Piscitelli (1998).

frequentemente nos primeiros meses de um bebê em situações de privação de sono e de descanso adequado. São também tarefas repetitivas e cíclicas: por exemplo: acalmar o choro do bebê, fazer massagem para cólica, amamentar, colocar o bebê para arrotar, dar banho, colocar uma nova fralda e roupas limpas, fazer dormir. Após o bebê acordar, o ciclo se repete, várias vezes ao dia e à noite. Repetir estes ciclos, em um contexto que, no caso de Carol (e de muitas mulheres), envolve uma situação de interrupção de planos, como trabalhar e estudar e sem ter apoio para partilhar o cuidado, torna o cotidiano “difícil” e “estressante”- palavras que me foram ditas pela interlocutora. Descrevi brevemente este cenário que também experienciei e sobre o qual há muito relatos nas redes sociais para tornar mais inteligível a quem lê a mágoa descrita por Carol ao ouvir do marido que ele já trabalhou o dia todo e não poderia “ajudar” a cuidar da bebê durante à noite. Carol também não trabalhou o dia todo? Repetir os ciclos de atividades de cuidado com um bebê incessantemente (além de conseguir fazer coisas como lavar louça, faxinar a casa, fazer compras, lavar roupas, gerenciar o pagamento de contas e etc.) e não poder ter a tranquilidade para sequer tomar um banho ou se alimentar sem interrupções, tornam a rotina de uma cuidadora extenuante. Narrando sua experiência com toda vivacidade de quem, naquele exato momento, estava experienciando essa alta carga de demanda de cuidados, Carol me relatou, diante disso, estar “odiando a maternidade com todas as forças”. Estes são apenas alguns exemplos do que pode envolver uma rotina de cuidados de crianças.

Abordarei nesta seção outras demandas de cuidado, a partir dos relatos das demais interlocutoras. Ao analisar estas experiências, é fundamental falar em *rede de apoio*. Esta é uma questão central para se pensar as maternidades virtuais nos espaços que pesquisei. Uma *rede de apoio*, ou a falta dela, influencia grandemente a qualidade de vida e as experiências das interlocutoras. Partindo destes contextos, uma *rede de apoio* pode ser entendida como uma rede de recursos e pessoas com quem é possível contar para partilhar demandas frequentes ou eventuais de cuidado com os filhos. Seja uma amiga que cuida da criança durante algumas horas em um dia eventual, uma avó que cuida da criança enquanto os pais trabalham, uma vizinha que compartilha uma marmitta de comida, um parente que vai à farmácia quando é preciso, por exemplo.

Carneiro (2021) reflete sobre a categoria cansaço em relação a maternidades contemporâneas de camadas médias, discussão que nos ajuda a ver também a

importância das *redes de apoio*. Carneiro (2021, p.4) descreve, no contexto em que analisa, um cansaço que advém “[...] da maternidade full time, da maternidade vivida na família nuclear e/ou oriundo da necessidade de se conjugar vida pessoal, família, trabalho e o mito da felicidade contemporânea”. A pesquisadora historiciza uma mudança na perspectiva do cuidado que deixa de ser coletivizada e passa a um contexto de se restringir a família nuclear nas camadas médias urbanas. Recuperando o clássico História Social da Família e da Criança, de Philippe Ariés (1981), a autora destaca o aspecto coletivo da criação dos filhos antes na modernidade capitalista: “[...] as crianças cresciam pelos feudos, sem tantos cuidados direcionados uma a uma, individualmente, e eram observadas por todos os que ali viviam” (CARNEIRO, 2021, p.4). Nesse sentido, uma expressão bastante popular nos *posts* e debates sobre maternidade virtualmente tem sido: “It takes a village to raise a child”. O ativismo de mães solo também tem tensionado modelos de cuidado que se concentram na figura de mães ou de uma família nuclear restrita, propondo “[...] uma partilha social do processo reprodutivo que transcenda o par conjugal ou a rede de parentesco [...]” (FINAMORI; ROCHA; ACHILEI, 2021, p.1).

Badinter (2011) propõe que além dos modelos de cuidado centrados na figura da mãe, perspectivas ecológicas também têm acentuado a dificuldade nos cotidianos de mães. Para a autora, há contemporaneamente um movimento de retorno a visões essencializadas sobre maternidade, no que ela chama de maternidade naturalista ou ecológica. Badinter caracteriza uma reatualização do mito do amor materno¹³ a partir da ideia de natureza, e demarca que a natureza começou a ser um argumento “decisivo para impor leis ou oferecer conselhos [...]” (BADINTER, 2011, p.59). Alguns exemplos de práticas que podem perpassar estas perspectivas naturalistas seriam a contestação de modelos biomédicos hegemônicos, como a problematização das cesarianas como via de parto¹⁴ e da centralidade da figura e autoridade do médico, a valorização da amamentação prolongada e em livre demanda, o uso de fraldas ecológicas de pano, a busca de tratamentos naturais e terapias alternativas para lidar com questões de saúde, a criação com apego, envolvendo pouca ou nenhuma terceirização do cuidado dos

¹³ Discussão clássica feita pela autora no livro “Um amor conquistado: o mito do amor materno” (BADINTER, 1985), mencionada com mais detalhe no primeiro capítulo desta dissertação.

¹⁴ Há mulheres que defendem publicamente, inclusive, o mote de que “cesárea não é parto”, gerando debates virtuais acalorados. Para mais informações sobre este debate, envolvendo a humanização do parto, algumas referências são Pulhez (2015) e Carneiro (2008).

filhos, entre outros aspectos. Vale ressaltar que menciono estas práticas a título de exemplo, considerando minhas experiências em campo e as análises de Badinter (2011), que é crítica a estas perspectivas ecológicas que, para ela, constituiriam uma “santa aliança dos reacionários”, que seria capaz de operar um retorno para concepções questionadas historicamente por movimentos feministas, como as ideias de instinto materno e centralização da mãe no papel de cuidado dos filhos.

Em campo, entre as interlocutoras, observo um movimento complexo, que envolve a adoção de algumas práticas passíveis de serem demarcadas como naturalistas ou ecológicas, e, no entanto, uma negação das práticas de maternidades intensivas que, segundo Badinter (2011), podem advir destas perspectivas. Isto é, não há um pacote de “maternidade ecológica” ao qual é possível aderir ou não, as práticas maternas cotidianas são complexas e plurais. Assim, é possível localizar entre as interlocutoras diversas práticas que podem ser entendidas como ligadas a perspectivas mais naturalistas e ecológicas, mas elas operam também um movimento inverso ao de “retorno à natureza”. A partir da valorização de *maternidades reais*, as interlocutoras estão problematizando ideais como o amor materno instintivo e se negando a buscar serem “mães perfeitas”. Lívia, mãe de uma criança de 1 ano e 10 meses, por exemplo, me relatou sua recusa a “ser uma mãe cheia de frufu” e a busca por uma “maternidade mais leve”, busca que é também a de Suzana, mãe de três, que quer sua maternidade como “algo tranquilo”. Lívia trabalha com terapias holísticas (como o reiki) e valoriza a criação com apego, enquanto Suzana, por exemplo, buscou tratar a cardiopatia de seu filho através da homeopatia, práticas que podem ser assinaladas na esteira do que Badinter caracteriza como naturalistas. Estes exemplos, em conjunto com os debates e queixas que as interlocutoras têm colocado publicamente nos debates virtuais sobre seus cansaços, e sobre a busca por compartilhamento das atividades de cuidado, me indicam a procura de uma maternidade na qual caibam escolhas, do que seja bom para os filhos, mas também do que seja bom para as mães. Em diálogo com a seção anterior deste capítulo, podemos elaborar que é um questionamento dos *figurinos*, dos papéis sociais e perspectivas sobre maternidades que não cabem em seus contextos pessoais, seja vindo do campo biomédico ou de alas naturalistas, da sogra, da amiga, entre outros.

Nesse sentido, a internet tem um papel importante para as interlocutoras, pois abriga espaços onde é possível interagir com outras mães que, em geral, não se

conhecem presencialmente, podendo até mesmo estar em diferentes regiões do país, mas que compartilham perspectivas semelhantes. Apesar de amamentar em livre demanda ou dar fórmula infantil na mamadeira, de parir em uma banheira em um parto natural ou em uma cesariana eletiva, uma perspectiva que é comum às interlocutoras e ao grupo virtual que frequentam é a denúncia dos sofrimentos que passam cotidianamente. Isto é, são mães que contestam a renúncia de si mesmas em prol dos filhos, colocando em debate também o próprio bem-estar e seus sentimentos. Analiso esta questão com detalhe no próximo capítulo, centrado nos sentimentos e emoções expressos pelas interlocutoras sobre as mudanças que têm vivido em seus cotidianos com o nascimento dos filhos.

Por ora, analisando as práticas de cuidado e retomando a discussão sobre *rede de apoio*, vale ressaltar também como se organiza o cuidado dos filhos para as demais interlocutoras. Mencionei anteriormente o caso de Carol, que não conta com ajuda ou participação de outras pessoas no cuidado de sua bebê de 10 meses, destaca especialmente a não participação do marido, que justifica esse baixo engajamento por trabalhar fora de casa. Partindo da perspectiva de participação dos pais biológicos das crianças no cuidado, mencionada por Carol em seu relato, trato agora da organização de Lívia.

Lívia conta com a ajuda eventual de sua avó, do seu pai, de algumas amigas e da sogra (mãe do atual companheiro), além de ter contratado uma babá para cuidar do filho nos momentos em que ela estava trabalhando presencialmente. Com a pandemia, ela passou a articular em casa o seu trabalho e o cuidado com o filho. Um aspecto fundamental nesta organização é o cuidado com a alimentação do filho, que possui diabetes tipo 1 desde o nascimento. Lívia me contou que até chegou a se afastar de algumas pessoas devido à dificuldade de sua rotina e ao fato de que não pode contar com todos de seu círculo de convivência por estes não se sentirem à vontade para fazer os exames de controle de glicemia. No entanto, Lívia me contou estar fazendo um movimento de buscar ser mais aberta às possibilidades de ajuda:

Eu achava que ninguém é, seria capaz de cuidar dele, poder ele ser diabético, aquela coisa que eu vejo muito nas mães, né? A gente acaba não delegando tarefas, porque a gente acha que nós somos as únicas capazes de cuidar dos nossos filhos. E aí eu comecei a delegar tarefas, a ensinar as pessoas, mas tem muita gente que tem pavor de sangue, né? Então, às vezes, quando precisa furar o dedinho dele pra medir a glicemia, as pessoas não fazem. Então, por exemplo, meu pai não faz isso, minha tia, quando vem

de São Paulo, ela faz, a minha madrasta faz, né? Mas a minha avó não consegue, ela já está bem debilitada e tal. E aí ele tem um sensor, né? Então, isso daí facilita bastante, que é só baixar um aplicativo, e aí passo pro lado e aí já aparece a glicemia. Tem essa questão assim, eu eu digo, por um outro lado, eu me afastei muito das pessoas, praticamente todas as minhas amizades por vergonha de eu ter sido abandonada na gravidez e também por causa da diabetes, porque a minha rotina mudou muito, o meu foco passou a ser ainda mais o meu trabalho (Lívia)

O diabetes do filho de Lívia é, para ela, um fator determinante na sua rotina, sobre o que ela destacou como um fator que torna sua maternidade “muito estressante”. A necessidade diferencial de suporte envolvendo diagnósticos de saúde, como é o caso da diabetes do filho de Lívia ou a cardiopatia do filho de Suzana (que abordo adiante na seção) gera outras demandas de trabalho de cuidado, descritas como mais intensas e que, por vezes, demandam novos aprendizados.

Carvalho (2020) analisando o ativismo de pais e mães de pessoas com autismo destaca o debate sobre dependência e autonomia envolvendo o cuidado. A pesquisadora aborda o cuidado como múltiplo, polissêmico e complexo, de modo a não demarcar sujeitos como “[...] passivos das lógicas de cuidado” (CARVALHO, 2020, p.12). Com foco na perspectiva de quem cuida, Carvalho (2020, p.12) aponta a importância das mães em seu campo de pesquisa, pois mesmo com a participação de alguns pais “[...] às mães são colocadas as responsabilidades das rotinas domésticas, as rotinas médicas, escolares e de trabalho. Constantemente, [...] a maternidade (e suas “virtudes”) é entendida como naturalmente apta ao cuidado e responsabilidade [...]”. Menciono o trabalho de Carvalho como um exemplo do trabalho de cuidado desempenhado por mães envolvendo necessidades diferenciais de suporte, que segundo a autora, não se limitam à esfera doméstica e privada, mas também envolvem participação em atividades sociais e políticas, por exemplo na luta pela garantia de acesso à direitos para os filhos, para além dos papéis de gênero, já apontados historicamente nos debates feministas.

A naturalização e responsabilização de mães pelo cuidado é uma prática arraigada socialmente. Lívia enfrentou situações difíceis envolvendo sua responsabilização pelo quadro de saúde do filho, que foi diagnosticado aos 11 meses de idade com diabetes tipo 1. Lívia me disse que o quadro “requer muita energia, muita atenção, muito dinheiro também”, pois o filho precisa ter uma alimentação diferenciada e variada, “[...] ele tem que ter sempre horário pra comida,

precisa ter um cardápio específico, tem que ter comidas naturais, do que é diet. Então não dá para ficar comendo salgado na rua, uma coxinha. Não dá para oferecer brigadeiro, uma balinha, pirulito, essas coisas” (Lívia). A interlocutora mencionou em nossa conversa, em especial, um processo por negligência que teve que enfrentar, envolvendo as condições de saúde do filho. Vale citar literalmente o relato de Lívia sobre o caso:

*Então, isso daí [os cuidados com o diabetes] já complica bastante a minha relação com a maternidade, né, vamos dizer assim, como um todo. [...] E aí fora isso, uma coisa que eu acho que aconteceu esse ano, no outro, talvez, foi uma denúncia que fizeram no hospital, não sei por que cargas d'água viram como se fosse uma negligência ele ter sido internado outra vez, ele tem um problema mesmo, assim, a barriga dele fica um pouco alta, ele ainda não foi diagnosticado, e aí ele teve uma constipação, não conseguia fazer cocô e aí eu fui levar. Levei várias vezes, ele não conseguia fazer cocô. E aí, numa das vezes que ele foi internado ou a médica que atendeu acionou o Conselho para mim, porque na concepção dela, ele estava com diabetes descompensada e eu estava sendo negligente na saúde dele. Aí ela denunciou, foi muito difícil para mim. [...] foi muito conturbado, mas foi muito importante, pois eu tive que prestar contas dele, tive que mostrar que eu não sou uma mãe negligente, e aí foi todo aquele transtorno, realmente psicológico. Quando eu achava que ia acabar perdendo a guarda dele, não é. Tem coisas que eles não falam. Eles não falam quem denunciou. Eles até falam, sei que foi de dentro do hospital. E aí, recentemente ele ficou internado de novo, mas por conta de uma diarreia. Tinha um surto de diarreia na minha cidade e eu não sabia. Então, mais um problema, né? Mais uma vez, eu tive que me ausentar. Ele ficou 13 dias internado lá em isolamento dentro do quarto. Então é uma coisa que, é **uma maternidade muito estressante, porque eu sempre tenho que estar atenta, eu tenho que às vezes olhar de madrugada pra ver se tá tudo bem, a glicemia, tem que olhar se o que ele vai comer vai subir muito, que ele não pode ficar nem hiper nem hipo, aí então é uma vigilância constante, então é uma maternidade muito estressante, porque as outras mães dão comida pros filhos e tá tudo bem, não tem que ficar olhando se ele vai passar mal ou não. Porque não é só uma crise alérgica que pode ter e coisa e tal, mas eu tenho que ficar controlando, né? Então eu tenho que ficar controlando, brigar com o organismo dele 24h por dia. Então é muito estressante, sabe. Muito, muito, muito estressante. Então isso é minha maior queixa (Lívia) [Grifos meus].***

Destaquei no relato de Lívia o que ela sintetiza sobre sua maternidade cuidando do filho diabético, ter que “brigar com o organismo dele 24h por dia” faz com que sua experiência seja estressante, para além das demandas de cuidado habituais pelas quais é responsável: “E eu acho que pesa mais é essa parte mesmo da diabetes, não é, e ouvir as pessoas falando: “ah, fulano se curou com esse chazinho”, as pessoas não entendem, né? Então, é muito estressante” (Lívia).

Suzana, de 43 anos e mãe de três filhos, viveu experiências similares envolvendo a condição de saúde do filho mais novo, de nove anos, que desde o

nascimento foi diagnosticado com uma cardiopatia que requeria idas constantes ao hospital, consultas médicas e cuidados:

Eu tive o meu filho e quando ele nasceu, ele era cardiopata. Ele tinha uma má formação no coração, ele tinha 2 sopros no coração junto, e eu já não conseguia mais cuidar das meninas porque eu vivia atrás de hospital com ele. Minha vida virou de ponta cabeça de novo. Ele, quando estava resfriado, ele não podia tomar um corticoide porque podia prejudicar o coração dele e isso foram gerando faltas e faltas no meu trabalho. Porque eles não aceitavam o atestado dele, eles aceitavam 2 meio período por mês para internação, para médico e outras coisas, e ele era um bebê considerado de alto risco, inclusive com laudo médico. E eu não podia deixar o meu filho no hospital. Sendo que eu estava cometendo o crime de abandono de incapaz também, se eu fizesse isso. Isso gerou 6 processos administrativos e a minha justa causa (Suzana).

Suzana era servidora pública concursada, mas foi demitida devido às faltas no trabalho para acompanhar seu filho ao hospital. A condição de saúde do filho complexificou seu contexto pessoal. O filho de Suzana, conforme relatado na seção anterior, nasceu de uma gestação não planejada e em um momento no qual Suzana vivia na mesma casa que seu primeiro marido (não tendo reatado o relacionamento com ele, mas aceitando uma oferta de ajuda que ele fez) e tinha duas filhas, uma com três anos de idade. A rotina marcada pelas temporadas em hospitais impossibilitou que Suzana cuidasse de suas filhas mais velhas, algo do qual ela se queixa no trecho transcrito acima. A demissão no trabalho sucedeu outras dificuldades, especialmente financeiras, que posteriormente levaram inclusive a situações de fome, que Suzana relatou ao me contar que já precisou viver de doações de cestas básicas em um período de tempo. Além de todas as pressões vivenciadas para cuidar dos filhos e as dificuldades econômicas, é emblemática também a menção que Suzana faz ao crime de “abandono de incapaz”, como se a acusação de ser negligente pudesse bater à porta a qualquer instante- o que ocorreu com Lívia em suas sucessivas idas ao hospital com o filho, e permaneceu no horizonte a cada vez que precisava recorrer aos serviços de saúde, independente da queixa do momento.

A questão da paternidade dos filhos de Suzana e Lívia, em suas experiências plurais, também é um elemento importante a considerar refletindo sobre suas práticas de cuidado, para além das demandas específicas de saúde dos seus filhos. No caso de Suzana, a filha mais velha conviveu com o pai (primeiro marido de Suzana) e a família paterna, sendo cuidada também pela avó na primeira infância,

mas a filha e o filho mais novos não tiveram a participação do pai (segundo marido de Suzana) em suas criações. Ao descobrir a gravidez do filho e informar ao seu ex-marido, ele inicialmente aceitou e se alegrou, mas posteriormente acusou Suzana de ter se relacionado com outras pessoas e não reconheceu a paternidade legalmente e nem se envolveu (em quaisquer esferas) na criação do filho. Assim, todas as responsabilidades foram assumidas por Suzana, que já tinha outras duas filhas, com 14 e 3 anos à época, para cuidar.

Já Lívia, descreveu a paternidade do filho como “um desastre”. Conforme mencionado nas seções anteriores, ela move um processo internacional de reconhecimento de paternidade, pois o pai biológico de seu filho não assumiu a paternidade ou teve qualquer envolvimento na criação do filho. Lívia mencionou, inclusive, “a vergonha de ter sido abandonada na gravidez” como um fator para ter se afastado de pessoas que faziam parte do seu círculo de convivência. Lívia descreve seu atual companheiro como um “pai do coração” para o filho e atribui a sua relação como um fator que tem atenuado suas dificuldades como mãe solo. Ela entende que permanece sendo mãe solo, pois é a responsável pela integralidade das responsabilidades com o filho, sendo eventuais os apoios que recebe. Para Lívia, a maternidade solo foi especialmente dolorosa em sua gestação e nos primeiros meses do filho, quando lidava intensamente com o estigma do abandono. Lívia não quis dar sequência às nossas conversas no último contato que fiz com ela, me dizendo que estava em um bom momento e que não queria rememorar os sofrimentos pelos quais passou. Vale ressaltar a sua autorização expressa para utilizar as informações de todos os contatos que tivemos, apesar da sua decisão de não prosseguir em novas entrevistas. Menciono o curso da minha interação com Lívia para exemplificar as dificuldades que ela enfrentou com a quebra da conjugalidade e de sua expectativa de “formar família”, com a não participação do pai biológico de seu filho:

*Eu levanto essa bandeira [maternidade solo] por eu sou, porque mesmo que eu tenho meu namorado hoje, né, isso não me faz ser uma mãe não solo. Ele é a minha responsabilidade, **é só o meu nome que está na certidão dele**, então eu continuo assim, eu tenho uma rede de apoio, mas eu continuo sendo mãe solo (Lívia) [Grifo meu].*

Destaquei na transcrição da fala de Lívia a menção a seu filho ser sua responsabilidade ligada ao reconhecimento legal da paternidade- só o nome dela

consta na certidão de nascimento. O reconhecimento da paternidade tem uma importância simbólica e prática, mas além da busca por um reconhecimento legal, pode evocar também demandas de “relações de cuidado, confiança e obrigações mútuas” (FINAMORI, 2012, p.252). Livia me disse não ter quaisquer esperanças com o processo atualmente. Levantar a bandeira da maternidade solo, como mencionado pela interlocutora, tem sido importante para ela, que tem compartilhado a compreensão sobre sua parentalidade inclusive com suas clientes nas terapias holísticas com as quais trabalha. Segundo ela, muitas de suas clientes têm se reconhecido em suas falas sobre maternidade solo, e embora ela não tenha atendimentos ou terapias voltados a este público, este tem sido um elemento agregador na relação com suas clientes.

Refletindo sobre articulações entre parentalidades e conjugualidades, vale passar ao contexto de Maria, mãe de Mateus, de 3 anos e 9 meses. Ela compartilha as atividades de cuidado do filho com seu marido, pai de Mateus, organização a qual ela dá muito valor. Ela relatou que se sentiu muito sozinha desde que seu filho nasceu. Em seu contexto pessoal, a participação do marido foi se incrementando ao longo do tempo, com ela demandando uma divisão mais equilibrada. Relembrando o puerpério como a fase mais difícil que enfrentou, Maria me disse:

*[...] e eu tava exausta, não tinha dormido nada de noite, eu ficava num estado de alerta tão grande que eu não dormia direito de noite e de dia eu também não conseguia dormir, cê tá entendendo, então eu não conseguia relaxar pra dormir. Eu lembro que, essa frase eu nunca esqueci, tava com uns sete dias depois que a gente chegou do hospital, eu morta de cansada aí eu pensei, eu comparei ele com um trabalho: **“meu deus, isso é um trabalho que eu tenho que trabalhar 24 horas por dia, sete dias por semana, e sem direito a férias”** foi exatamente isso que eu pensei, assim, comecei a chorar, aquele turbilhão do puerpério, e foi realmente muuuuito difícil. E não foi só no começo nos primeiros meses não, eu digo pra você que pra mim foi começar a melhorar um pouquinho lá chegando nos dois anos, que foi começar a melhorar a minha relação com ele (Maria).*

A comparação que Maria faz do trabalho de cuidado com o filho com características de um emprego formal e seus direitos trabalhistas (como o descanso, horário regulamentado, férias...) dá a dimensão da intensidade do puerpério e cuidados com um bebê e na primeira infância. Suzana, mãe de três filhos em idades distintas, nos dá pistas para compreender o cuidado de crianças em diferentes faixas etárias, o que abordarei adiante nesta seção. Falando da participação do companheiro, pai de Mateus, Maria me contou:

*Então ele é um cara bem tranquilo, bem participativo, assim, **ele tem aqueles defeitos que a maioria dos homens tem, eu acho que é um defeito até cultural, tipo, é... ele faz as coisas em casa, isso ele faz, mas tipo, você tem que pedir ou então avisar, “Ó, fulano, faz isso e isso?”** ele não tem aquela coisa que a gente tem de olhar e ver que tem que fazer, entendeu. Mas isso eu já reparei que **é tudo enquanto é homem**, parece que eles são criados assim, eles não vêem, **a gente aprende desde pequena a verificar uma casa, ver o que precisa fazer e ir lá e fazer, homem não**. As coisas podem tá de perna pro ar, ele tá lá... [...] Então, assim, isso já me estressou bastante, a gente já brigou por conta disso. Ai, é, eu falei “cara, você tem que pensar, não sou só eu, que essa carga só minha, entendeu. [...] Você pode muito bem olhar, ver e fazer, não precisa de eu ficar falando, “ó, faz isso, faz isso, faz aquilo, faz aquilo”. Mas tipo, se eu falar pra fazer ele faz, entendeu (Maria) [Grifos meus].*

Destaquei em negrito alguns pontos do trecho da fala de Maria indicando sua percepção sobre o envolvimento do companheiro nas atividades domésticas/ de cuidado. É interessante ver que ela menciona um “defeito cultural” apontando que precisa pedir ao companheiro para que ele realize as tarefas domésticas, enquanto ela, como mulher, já foi treinada a perceber as necessidades ao redor. Ao mencionar um “defeito cultural” e falar sobre o aprendizado pelo qual passou, Maria faz um movimento importante, pois não naturaliza papéis sociais de gênero, o que ainda é algo muito comum. Em trabalho anterior (ACHILEI, 2022) analisei comparativamente a presença de homens e mulheres em cargos de liderança em uma instituição de ensino e, naquele contexto, por exemplo, entre as próprias mulheres era comum o entendimento de que mulheres são naturalmente mais delicadas, mais atentas ao outro, mais cuidadosas. A naturalização destas percepções pode ter algumas implicações: uma delas é a não compreensão de características e habilidades que envolvem o cuidado como qualificações ou atividades aprendidas, então o aprendizado e empenho de mulheres nessas atividades não é valorizado. Assim, mulheres cuidadoras podem ser vistas apenas como um dado da natureza, sendo invisibilizadas as construções culturais envolvidas nas relações de cuidado. Outro aspecto, é o não compartilhamento do cuidado com homens. Se mulheres são consideradas como naturalmente aptas a cuidar, esta atividade não é endereçada a homens.

O relato de Maria expressa elaborações do cuidado que socializam mulheres para que os assumam. Envolvendo a questão do cuidado, Weber (2006) instiga a pensar a constituição dos vínculos familiares e de parentesco. A autora analisa “[...] o parentesco como conjunto de obrigações morais e legais- inclusive a obrigação de

tomar conta e cuidar, mas também como conjunto de direitos econômicos e políticos para a transmissão simbólica e material” (WEBER, 2006, p. 479). Weber investiga a participação de homens e mulheres nas atividades de cuidado e “linhas de sucessão” na França, sugerindo a força da ideologia do sangue e que “as mães, em comparação com os pais, não têm na França direitos de maternidade, apenas deveres de maternagem” (*idem*, p.489).

Citando o caso de Helena, mãe solteira e que não possui direitos de tomar decisões sobre os filhos, “desprovida” pelo Estado francês, a autora faz uma distinção entre responsabilidade e cuidado: “Helena tem o direito de cuidar de seus filhos (ao qual ela se refere como “o trabalho ruim, as tarefas braçais e o fardo mental”), mas não o direito de ser responsável por eles (ao qual ela denomina de “o poder de tomar as decisões”)” (WEBER, 2006, p.490). E comparando o caso de Helena com o de Saliha, uma filha que recebe uma remuneração do Estado como incentivo para que cuide de seu pai idoso, a autora reflete:

*Parece-me que ser mãe dedicada é considerado um comportamento natural, ao passo que ser filho dedicado é considerado um comportamento moral. O Estado Social quer incitar os filhos a cuidarem de seus idosos; por outro lado, ninguém precisa incentivar a mãe a cuidar de seus filhos. [...] Na França, há direitos paternos (a paternidade está fundada no casamento ou no reconhecimento legal como expressão da vontade), porém não há direitos maternos (a maternidade é considerada uma questão de biologia e de amor natural, não uma questão do direito) (*idem*, p.492-493).*

Os relatos de Maria sobre o cotidiano de cuidados com seu filho, e as diferenças de responsabilidades assumidas por ela e seu companheiro são também um exemplo de elaborações do cuidado, tais como discutidas por Weber (2006), que naturalizam as atividades de cuidado serem desempenhadas por mães, ao passo em que os pais não são socialmente responsabilizados por estas demandas.

Maria e outras mulheres que estão debatendo publicamente sobre suas maternidades nos fóruns virtuais têm demandado dos pais de seus filhos (que em muitos casos são também seus companheiros e com quem dividem o espaço doméstico) que eles assumam uma parcela das atividades. Além do compartilhamento das atividades mais corriqueiras, outro debate que tem sido levantado pelas interlocutoras é a questão da carga mental¹⁵. Podemos entender a

¹⁵ Um material muito popular nas redes sobre carga mental é o quadrinho “Era só pedir” da quadrinista francesa Emma Clit, traduzido no Brasil pelo grupo Bandeira Negra. A autora retrata situações cotidianas no cuidado de um ambiente doméstico e apresenta a responsabilidade de mulheres ao lidarem com essas tarefas, enquanto homens justificam que não as fizeram porque as

carga mental, nesse contexto, como o trabalho de gerenciamento de tarefas domésticas, uma gestão praticamente invisível que envolve planejamento, organização e tomada de decisões sobre inúmeros aspectos que envolvem o cuidado e o bem estar de um grupo doméstico. Os debates sobre carga mental têm buscado o reconhecimento do trabalho envolvido nesse gerenciamento da vida doméstica, que é amplamente invisibilizado socialmente. Assim, as discussões sobre o compartilhamento de atividades não se limitam a tarefas específicas e cotidianas, mas envolvem a percepção de uma teia de atividades que se interligam para que uma casa funcione. Por exemplo, sobre a tarefa de lavagem de louças, a discussão não é baseada apenas em quem se encarrega do trabalho, mas também envolve ter em vista que para lavar louças, é preciso ter o detergente, a esponja, pagar a conta de água, ter panos de cozinha limpos para secá-las. É ver, ao lavar a louça, que a mangueira de vazão da pia está danificada e providenciar a troca, limpar o fogão ao lado que também está sujo. É uma discussão que envolve autonomia e responsabilidade para se perceber as demandas de cuidado e de fato efetivá-las. Algumas queixas levantadas nos fóruns virtuais de mães sobre carga mental e maternidade são, por exemplo: o agendamento e comparecimento em consultas médicas e odontológicas, atualização do cartão de vacinas das crianças, compra de roupas novas (quando as antigas deixam de servir), manter uma relação com a escola, acompanhando o percurso dos filhos (não saber o nome da professora dos filhos ou o ano escolar em que estão têm sido apontados por mães nas redes como sinais do desligamento de muitos pais nesse aspecto), compra de mantimentos para a casa, acompanhamento do círculo de convivência da criança (lembrando de comprar o presente de aniversário pro amiguinho, por exemplo, ou organizando as possibilidades de encontro para brincar, para ir à praça, etc.), entre muitos outros aspectos.

Nesse sentido, um exemplo importante é também o debate sobre o termo “ajuda”. “Ajudar em casa” tem sido uma ideia problematizada, porque “ajudar” remete a um apoio eventual a um responsável pela execução de uma tarefa. Assim,

companheiras não pediram, por exemplo: -“Você não lavou a louça?” -“Mas... você não me pediu!” A partir destas situações, a ilustradora apresenta o conceito de carga mental e seu impacto na vida de mulheres. O quadrinho está disponível, entre outros, no Portal Geledés:<<https://www.geledes.org.br/quadrinho-explica-por-que-as-mulheres-se-sentem-tao-cansadas/>> Acesso em dez./2022. Vale ressaltar também a matéria sobre o assunto de Rita Abundancia para o jornal El País em 2019, disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/01/politica/1551460732_315309.html> Acesso em dez./2022.

a perspectiva da “ajuda” tem sido rejeitada por muitas mulheres, em prol da ideia de participação, de “fazer sua parte”. Esta mudança desloca o auxílio eventual para a responsabilidade compartilhada sobre o funcionamento do ambiente doméstico. Desse modo, abordar carga mental permite colocar luz sobre as tarefas que em geral não são vistas, mas são fundamentais para a vida doméstica e têm sido executadas diariamente por mulheres.

O incômodo de muitas mulheres a respeito das tarefas visíveis e invisíveis de cuidado levou à criação da categoria “pai de Instagram”. Essa nomeação é uma crítica a pais que aparentam ser participativos na criação dos filhos e ter vínculo emocional com eles diante de outras pessoas, mas que, de fato, não participam ativamente das atividades de cuidado e da vida dos filhos. O Instagram é uma rede social centrada no compartilhamento de imagens e vídeos, na qual é comum a elaboração da imagem pessoal a ser transmitida de forma a valorizar-se socialmente. Desse modo, a referência a esta rede coaduna com o ponto da crítica feita a parentalidade de muitos homens. Por exemplo, nos debates virtuais mães que compartilham a guarda dos filhos com ex-companheiros se queixam do fato dos pais tirarem fotos com os filhos ao encontrar com eles esporadicamente e postarem nas redes sociais, recebendo elogios e sendo vistos como bons pais, enquanto elas, que se encarregam cotidianamente pelas compras no supermercado, troca de fraldas, lavagem de roupas, limpeza do chão, preparo da comida e cuidado diário dos filhos, não são elogiadas ou celebradas da mesma forma. Um exemplo que me chamou atenção recentemente, no contexto de compartilhamento da guarda dos filhos, é uma decisão que vi ser publicizada em alguns vídeos nas redes sociais: a de não preparar uma bolsa/mochila para os filhos irem para a visita ou temporada na casa dos pais, alegando que eles devem ter objetos de uso pessoal não apenas na casa da mãe. Nestes vídeos, diálogos de Whatsapp são apresentados com as queixas dos pais de que as mães não enviaram fraldas, mamadeiras, comidinhas, calçados (que além de serem enviados já organizados previamente, eram devolvidos sujos para que elas lavassem, limpassem e organizassem). As mães demarcam nos vídeos suas recusas de trabalharem organizando inclusive os momentos de convivência dos filhos com os pais. Esta é mais uma recusa da sobrecarga de tarefas, inclusive de uma carga mental, problematizada nos fóruns virtuais. A mediação da relação dos filhos com os pais acaba por ser, em muitos contextos, mais uma tarefa no rol de responsabilidades de mulheres. Então, além do

zelo pelos filhos em atividades corriqueiras, as mães passam a ser guardiãs também da relação entre pais e filhos.

Vale ressaltar a perspectiva elogiosa de Maria do fato de poder compartilhar as atividades domésticas de cuidado com o marido, mesmo que ela ainda administre uma carga mental e, eventualmente, precise pedir ou conversar com o companheiro demandando mais envolvimento dele nessas tarefas. Ao falar das dificuldades vivenciadas em sua maternidade, ela elabora a importância, em seu contexto pessoal, de partilhar a criação do filho com o companheiro:

*Cara, eu fico pensando, né, como eu tive essa toda, é, mesmo com tudo isso, querendo ou não uma certa estabilidade financeira, com um pai presente, e ser mãe pra mim foi a coisa mais difícil da minha vida. Eu fico imaginando como deve ser pra aquelas mães solteiras com dificuldade financeira, dependentes financeiras de alguém e tal, sozinha pra cuidar daquele ser humano. Cara, eu, nossa, não consigo nem imaginar como é que deve ser, deve ser extremamente, muito mais difícil. E pra mim foi muito difícil mesmo. [...] mas é assim, cara, não é fácil. olha, eu vou ser sincera, **eu acho que deus sabia o que tava fazendo quando colocou duas pessoas pra gerar uma porque é extremamente complicado. Você precisa de duas pessoas para cuidar de uma criança.** Você não consegue cuidar de um filho sozinho, não dá. A gente tava até conversando sobre isso outro dia, tipo, um serve de apoio pro outro. Por exemplo, eu tava super estressada com o menino, aí ele vem, tira aquele foco ali, ele vem, pega o menino, tal, pra evitar de eu estourar, né, e gritar, e às vezes até dá uns tapas no menino. Então ele vem e tira aquele foco. Ou às vezes o menino deixa ele muito estressado eu vou e vejo que ele já tá perdendo a paciência, eu vou lá e tiro, então pra fazer um equilíbrio ali, um precisa do outro, cara, muito, muito difícil. **Cuidar de um ser humano, cuidar, educar, enfim, é um negócio que não é pra uma pessoa só,** eu acho que eu não conseguiria (riso) sozinha, eu acho que eu estaria muito mais surtada se eu tivesse cuidando sozinha de uma criança (Maria) [Grifos meus].*

Grifei no trecho da fala de Maria a importância que ela dá ao compartilhamento do cuidado com o pai de seu filho e marido. Ela valoriza, em seu relato, a possibilidade de articular a parentalidade do filho com a conjugalidade. Compartilhar o mesmo espaço, morar na mesma casa, permite a situação de alternância dos cuidados que ela menciona como possibilitador de um equilíbrio. Vale ressaltar que enquanto Maria faz uma valorização dessa articulação, socialmente, para muitos homens, essas dimensões são organizadas de outro modo, não sendo incomum que com o fim da relação conjugal, eles abandonem seus filhos (FONSECA, 2014). A despeito dos motivos e contextos que levam a esse abandono da paternidade, ressalto este aspecto para apresentar como a obrigatoriedade da relação parental e das práticas de cuidados podem ser mais frágeis se consideradas as relações entre pai e filhos em relação ao vínculo entre

mães e seus filhos. Mães “abandonantes” enfrentam forte estigma social e pagam com um alto custo pessoal, como, por exemplo, com a impossibilidade de retomada das relações com os filhos (FONSECA, 2014).

Vale ressaltar que além da problematização das desigualdades na organização do cuidado, outras posturas também são adotadas pelas interlocutoras. Afora a demanda por maior participação dos pais no cuidado, uma solução recorrente, quando há possibilidade, é também a terceirização do cuidado. Isso pode ser feito envolvendo outras pessoas, por exemplo com a contratação de diaristas e babás, mas também pelo investimento em soluções tecnológicas. Vale ressaltar, nesse sentido, algumas experiências de Maria:

A gente optou por chamar uma pessoa para fazer a limpeza aqui em casa uma vez por semana, porque eu também não estava dando conta. [...] É a minha sogra, inclusive a minha sogra, que vem toda sexta-feira fazer a limpeza, que ela é diarista, então a gente paga pra ela, ela vem e faz o serviço.

*Tipo, um dia está arrumado, no dia está uma bagunça, viu? Meu Deus, como é que aconteceu isso? E **eu ainda chamei uma outra auxiliar, que foi uma máquina de lavar louça**. Ai, meu filho, foi um negócio que eu paguei assim, paguei em 12 meses, mas paguei feliz.[...]. Que negócio útil. Eu não aguentava a pia cheia de pratos toda hora, cheia de copo. [...] Então eu estou fazendo tudo o que der para trazer praticidade na minha vida, enfim, então eu vou diminuir ao máximo a carga de trabalho que eu tenho fora do meu trabalho, né? [...] **Olha, a máquina de lavar louça foi um divisor de águas aqui, diminuiu de uns 70% das brigas mais ou menos**. Porque ele vai lá, ele mesmo bota as louças. Às vezes eu coloco as vezes ele coloca, então a gente ainda divide essas responsabilidades (Maria) [Grifos meus].*

Destaquei em negrito as menções de Maria à lava-louças, que já vi ser chamada em fóruns online como “salvadora de casamentos”. Lavar a louça (ou lavar vasilha, como é dito no meu próprio contexto familiar de origem) é uma atividade que é muito destacada no contexto das tarefas domésticas, o que credito ao fato de ser uma atividade frequente e cuja necessidade é basicamente constante. A louça está associada a uma atividade primordial que é a garantia da alimentação no ambiente doméstico, assunto que emergiu como um tema muito importante para Maria, Lívia e Suzana.

Para Lívia, conforme mencionado, a alimentação é um assunto fundamental devido à diabetes do filho. Ela precisa monitorar a todo o tempo os tipos de alimentos e quantidades que o filho come, inclusive mediando as tentativas de outras pessoas de oferecerem coisas que fogem à dieta dele. Essa vigilância faz com que a maternidade de Lívia seja muito estressante, conforme ela contou. No

caso de Suzana, a alimentação foi também um assunto destacado. Ela passou situações de extremas dificuldades com a família, precisando contar com doações de cestas básicas e de uma vizinha que preparava os alimentos para ela e a família, após Suzana ter sido demitida e migrado com a família para o Sul do país:

Bem, quando eu fui demitida, a gente veio para cá, a gente não tinha botijão de gás, a gente pedia para a vizinha cozinhar cesta básica. A gente ganhou, a vizinha cozinhou. Muito brava, porque ela tinha que fazer 2 janta, jogava casca de cebola junto com o tempero na comida e tal. Meu marido, já vi desmaiar de fome para deixar a comida para nós quando nós chegamos aqui. E essa minha filha [filha de 12 anos], o quadro de ansiedade dela desenvolveu nesse lado, né, da comida. E uma vez eu resolvi deixar para ver até onde ia. Ela comeu 8 pães e tomou meio litro de leite no café da manhã. Ela tinha, como se eu não desse, ela começava a gritar que estava com fome. As vizinhas achavam que eu estava batendo, que eu estava matando ela de fome. Eu não sabia o que fazer. Eu saía na rua para pedir coisas para os outros, para vizinho, igreja, em centro e mercado. Então, assim, a maternidade não é brincadeira não (Suzana).

As situações graves de vulnerabilidade descritas por Suzana marcam suas experiências de maternidade. Ela faz uma ligação do contexto extremo de dificuldade econômica a sua demissão do emprego público, que ocorreu devido às faltas dela acompanhando o filho mais novo ao hospital. Sua filha desenvolveu um quadro de ansiedade que se refletiu no comportamento alimentar, ligado às situações de restrição que viviam. Além de uma preocupação com a situação de propiciar uma alimentação adequada para si e os filhos, nesta época, a preocupação com possíveis críticas e acusações de negligência também apareceram. Suzana já tinha vivido o medo de ser acusada de “abandono de incapaz” caso não estivesse com o filho no hospital durante as internações e na situação descrita no trecho acima, pairava a preocupação com ser vista como negligente.

Estas preocupações têm diminuído com o crescimento dos filhos e com a estabilização econômica de Suzana e seu atual companheiro. O crescimento dos filhos tem sido um motivo de esperança:

*Eu diria para você, sim, com toda a certeza do mundo, que a pior parte da maternidade para mim foi dos 3 aos 8 anos, com os 3 que eles estão naquela transição de bebê para criança, de criança para adolescente. É muito grande para isso, é muito pequeno para aquilo, ah isso não pode, aquilo tem que fazer, mas eles não querem... É um caos, é muita pirraça, é muito “mãe!”, é muito questionamento. É muito difícil fazer eles entenderem as coisas simples, sabe? **Tipo assim, eu tenho uma caixa de leite, hoje é dia 20, ela tem que durar até o final do mês, tá bom? “Tudo bem”. Se a gente tomar tudo, a gente não vai ter, porque é final do mês, tudo bem? “Tudo bem”. Amanhã você acorda, eles tomaram 3 l. Entendeu? Hoje já***

não está mais tão assim, mesmo porque a gente também não está mais naquela situação tão difícil. Mas já aconteceu de ter um café da manhã para um e para outro separado, não é, para mim, pro meu marido, a menina do meio acordar e comer tudo, entendeu? Hum, então, hoje está melhorando, devagar. Eu estou sentindo que as coisas estão melhorando, o que eu estou tendo, eu tenho hoje, eu consigo tomar um banho, eu consigo sentar no vaso e ficar ali esperando a coisa acontecer, entendeu? Ou eu sinto que se tiver uma panela no fogo alguém pode correr, desligar para mim quando estou no banheiro, enquanto estou no telefone. Eu estou aqui conversando contigo, não tem ninguém berrando, entendeu? A fase mais crítica, mais difícil, já foi. Eu sou uma mulher muito calma, sou muito tranquila, sabe? Meu dia a dia é tranquilo, meu trabalho é tranquilo. Meu relacionamento é tranquilo. Por que não a minha maternidade não virar um negócio tranquilo também? Hum, eu acho que eu mereço (Suzana) [Grifos meus].

Suzana mencionou também em nossas conversas a tarefa de mediar o relacionamento entre os filhos, que costumam ter brigas constantes. Assim, orientar a divisão do pacote de bolacha, da organização do tempo e apartar os conflitos é mais uma das atividades de cuidado presentes em sua rotina. É interessante ver também que como Suzana tem filhos em idades distintas, inclusive uma filha na idade adulta, isso a permite comparar as atividades de cuidado em diferentes fases da vida dos filhos. Esta comparação e observação da passagem do tempo fazem com que ela tenha esperança de que a sua carga de tarefas e responsabilidades sejam atenuadas. Suzana encara a criação dos filhos com a perspectiva de “terminar”, isto é, de conduzir atentamente os filhos mais novos até a idade adulta, o que já ocorreu no caso de sua primeira filha. Ela chegou a mencionar que atualmente seu companheiro a apoia no cuidado dos filhos, mas que sente que esta é uma responsabilidade que a pertence e que não se imagina estando “100% tranquila”.

Abordando a divisão das tarefas de cuidado entre cônjuges, e tratando também da importância da questão da alimentação dos filhos para outra interlocutora, destaco mais um trecho do relato de Maria:

Eu tenho muita preocupação com com relação a essa questão da alimentação do Mateus, não é? Então eu procuro fazer o máximo. Tento fazer quase que todo o dia um suco de laranja, couve, beterraba e tal, porque eu sei que é uma fonte muito boa de vitamina que ele não consome de outra forma, né? Então, eu sempre chego do trabalho e já vou fazer o suco. Aí eu chego do trabalho, eu vou lá para a cozinha, eu vou fazer um suco. Eu vejo que tem alguma roupa jogada no chão, eu vou pegar, vou e tal. Aí eu percebi, eu percebi assim, tipo ou de umas 2, 3 semanas que ele [marido] chegava e sentava. Depois disso, aí teve um dia que eu falei assim: “olha, você está percebendo que eu estou chegando, estou fazendo um monte de coisa, você chega e senta”. Mas eu não briguei, não, eu só falei dessa forma, não é? Aí no outro dia eu já percebi que ele chegou e foi fazer alguma coisa. Aí outro dia eu falei assim: “Ó, só eu que estou fazendo o suco do Mateus,

eu preciso que você me ajude também, a responsabilidade não é só minha". Teve uma semana que eu trabalhei muito. Eu fui para umas 3 assembléias à noite, aí teve outro dia que eu tive que ficar no escritório até tarde, então tipo uma semana que eu cheguei tarde todo dia. E nessa semana, o menino não tomou suco nenhuma vez, entendeu? Eu fiquei chateada. [...] [Se está] me incomodando, eu converso com ele. A gente conversa assim, entende? Eu vejo que eles se esforçam para melhorar. Passa ali um tempinho fazendo tudo certinho e depois vai folgando de novo. Aí depois tem que conversar de novo (Maria) [Grifos meus].

Mencionei anteriormente, no primeiro capítulo, que a alimentação de Mateus é um ponto de preocupação para Maria, que percebe uma seletividade alimentar no filho e vivenciou períodos em que ele perdeu muito peso, por exemplo. A primeira experiência que ele teve em uma creche marcou também um momento de maior dificuldade para Mateus em se alimentar, o que inclusive gerou um sentimento de culpa em Maria por o ter colocado na creche. Esse contexto é importante para compreender a importância do suco que ela menciona no trecho transcrito acima. Essa é uma atividade que podemos tomar como exemplo da discussão sobre carga mental. Maria, conhecendo e avaliando os hábitos alimentares do filho, se preocupou com a ingestão adequada de nutrientes e elaborou uma estratégia para melhorar a nutrição do filho, incluindo na sua rotina a preparação de um suco. Isso não ter sido uma responsabilidade encarada com a mesma atenção pelo pai de Mateus fez com que Maria ficasse chateada e conversasse com o marido, pedindo que ele cooperasse e assumisse também esta responsabilidade. Ela destacou, sobre outras questões, o fato de ele fazer as tarefas quando solicitado. Vale mencionar que este não é um cenário comum, pois mesmo com pedidos de ajuda explícitos muitos homens ainda não se envolvem nas atividades domésticas e de cuidado. Mesmo o companheiro de Maria sendo avaliado por ela como parceiro e presente, ela ressalta o fato de "ir folgando" a atenção dele às tarefas domésticas. Acompanhei em campo muitas mulheres brincando em seus posts com o fato de "o filho que dá mais trabalho ser o filho da sogra", o que envolve também o desgaste causado por este gerenciamento da participação dos homens nas tarefas domésticas. Assim, é possível ver que o gerenciamento das tarefas de cuidado e da vida doméstica como um todo, e não apenas sua execução, tem recaído sobre as interlocutoras do trabalho e de modo amplo a muitas mulheres e mães.

Esta feminização do cuidado pode ser vista também a partir da importância das figuras das avós no cuidado dos netos. No contexto familiar de todas as interlocutoras há a participação ou ao menos a expectativa do envolvimento das

avós no cuidado das crianças. Para compreender essa importância vale retomar como se organiza o cuidado para as interlocutoras. No caso de Jéssica, sua sogra e sua mãe, avós de sua filha de 2 anos, são figuras essenciais, em especial a mãe de Jéssica que cuida regularmente da criança enquanto Jéssica e o marido trabalham. No contexto de Carol, ela gostaria de ter a ajuda da mãe e demanda por esta participação, mas não recebe este apoio, o que é um motivo de mágoa e descontentamento de Carol. Para Livia, a sogra (mãe do seu atual companheiro, que é um “pai do coração” para o filho) e sua avó são ajudas com quem ela pode contar eventualmente. A mãe de Livia faleceu quando ela era mais nova, o que eu soube ao perguntar exatamente sobre sua *rede de apoio*, momento em que ela elencou que não tem a mãe presente para apoiar.

Suzana também não pode contar com o apoio de sua mãe, o que ela liga ao diagnóstico de Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC) da mãe, que seria um empecilho para ela cuidar dos netos. Já a sogra (mãe do primeiro marido de Suzana, que é pai da filha mais velha) foi uma figura importante, sendo que a filha mais velha de Suzana já chegou a morar com a avó durante um período de cerca de 3 anos. Apesar de ter sido um ponto de apoio, a relação de Suzana com a sogra não era harmoniosa. Suzana se sentia invadida, não tendo privacidade e respeito às suas decisões. Este foi inclusive um ponto de conflito ligado à separação de Suzana e do companheiro: “Eu morava perto da sogra. Minha sogra começou a se intrometer demais. Ela queria, inclusive, colocar o bebê para amamentar, ela segurando o bebê no meu seio” (Suzana). Suzana se queixou do seu marido apoiar a mãe e não ela nestas situações. Suzana engravidou aos 19 anos, e sua idade era um motivo para o questionamento de suas escolhas:

[...] a mãe dele sabia tudo e eu ainda era uma menina que não sabia nada ao ver das pessoas [...]. Ela achava que eu não tinha juízo. Ela queria tomar a frente. [...] Sei lá, não acho que nenhuma mulher merece isso na vida. Sabe, eu acho que eu vou me policiar muito quando eu for sogra para não fazer isso, sabe, um porque tira a sua autonomia, tira a sua autoridade, tira a sua privacidade. Já não é legal você ter um bebê recém nascido, prematuro, doente, ainda ter que aguentar que você não é capaz de cuidar disso. Sabe, de ter alguém ali invadindo a sua vida [...] Eu queria tirar as chupetas da minha filha, ela ficava com dó e dava escondido [...] (Suzana).

Suzana também ligou o questionamento de sua autoridade ao fato de morar na casa da sogra e ao fato de não estar trabalhando. Segundo ela, ela sentiu que conseguiu “se impor” quando a filha tinha 6 anos e morava com a avó- Suzana havia

se separado do companheiro e já morava em outro local. Nesse contexto, Suzana trouxe a filha para morar novamente com ela após um período de cerca de 3 anos.

Já com sua sogra do segundo casamento, Suzana não teve muito contato, segundo ela devido a morarem em cidades distintas e o seu relacionamento ter sido breve (1 ano e 10 meses). No casamento atual de Suzana houveram conflitos diretos dela com a sogra, também ligados à questão da privacidade e respeito às decisões, o que foi também um ponto considerado na decisão de Suzana migrar com a família para o Sul do país. Destaco a seguir um trecho longo do relato de Suzana, que nas próprias palavras da interlocutora melhor explica o contexto e experiências vividas nas relações com as sogras:

*Eu conheci esse, que é o meu atual marido, eu já tinha 35, 36 anos. E aí veio uma nova sogra de presente, né? E essa minha sogra, ela tinha dentro do espaço da casa dela um ambiente, né, uma edícula no fundo e ela queria que nós morássemos lá para a gente poder dividir despesa e para estar mais próximo dela. E ali foi um momento [que decidimos que] [...] a gente vai morar em um outro lugar, até mesmo para a gente **pagar pela nossa privacidade**, não é? E o que tiver de gastos são nossos gastos, a gente vai arcar com eles. E tudo foi difícil para a gente fazer ela entender isso. Em [...] uma semana que nós morávamos nesse apartamento, **ela já tinha nos visitado 2 vezes e já tinha, é, dito que aquele filme não estava no lugar certo e que aquela gaveta estava melhor em outro local**. E aí, lá vai. Eu tenho que me impor novamente. Isso gerou um desconforto tão grande. [...] **E foi cortado laço. Porque o espaço que ela queria eu não tinha para oferecer para ela, entendeu?** Eu não tinha como crescer a minha vida ali, aberta para ela. E eu gosto de privacidade, entendeu? Quando nós viemos para [o Sul], a gente não avisou pra ninguém que a gente vinha. Depois de um tempo meu marido sentiu muita falta do meu sogro, que é um fofo. Meu sogro é uma graça. Meu marido, com como foi virando homem, né, pai, marido, ele foi compreendendo mais as coisas que o pai dele dizia durante a adolescência. Isso foi criando uma saudade muito grande, já que a gente tinha cortado vínculo. A mãe dele acabou vindo de pacote, não é, nessa reconciliação. Surgiram novas histórias. E um dia ela virou e falou assim, “ai se de repente eu aparecer aí na rodoviária e ligar para vocês falando que eu estou aqui?” Eu falei “é bom que você tenha reservado uma vaga no hotel, porque aqui você não vai ficar”. **E mais uma vez foi cortado em definitivo o laço**. Então eu não permito mais que as pessoas invadam a minha vida. [...] porque quando a minha filha era pequena, eu acho que foi assim o meu limite, sabe, e eu entendi que a **cobrança acontece quando a gente depende do cobrador**. Se a gente não depende dessa pessoa que está cobrando, a gente não deve essa satisfação para eles. [...] **A gente paga nossas contas, a gente paga pela nossa privacidade. A gente paga pelo que a gente consome. As pessoas não têm o direito de invadir a nossa vida dessa maneira, a menos que nós estejamos morando na casa dele, estejamos comendo a comida deles, que foi o que aconteceu comigo**. No começo eu morava na casa dela [sogra no primeiro casamento], eu não trabalhava. Como que eu ia me impor, né? A segunda vez quando aconteceu isso, que me ofereceram, a minha atual sogra me pediu para morar lá. Eu já logo de cara eu já cortei, porque eu sabia o que poderia virar. Eu não estava prevendo, estava presumindo. E deu. Eu não queria a menor possibilidade de passar por isso de novo. E veio mesmo a gente morando em outro local.*

Aconteceu essa tentativa de invasão de privacidade e eu consegui cortar porque eu não dependia dela. Se eu dependesse dela, ia fazer o quê? (Suzana) [Grifos meus].

Destaquei no trecho do relato de Suzana suas menções à questão econômica e pontos onde ela sintetiza o rompimento do laço com a sogra. Com a citação de algumas experiências da interlocutora, destaco que o envolvimento das sogras de Suzana nas questões domésticas para além de reforçar o exemplo da feminização do cuidado, trata também de como a organização do cuidado perpassa por relações intergeracionais e envolve uma discussão sobre autonomia. Suzana deixa claro como uma dependência econômica a tolhia na efetivação de suas escolhas a respeito de como cuidar dos filhos e como organizar sua vida doméstica.

O ensinamento, aprendizagem e compartilhamento das práticas de cuidado entre mulheres de diferentes gerações foi também abordada por Maria, envolvendo algumas expectativas em relação à sua mãe e sogra. Maria pode contar eventualmente com a mãe atualmente, pois elas têm construído uma relação cordial e menos conturbada. Maria destacou o fato de ter tido uma grande briga com a mãe pouco antes de Mateus nascer, e o fato de ter precisado recorrer à internet para se preparar para a chegada do filho: “[...] então a gente teve uma briga muito séria e ela parou de falar comigo. Então, tipo, eu tive que aprender tudo só. Quem me ajudou muito foram os vídeos do YouTube. Relato de parto, bolsa de maternidade, eu consumia vídeos do YouTube sobre esse tema o tempo todo” (Maria). A expectativa de aprender a cuidar do filho com a mãe nos indica a força das relações intergeracionais na transmissão das práticas de cuidado. A substituição desta relação, feita pela interlocutora recorrendo à internet, dá a tônica da especificidade do campo desta pesquisa, onde as redes têm um papel fundamental para as experiências das mães interlocutoras do trabalho.

A relação de Maria com a sogra, em conjunto com o contexto de Suzana instiga a reflexão também sobre a relação entre autonomia, controle e cuidado, tendo em vista os dissensos entre as interlocutoras e as sogras. Nessas relações intergeracionais, há o encontro de perspectivas diversas, diferentes formas de encarar papéis sociais de gênero e familiares, diferentes crenças sobre como cuidar. Dar ou não a chupeta, dar ou não doces, colocar na creche ou contratar uma babá, curar o umbigo com álcool ou lavando com sabão... Há uma infinidade de

divergências nas escolhas rotineiras e mais práticas sobre como cuidar, mas também a respeito do grau de envolvimento de cada familiar no cuidado.

Nesse sentido, ressaltou dois casos vividos por Maria. O primeiro deles se refere ao contexto do puerpério e o segundo à comemoração do aniversário do filho:

O José fala, meu marido, que quando eu estava grávida, a minha sogra falou que ela queria dar o primeiro banho no bebê e o José falou: “não, não vai. Quem vai dar o primeiro banho no bebê sou eu e eu quero fazer isso” e a minha sogra ficou chateada. O José passou a noite inteira comigo no hospital. De manhã cedo, ele precisava vir para casa para poder tomar banho e dormir um pouco e voltar para o hospital. Nisso a minha sogra foi cedo lá para o hospital. José foi só para trocar a roupa e voltar, tipo de tarde, depois do meio-dia, não é? Ela foi lá. A gente nem tinha levado, a gente tinha esquecido de colocar na bolsa sabonete de bebê para dar banho. Foi uma coisa que a gente esqueceu de botar, botou tudo, mas não sabonete. Mas a minha sogra, naquela arfa, naquela agonia tão doida de querer dar o primeiro banho, foi lá e deu banho no menino com um sabonete de adulto que eu já tinha usado. Enquanto eu, grogue, que eu ainda estava depois que passa a cesárea, a gente ainda fica meio grogue, daquela anestesia, um tempão, eu nem conseguia levantar. Ela foi lá e deu banho e o menino empolou inteiro, ficou todo cheio de pintinha. Quando o José descobriu, o José ficou chateado e comentou com a irmã dele “é, poxa, minha mãe, não devia ter feito isso só por conta dessa besteira de dar o primeiro banho. Deu banho no menino com o sabão de adulto, não sei o que, não sei o que, o menino com 1 dia de de nascido...” A minha cunhada, que é linguaruda demais bateu o dente para minha sogra, minha sogra ficou chateada. Teve toda essa história, essa disputa de egos, ela queria que a gente fosse ficar lá na casa dela. Ela ficou chateada porque o José falou que foi culpa dela o menino ter ficado... Daí ela não veio ajudar em nada. (Maria)

Assim, primeiro ano foi a minha sogra que fez o bolo. Ela que insistiu para fazer o bolo. É, a gente estava disposto a comprar, na verdade, a gente ia pagar uma pessoa para fazer. Ela “não, pode deixar que eu faço. Eu quero fazer o bolo do meu neto, tá?” [...] E eu falei que tudo bem, que ela cozinha muito bem. Ela fez um bolo horrível. Fez assim, o bolo era muito gostoso, mas aí ela só passou um chantilly por cima branco, e ficou muito feio. O gosto tava muito bom, mas a forma dele tava muito feia. Aí a gente tinha uns granulados em casa, aí eu falei José, joga granulado em cima desse negócio pra ficar colorido, ficar um pouquinho bonitinho, por favor, né? Porque eu lembro que o José ficou chateado porque a gente tinha falado que ia pagar, ia mandar fazer o bolo direitinho e tal, mas ela bateu o pé e falou que não. Ela queria porque queria fazer, pô, aí foi, entregou um bolo feio pra gente, né? [...] É, não é que a gente é ingrato, mas é porque a gente não estava pedindo. A gente não pediu, a gente queria pagar alguém para fazer um bonitinho, só que ela atravessou no meio e tipo assim, eu da forma como ela [fez] parece até que era uma ofensa, se a gente não deixar ela fazer o bolo, entendeu? Aí eu falei “não, tudo bem. Se ela quer fazer, vamos fazer essa concessão. Só que aí vem uma coisa que a gente não gostou, você entendeu? (Maria).

Nos dois casos, Maria viveu situações em que a sogra parece requerer um direito em oferecer cuidados específicos ao neto. Cuidados que têm simbolicamente um grande valor no contexto, como o primeiro banho. O pai de Mateus queria fazer

isso, assim como a avó fazia questão. Considerando que o cuidado é uma forma de constituir ou afirmar laços de parentesco (CARSTEN, 2000), é possível apreender a importância de oferecer alguns destes cuidados e a reivindicação da sogra de Maria por dar o primeiro banho e fazer o bolo de aniversário. Podemos interrogar se cuidar e estabelecer um vínculo também estaria sendo expresso como um direito pela sogra de Maria, em especial tendo em vista o sentimento de Maria de parecer que estava ofendendo se recusasse a preparação do bolo pela sogra e também o sentimento de chateação vivido pela sogra com a negativa sobre o primeiro banho. Tanto que, mesmo com a negativa e sem os recursos mais adequados, a sogra de Maria de fato deu o primeiro banho no neto, a despeito das consequências e pedido contrário feito por José. É interessante ver que nestes casos o cuidado é articulado não como um dever, o que tem sido problematizado pelas interlocutoras, mas como um direito, balizado pelo laço de parentesco entre avó e neto nos casos mencionados.

Outro aspecto a considerar é o geracional. Ser avó, e logo, uma mãe experiente, e considerando uma importância desta figura de parentesco na família, seria um fator que daria autoridade à sogra de Maria para requerer prioridade e direito a oferecer cuidados como o primeiro banho ou fazer o primeiro bolo de aniversário? Embora não tenha condições de responder categoricamente estas questões, as experiências de Maria, e a chateação de José com a quebra de acordo feita por sua mãe, levam a questionar possíveis imbricações entre cuidado e relações de parentesco para além das figuras do pai e da mãe, que abordei mais detalhadamente neste capítulo.

A figura das avós e outros parentes é muito relevante para se pensar o cuidado de crianças, vide por exemplo a circulação de crianças em camadas populares analisada por Fonseca (2000, 2002). A despeito de tensões em relações familiares, como no caso de Suzana e suas sogras, e divergências sobre como cuidar, a desprivatização do cuidado é uma reivindicação que tem sido feita ativamente por muitas mulheres. Por exemplo, no ativismo mães solo, que questionam um modelo de organização do cuidado centralizada na figura da mãe e limitada a um contexto de família nuclear, em prol de uma partilha social do processo reprodutivo (FINAMORI; ROCHA; ACHILEI, 2021).

As interlocutoras do trabalho têm denunciado a partir dos relatos sobre suas maternidades a sobrecarga e as dificuldades geradas pelo cuidado centralizado na

figura materna e, a partir desta denúncia, desconstruído ideários sobre maternidades. Para isso, elas têm problematizado também paternidades, ao pensarem a diferença de suas vivências e as dos pais de seus filhos em relação às práticas de cuidado. O cuidado que não é compartilhado e é desempenhado integralmente ou quase em sua totalidade por elas impacta suas trajetórias, afetando negativamente as vivências de suas maternidades e suas chances de efetivarem sonhos e projetos, o que discuto a seguir, no próximo capítulo desta dissertação.

4. TURBILHÃO DE EMOÇÕES ENTRE MÃES NAS REDES

Neste capítulo analiso discursos emocionais expressos pelas interlocutoras, bem como investigo o impacto das maternidades em suas trajetórias. Tendo sido referida por elas como uma experiência ambígua ou como um turbilhão de emoções, a maternidade é uma marca importante em seus cursos de vida, se conectando com sonhos, projetos e a própria construção e reconhecimento de si.

4.1- O amor não vinha: discursos emocionais e trabalho emocional entre as interlocutoras

Nessa seção, analiso como amor, alegria, ódio e outros sentimentos foram mobilizados pelas interlocutoras ao falar de suas experiências como mães. Nesse sentido, analiso expectativas e regulações sociais acerca das emoções esperadas e repudiadas em suas maternidades. Além das emoções e sentimentos terem sido mencionados ativamente por elas em suas narrativas, sendo um conteúdo importante de seus discursos, analiso estes aspectos mobilizada também pelo campo da Antropologia das Emoções.

Rezende e Coelho (2010), resgatando a conformação da antropologia das emoções, destacam que uma premissa importante na área é o questionamento da convicção ocidental de que as emoções são universais ou provêm de uma essência humana, e ressaltam as emoções como “representações” de uma sociedade. As autoras destacam que o estudo das emoções está presente já nos trabalhos pioneiros, de fundação das Ciências Sociais. Contudo, as emoções ainda figuravam de modo secundário por serem, em geral, consideradas como fenômenos naturais, embora com sua expressão regulada socialmente (questão apontada, por exemplo, por Marcel Mauss). Por isso, as emoções permaneciam como parte do domínio da psicologia. As autoras destacam que “o estudo das emoções ganhou força na antropologia com o desenvolvimento da abordagem interpretativa na década de 1970 nos Estados Unidos” (REZENDE; COELHO, 2010, p.14). Esta perspectiva questionava a noção de cultura centrada na noção de padrões de comportamento, em favor de uma noção de teia de significados, o que impactou a compreensão sobre as emoções. Rezende e Coelho afirmam que, assim, estudos sobre emoções

passaram a analisá-las a partir de uma dimensão contextual, ressaltando que os significados das emoções podem ser diversos dentro de um mesmo grupo, além de ressaltar seu impacto para as relações sociais e de poder.

Nesse sentido, e aproximando mais ainda este campo das análises sobre maternidades que proponho aqui, menciono as reflexões de Bispo e Coelho (2019), que destacam a ligação entre os estudos sobre gênero e sexualidade e o campo das emoções. A partir de uma importante afirmação de Lutz (1990, p. 69) de que “qualquer discurso sobre emoção é também, pelo menos implicitamente, um discurso sobre gênero” (BISPO, COELHO, 2019, p.186), os autores apresentam que, na conformação do campo da Antropologia das emoções, nos EUA na década de 1980, o estudo das emoções já se relacionava a investigações a respeito do gênero e da sexualidade. Bispo e Coelho mencionam as discussões sobre emoções e gênero, mostrando como as mesmas estão ligadas a estruturas de poder, isto é, como as emoções têm um papel micropolítico. Esta percepção nos permite problematizar as dicotomias corpo e mente e razão e emoção, bem como a hierarquia entre os gêneros, a exemplo do pensamento de Michelle Rosaldo, que compreende as emoções como pensamentos incorporados. Por conseguinte, Bispo e Coelho ressaltam a importância também da noção de controle para este campo, destacando que “gênero, controle e poder formam, assim, um tripé temático constitutivo do campo da Antropologia das Emoções” (*idem*, p.193).

Rezende e Coelho (2010, p.63) destacam as emoções como elemento fundante de relações sociais e de poder. Elas esclarecem que a capacidade micropolítica das emoções se referem ao “seu potencial para dramatizar/alterar/reforçar a dimensão macrossocial em que as emoções são suscitadas e vivenciadas”. Assim, o estudo das emoções possibilita uma ampliação da compreensão sobre as relações sociais, a estratificação social, as relações de poder, entre outros.

Em texto introdutório ao campo da antropologia das emoções, as antropólogas norte-americanas Catherine Lutz e Lila Abu-Lughod (1990) realizaram um mapeamento das principais vertentes teóricas que fizeram da emoção um objeto de pesquisa. Nesse mapeamento, elas sugerem a existência de três correntes: o “essencialismo”, o “historicismo” e o “relativismo”. A elas, Lutz e Abu-Lughod irão acrescentar uma quarta perspectiva alternativa: o “contextualismo”.

Essencialismo refere-se aos estudos que entendem as emoções como constituídas por um substrato universal, isto é, as emoções teriam universalidade não importando os sujeitos ou suas culturas, sendo exemplares dessa perspectiva os estudos da psicologia e da psicanálise. Já o historicismo e o relativismo compartilhariam a premissa de que as emoções são construídas culturalmente, ou seja, são fenômenos socio-históricos. O que as diferencia é que “[...] o historicismo recorrerá a um escrutínio temporal, o relativismo se valerá de comparações entre culturas contemporâneas entre si” (REZENDE; COELHO, 2010, p.65).

A perspectiva contextualista apresentada por Lutz e Abu-Lughod (1990) é uma postura analítica centrada na noção de discurso, compreendendo a emoção como uma prática discursiva, isto é, como fenômenos produzidos em discurso e não simplesmente expressos no discurso. Isto é, as autoras propõem que devemos compreender os discursos emocionais como atos pragmáticos e performances comunicativas, e não encará-los apenas como veículos expressivos. Com isso, acentuam a importância das emoções como ações sociais que “causam efeitos no mundo”. As autoras destacam também a importância de considerar o contexto específico de produção dos discursos em análise, pois os discursos emocionais têm seu significado lido a partir de um domínio cultural particular.

Vale ressaltar que Abu-Lughod e Lutz questionam o próprio conceito de cultura, que avaliam como homogeneizante e universalizante. Assim, quando afirmam a especificidade de contextos culturais, as autoras propõem o trabalho não com a cultura como objeto ou conceito central, mas sim uma análise centrada nas dimensões de processo, prática e contexto, que se originam a partir da observância de discursos emocionais ou sobre a emoção. As antropólogas também operam uma desconstrução das dicotomias indivíduo e sociedade e razão e emoção, tal como apontado anteriormente, pois reforçam a visão das emoções como fenômenos “incorporados”- o que vai além de localizar as emoções no corpo humano, mas as situa teoricamente também no corpo social (ABU-LUGHOD; LUTZ, 1990).

Vale mencionar também a compreensão de Rosaldo, que “[...] relaciona a vida dos sentimentos e as concepções do self” (2019, p.45). A autora destaca o caráter social da constituição do self e suas particularidades culturais, tendo em vista que o ser humano e suas emoções não são iguais em todos os lugares. Ademais, ela complexifica a compreensão do que é pensamento, propondo entendermos as emoções como pensamentos incorporados, isto é, sentidos no corpo. Assim,

Rosaldo chama a atenção para o papel das emoções para a construção do self e da sociedade.

Considerando o tripé temático “gênero, controle e poder” e a conformação deste campo de estudos, é interessante ver a partir dos relatos das interlocutoras como o amor materno é uma expectativa social que perpassa a relação de mães com seus filhos. Os relatos de algumas interlocutoras mostram como alguns parentes ou elas mesmas se empenharam para que elas amassem seus filhos. Maria, por exemplo, me contou o quanto sofreu por não ter sentido um amor instantâneo por seu filho quando ele nasceu.

Inspirada pelos relatos das interlocutoras e pela perspectiva do campo da Antropologia das emoções, entendo que observar esta questão do “amor”, das expectativas de que uma mãe deve amar seus filhos, e o trabalho emocional empenhado para que isso ocorra é importante para compreender normatividades sobre maternidades e as experiências das interlocutoras. Pensando no tripé temático elencado por Bispo e Coelho (2019) é possível identificar que o ideário de amor materno instintivo é marcado por gênero, visto que se direciona às mulheres, e é também marcado por controle e poder, em sua dimensão imperativa e que constitui um papel social e de gênero ao qual mulheres são chamadas a cumprir.

A questão do amor materno não é novidade em discussões teóricas e políticas, sendo um assunto que é, historicamente, alvo de debates feministas, como no clássico trabalho de Badinter (1985), onde a autora problematiza a institucionalização de um mito do amor materno instintivo. Badinter analisa que, no contexto francês do século 18, devido às altas taxas de mortalidade de bebês e às necessidades político-econômicas do país no século dezoito, ações do Estado, aliadas a debates de teóricos como Rousseau, geram um mito, o do “instinto materno”. Para isto, foram incentivadas mudanças nas visões sobre a maternidade, o papel e a imagem das mães, e a emergência de abundantes recomendações de cuidados maternos para com os filhos, o que engendrou a noção de amor espontâneo de todas as mães pelos filhos. Badinter argumenta que difundir este valor, do amor materno, era, naquele contexto, defendido como algo que favoreceria a espécie e a sociedade e, depois, foi visto também como um valor mercantil. A autora destaca, neste cenário, um foco ideológico do amor, iluminando a mãe, ao mesmo tempo em que a figura do pai ia, cada vez mais, para a obscuridade. Assim, as mães eram impelidas a amamentar, a cuidar e amar os filhos, e a ter a

maternidade como um projeto que as lhes proveria de realização, pela felicidade e a respeitabilidade social desta função. Enquanto dos pais, socialmente, não eram esperadas outras funções além da manutenção financeira de seus filhos. As análises de Badinter são potentes, pois historicizam concepções sobre maternidade que são frequentemente naturalizadas no senso comum e na ciência.

Apesar de ser alvo de debates e reflexões ao longo do tempo, a expectativa social de que mães amem, instintiva e incondicionalmente, seus filhos, ainda parece ter muita força. Nas experiências de duas interlocutoras, Jéssica e Maria, esta expectativa em torno do amor materno lhes causou experiências de dificuldade e sofrimento. Com inspiração na perspectiva contextualista, destaco um conceito do campo da antropologia das emoções para discutir a questão do amor materno na experiência de minhas interlocutoras: o conceito de trabalho emocional, elaborado por Hochschild (2013). A autora também utiliza como correlatas as expressões “gerenciamento emocional” e “atuação profunda”, que significam a busca de um ajuste entre sentimento e situação, o contexto. Então, realizar um trabalho emocional, um gerenciamento emocional, é buscar uma adequação da experiência a uma situação social e às expectativas e prescrições do contexto. Isto é, a tentativa de mudar em “grau ou qualidade, uma emoção ou um sentimento” (HOCHSCHILD, 2013, p.184-185), tendo em vista a dimensão imperativa das regras sociais em relação à emoção, que a autora identifica. Hochschild, a respeito da relação entre regras e emoções, destaca Durkheim e o conceito clássico de fato social, se referindo a um contexto de normas sociais que são exteriores ao indivíduo, mas a autora aponta também a possibilidade de mudanças em tais regras, bem como a variabilidade social e cultural, e também a disputa em relação a estas.

Hochschild pondera que “o trabalho emocional pode ser feito pelo self sobre o self, por alguém sobre os outros e pelos outros sobre alguém” (*idem*, p.187) e apresenta que “precisamos investigar de que forma sexos, classes e grupos étnicos e religiosos diversos variam em suas concepções daquilo que alguém “tem de” ou “tem o direito de” sentir em cada situação” (*idem*, p.205). Com este conceito em vista, de trabalho emocional, ressalto a seguir alguns aspectos dos relatos das interlocutoras da pesquisa acerca de seus sentimentos e emoções com suas maternidades.

Destaco, inicialmente, um fragmento do relato de Jéssica, de 23 anos e mãe de uma criança de 2 anos, à época de nossas interações, ao me contar sobre sua

gestação, não planejada e não desejada:

*Foi um processo muito longo de **aceitação, o amor não vinha**, eu fui amar a minha filha ela tinha mais de cinco meses”. “A minha família achava que era pecado, que eu ia queimar no fogo do inferno [por não desejar ser mãe]”. “Pior de tudo é que as pessoas, principalmente a minha família, minha mãe e minha sogra falava assim ‘ah, mas **você fala isso agora, depois você vai pegar amor, quando você sentir o bebê mexer você vai pegar amor, você vai mudar de ideia**’ [...]. O tempo vai passando e eu tipo, ouvi o coração do bebê, senti o bebê chutar, vi o ultrassom e etc. etc., ganhei a primeira roupinha... quando a minha sogra me deu a primeira roupinha de presente eu fechei a cara e, mano, eu saí andando do quarto, falei, mano, falei com meu marido, falei ‘não quero, não quero nada, não quero ter um filho, eu não sou mãe, eu não sou mãe, não quero nada de ninguém, não quero que venha com [em tom jocoso] ih, filhinho, não sei o quê, comprei pro bebê’. ‘Foda-se! Pau no seu cú! Eu não quero, não tenho filho, não sou mãe!’. E foi foda, foi difícil, as pessoas falavam que ia mudar minha cabeça mas, véi, não mudava, cada dia que passava eu odiava mais tá grávida, eu ficava me sentindo mais burra e inferior às outras mulheres por ter feito aquela cagada com a minha vida, eu sabia que era uma cagada, eu nunca romantizei a maternidade e depois que eu engravidei eu romantizei menos ainda, e a minha cabeça não mudou, pelo menos durante a gravidez não mudou em nada, eu continuei com o meu mesmo pensamento, coisas que eu pensava na gravidez eu penso ainda até hoje e é isso, a minha família sempre achava que ‘ah, vai mudar, vai mudar’ e é um horror quando: ‘ [em tom jocoso]: ah, cê viu a ultrasom, cê ficou feliz’ e eu: ‘não!’ ‘nossa, mas porque?!’ ‘pq eu não quero ter filho, que é óbvio, eu não tô afim’ e ninguém entendia isso” (Jéssica) [Grifos meus].*

Podemos interpretar a menção de Jéssica a um processo de aceitação com a noção de gerenciamento emocional. Ela conta que “o amor não vinha”, mas este era cobrado por sua mãe, sua sogra e a família, de modo geral, dizendo que ela “iria pegar amor” e que ela iria “mudar de ideia”. Hochschild afirma que o trabalho emocional pode ser um trabalho de modelar os próprios sentimentos, mas pode também ser feito por alguém sobre os outros, o que parece o caso mencionado por Jéssica, no qual as pessoas ao seu redor a estimulavam e acreditavam em uma mudança nos sentimentos, pois havia uma expectativa de felicidade e amor em relação à gestação, de que ela estivesse feliz fazendo um ultrassom, por exemplo, e que amasse seu bebê. Vale ressaltar que, para Hochschild, o trabalho emocional se refere a um esforço de mudança de sentimentos, mas não ao efeito. Este é um dado importante, pois “a própria noção de tentativa sugere um posicionamento ativo diante do sentimento” (HOCHSCHILD, 2013, p.185). Assim, ao mencionar o trabalho emocional empenhado por outras pessoas além das interlocutoras, não objetivo apagar suas próprias agências nesses processos, mas sim ressaltar a força das normatividades sobre maternidades de modo amplo na vida social, que não incidem

apenas nas experiências das próprias interlocutoras, mas também orientam a conduta de outras figuras, como os familiares delas.

Desse modo, destaco também algumas experiências de Maria, que mostram um gerenciamento emocional investido por, além dela mesma, seu esposo e pai do seu filho:

*Já tive crises de choro, de falar “eu não gosto do meu filho”. Eu cheguei a chorar pro pai dele e falar “ah, eu não gosto, eu não amo meu filho”, e chorando, desesperada. E aí ele: “Maria, deixa de bobeira” aí começou a falar, né, de todas as coisas que eu fazia, do cuidado que eu tinha com ele, né. Aí ele falava “olha só, a dificuldade que o menino tem pra comer, mas mesmo assim ele tá sempre saudável, você faz um monte de coisa, faz isso e aquilo, você acha que se você não amasse ele você faria tudo isso?”, sabe, **ele começou a me mostrar, eu não sentia que eu amava, mas aí ele começou a me mostrar**, a apontar as atitudes que eu tinha com o meu filho, que ele falava assim “isso aqui é amor, você ama seu filho”, cê entende?! **Então eu, tipo, eu comecei a entender aquilo.** (riso) Foi, ah, eu nem sei te dizer, tem hora que eu não sei nem como explicar, sabe. (Maria) [Grifos meus].*

O trabalho emocional impulsionado por José tem por base o argumento de que se Maria cuida tanto do filho, isso significa que ela o ama. Em outras palavras, o que ele expressa nessa situação é que amar é cuidar. Ferreira (2015) faz essa correlação a partir em suas análises sobre adoção, indicando que amor e cuidado são elementos elencados por seus interlocutores (participantes de grupos de apoio à adoção) ao serem perguntados sobre o que constitui uma família adotiva. O pesquisador menciona a ideia de que “o amor é proporcional às fraldas trocadas” e afirma que há uma relação intercambiável entre amor e cuidado no campo da adoção. Nesse sentido, Finamori e Ferreira (2018, p.33) destacam que a antropologia do parentesco aborda o cuidado “[...] como algo que confirma o parentesco sanguíneo ou como uma forma alternativa de fazer parentesco [...]”. Os pesquisadores propõem, assim, que além de observar o cuidado como algo feminizado, e portanto, falar de cuidado em termos de gênero, é importante relacioná-lo à família e ao parentesco. Desse modo, o parentesco também se faz pelas relações de cuidado.

Articulando amor e cuidado, Maria me relatou um grande sofrimento por não ter se sentido como pensava que deveria com a maternidade:

*Eu vou ser sincera, eu não senti esse negócio que o pessoal fala de “ai, aquele amor incondicional, à primeira vista, você olhou pro menino, seus olhinhos brilhando”, eu não sentia isso, eu não sentia. É... **eu lembro que***

*todo mundo tava feliz ao meu redor, olhando o bebê, a família inteira, aquela alegria, e eu não conseguia sentir a alegria que as pessoas tavam sentindo! É estranho! Não é que eu não gostasse dele, não é que eu não... É... eu sabia, eu tinha todo aquele **instinto de proteção e cuidado**, mas **eu não tinha aquele calorzinho no peito**, sabe, de sentimento, sabe, de falar “nossa, como eu amo meu filho!”. **E isso me machucou muito, porque eu me achava uma pessoa muito ruim, eu achava que eu tinha uma coisa muito errada comigo, como que eu podia tá com aquela coisinha linda, era algo que eu sempre quis, né, eu sempre quis ser mãe e eu não conseguia sentir aquilo que as pessoas, aquele amor incondicional que as pessoas falavam que a mãe sente e isso me magoava demais, demais, demais, eu ficava muito desesperada, muito triste**, e foi assim... eu acho que foi o período que eu mais chorei e me senti desamparada, desesperada, sem rumo, foi quando esse menino nasceu, foi extremamente complicado (Maria) [Grifos meus].*

O sofrimento de Maria, segundo me conta, tem uma ligação forte com uma expectativa que ela nutria, de sentir “amor incondicional” e um “calorzinho no peito” por seu filho, e que, ao se sentir diferente do esperado, via a si mesma como “uma pessoa ruim” e que tinha “algo errado” com ela mesma. Além destas expectativas em relação ao amor materno, Maria relata uma situação concreta em sua família, em que todos ao seu redor estavam alegres, mas ela não, destoando do contexto familiar. Maria se remete a um instinto de proteção e cuidado, que apesar de parecer, à primeira vista, evocar uma dimensão de natureza (como seu houvesse, de fato, um instinto materno), no conjunto de seus relatos ela caracteriza como construído. Maria relatou ter uma *visão romantizada* de maternidade desde a adolescência, quando já escolheu o nome do filho que teria muitos anos depois, e mesmo acreditando que que “sempre quis” ter um filho, não sentiu o esperado “calorzinho no peito”. Assim, o cuidado é desvinculado do sentimento de amor, que Maria não sentiu. As próprias práticas de cuidado são caracterizadas por ela como um senso de responsabilidade, por ter colocado o filho no mundo, em um processo de construção também do amor:

*E eu, eu tenho plena convicção de que hoje o amor que eu tenho pelo meu filho, ele foi construído, ele não nasceu do nada, do tipo, por que pariu, tá ali, “olha, ah!”, eu **tive** que aprender a amar meu filho. Eu aprendi a amar meu filho e foi ali um processo que demorou uns dois anos até eu sentir, sabe, **aceitar** aquela minha nova condição de mãe, aceitar aquele serzinho ali, que era o meu filho, e começar realmente a amá-lo como mãe, sabe. Porque antes, no começo, eu só tinha aquele **senso de dever, de responsabilidade** com o meu filho, tipo **eu que coloquei no mundo, eu tenho que cuidar**. Eu não tinha, tipo, aquele amor, sabe. E esse amor eu fui **adquirindo** no dia a dia, no decorrer do tempo eu acho que eu **aprendi** a amar o meu filho (Maria) [Grifos meus].*

Demarquei no relato de Maria alguns verbos: ter, aceitar, adquirir, aprender, pois vejo que eles expressam de modo muito direto o gerenciamento emocional empenhado por Maria na mudança de seus sentimentos em relação a sua maternidade. Destaco esta questão do amor materno, e as expectativas de alegria e felicidade com a maternidade que o acompanham, considerando que falar sobre esse “amor” transcende a questões individuais e de foro íntimo, e nos ajuda a pensar sobre gramáticas sociais, e dizem respeito a questões que são sociais. Abu-Lughod e Lutz (1990), inspiram este caminho, ao discutirem que devemos encarar o discurso emocional como um modo de ação social que cria efeitos no mundo, efeitos estes que são lidos “pela plateia do discurso emocional” a partir de um referencial culturalmente informado.

A despeito das expectativas sociais e do trabalho emocional empenhado por Jéssica e Maria, por exemplo, dois sentimentos presentes nas experiências das interlocutoras, manifestos de forma muito direta, são o ódio e o arrependimento. No trecho do relato de Jéssica mencionado anteriormente está presente esta manifestação, em que ela dizia: “cada dia que passava eu odiava mais tá grávida, eu ficava me sentindo mais burra e inferior às outras mulheres por ter feito aquela cagada com a minha vida, eu sabia que era uma cagada, eu nunca romantizei a maternidade e depois que eu engravidei eu romantizei menos ainda (Jéssica).

Jéssica se tornou mãe no contexto de uma gravidez não planejada e não desejada, o que ela atribui a sua falta de informações consistentes sobre métodos contraceptivos, no seio de uma família cristã. Jéssica coloca em perspectiva as visões de sua mãe e sua sogra a respeito de sua gravidez e seus próprios sentimentos: para as avós de sua filha, “filho é bênção, a mulher tem que parar a vida pra cuidar de filho”. Jéssica avalia que a gravidez e a maternidade impuseram limitações nas suas possibilidades de lazer, fazendo-a sentir-se “limitada por alguém que eu nem amo, e não tô afim de cuidar”. A menção de Jéssica a um processo de aceitação, em que o amor pela filha foi construído numa agência ativa, bem como as ações de sua mãe e sua sogra, indicando que Jéssica iria “pegar amor” ou “mudar de ideia” expressam um gerenciamento emocional, tal como descrito por Hochschild (2013), que busca uma adequação do sentimento à situação social, onde a expectativa, baseada em papéis de gênero, é a de que uma mãe ame, incondicionalmente, seu filho.

No caso de Maria, Mateus, seu filho de 3 anos e 4 meses, é fruto de uma gestação planejada e desejada, o que não impediu que o arrependimento fosse um sentimento presente nas suas experiências:

*E eu sinto que a minha relação como mãe com o meu filho melhorou bastante, mas não foi sempre assim, foi muito difícil, eu me arrependi muito, vários momentos eu me arrependi de ser mãe, de falar “caramba, quê que eu fiz na minha vida, **me lasquei**” então assim, cara, maternidade é um negócio extremamente difícil e ambíguo de lidar, de falar, é muito difícil (Maria) [Grifo meu].*

Maria destacou uma melhora na relação com o filho, o que ela me explicou se dever a mudanças na organização do cuidado de Mateus, que passou a frequentar uma creche. Paralelo a isso, Maria pode retomar e desenvolver suas atividades profissionais e se sentir menos sobrecarregada. Vale destacar que ela menciona um arrependimento sentido em “vários momentos” e fala em uma ambiguidade. Diante disso, é importante ver que os sentimentos e emoções não são fixos, mas variáveis ao longo do tempo e plurais, podendo inclusive coexistir.

Nesse sentido, um mote muito compartilhado no grupo de mães do qual participam as interlocutoras, também presente em outras redes de mães, é “amo meu filho, mas odeio ser mãe”. Um ódio à maternidade é discurso agregador no grupo virtual de mães e foi mobilizado diretamente por Carol em nossas conversas, ao me dizer “Eu com todas as letras estou odiando a maternidade. Me arrependo amargamente de ser mãe” (Carol). Apesar das expectativas e pressões sociais acerca do amor materno, o ódio e o arrependimento são emoções que perpassam a experiência das interlocutoras. A verbalização destes sentimentos é importante para as interlocutoras, que encontraram nas redes virtuais essa possibilidade, tendo um potencial de atualizar as convenções sociais sobre maternidade. Vale lembrar também o que Carol sintetiza quando perguntada sobre suas expectativas e interesse em participar de um grupo centrado no compartilhamento de dissabores da maternidade: “O grupo [...], eu gosto porque lá posso desabafar sem ser julgada. Porque as mulheres romantizam a maternidade. Daí uma mãe diz que não gosta de ser mãe é criticada. Todos cai em cima” (Carol).

Assim, diante de um contexto social de forte normatização e romantização da maternidade, o grupo em questão é valioso às participantes por propiciar um espaço mais aberto e acolhedor em relação aos sentimentos maternos que frustram as expectativas sociais para tal, embora o espaço já tenha sofrido “ataques” e

intrusões de pessoas contrárias a este movimento de interlocução. Este tipo de ataque, por exemplo, já foi vivenciado por Carol, que relatou a presença de uma parente sua no grupo, que viu os seus desabafos e resolveu alertar a família, com medo de que ela “fizesse algo com seu bebê”. Apesar destes embates, o espaço da internet tem se consolidado como um espaço de interlocução e mobilização de movimentos de mulheres. O grupo representa para as interlocutoras um espaço onde é possível verbalizar suas experiências negativas e reflexões críticas sobre suas maternidades.

Nesse sentido, vale investigar os sentidos da popular frase “amo meu filho, mas odeio ser mãe”. Tenho visto que, por vezes, mencionar o amor aos filhos é uma forma de amenizar o impacto de verbalizar o ódio à condição de maternidade. Para algumas mulheres, não sentir afeto em relação aos filhos ou não ter sentido amor pelos filhos durante um período é algo manifesto diretamente nas redes e nas entrevistas. Em outros casos, o amor aos filhos é como uma salvaguarda para falar de outros sentimentos. Proponho também que um sentido importante da frase “amo meu filho, mas odeio ser mãe” é uma denúncia que ela faz da condição de maternidade. A frase evoca uma situação em que uma criança não é diretamente um problema, mas sim a relação de parentesco e as normatividades e responsabilidades que advêm dessa relação.

Ao dizerem “amo meu filho, mas odeio ser mãe”, as interlocutoras estão despersonalizando a emoção, desfocando a figura da criança para jogar luz ao lugar social da maternidade. É uma forma de abordar as maternidades retirando o peso de um sentimento que não é o amor esperado da figura dos filhos e a direcionando a experiência da maternidade. Assim, esta frase não fala apenas das relações pessoais entre mães e filhos, mas a partir das experiências das interlocutoras, tratam também de questões sociais que não se limitam ao contexto individual.

Nesse sentido, um aspecto central, mobilizado pelas interlocutoras, é a sobrecarga de demandas de cuidado. Em muitos casos, a questão também é levantada quando se aborda a divisão de cuidados em termos de gênero, entre mãe e pai da criança ou fatores atenuantes dessa demanda como o ingresso numa creche ou mesmo a mudança na faixa etária dos filhos. Em todos os casos, a divisão de cuidados é vista como um fator crucial para a melhora na relação com os filhos e com suas próprias experiências de maternidade (o que foi relatado por Suzana, Maria e Lívia, por exemplo). Nesse sentido, uma discussão comum nas redes

virtuais de mães que acompanho é também o mote “queria ser pai”, com as alegações de que ser pai é muito mais fácil do que ser mãe. Essa avaliação é sustentada principalmente a partir das discussões sobre abandono paterno e sobre carga mental. O abandono paterno é, de certo modo, até normalizado socialmente, bem como o não envolvimento dos homens nas atividades de cuidado. Mesmo entre pais que se envolvem no cuidado dos filhos, contextos em que há uma carga mental incidindo sobre mães é muito comum. A carga mental se refere a atividades de organização da vida doméstica e do cuidado, como a preocupação de ver que o uniforme da criança está sujo, de que acabou a fórmula infantil e providenciar mais, de marcar as consultas no pediatra ou de comprar o material escolar. Então, além de atividades objetivas como lavar a louça ou trocar uma fralda, há atividades e preocupações que organizam o cuidado que acabam sendo uma carga exclusiva de muitas mulheres. Assim, querer “ser um pai” também denuncia as condições de organização das maternidades, colocando-a em perspectiva com a paternidade. A categoria “pai de instagram”, mencionada anteriormente, é um exemplo de como essa carga mental e de cuidado incidindo sobre mães se organiza, pois evoca como socialmente pais são valorizados em suas ações e mães são incumbidas de obrigações. Nesse sentido, pais que fazem sua parte no cuidado dos filhos são celebrados, enquanto atividades que mães eventualmente não fazem são facilmente motivos para uma acusação de negligência e ostracismo. Isto é, mães e pais não são cobrados em suas responsabilidades de cuidar de modo equalizado. As expectativas em torno da maternidade são extremas, a ponto de naturalizar a figura de mães como cuidadoras.

Com esta discussão sobre a condição de maternidade não pretendo traçar uma correlação entre dificuldades na maternidade, ou sobrecarga de cuidado, e o sentimento de ódio. As experiências de maternidades são plurais, e um ódio à maternidade além de poder ser variável ao longo do tempo, pode se ligar a inúmeros fatores. Há no caso das interlocutoras da pesquisa uma importante ligação também da maternidade com a interrupção de planos pessoais e sonhos, o que discuto detalhadamente na próxima seção, centrada no impacto da maternidade no curso de vida das interlocutoras. Sem pretender ser categórica quanto os sentidos de um ódio manifesto à maternidade na frase “amo meu filho, mas odeio ser mãe”, proponho que um desses sentidos é o de uma denúncia das condições de maternidade, das normatividades sobre essa relação de parentesco.

Em conjunto com o mote “queria ser pai”, estas práticas discursivas problematizam também papéis de gênero. Pensando no proposto por Rezende e Coelho (2010) sobre a capacidade micropolítica das emoções, de reforçar ou alterar hierarquias sociais, e na elaboração de Bispo e Coelho (2019) de que discursos emocionais são também implicitamente discursos sobre gênero, vale ressaltar um aspecto mencionado por Carol em seu relato. Dizendo que está odiando a maternidade e que se arrepende “amargamente” de ser mãe, ela completa:

*Agora tenho que cuidar da criança sem vontade. Tô sempre exausta, irritada, é difícil. Porque a relação com meu marido é difícil, brigamos muito porque ele não me **ajuda** com a bebê. E quando eu reclamo, ele não aceita. Sente **ofendido** porque diz que trabalha fora. E não tem tempo de cuidar da bebê, que eu sou **mal agradecida**, deveria reconhecer que ele trabalha fora por isso não ajuda (Carol) [Grifos meus].*

Observar a articulação da ofensa e gratidão neste discurso, nos permite identificar a dimensão micropolítica das emoções, de reforçar hierarquias sociais descrita por Rezende e Coelho (2010). A suposta ingratidão de Carol, denuncia seu “desajuste” à norma social e ao papel de gênero a ela atribuído, bem como a ofensa sentida por seu marido, confrontado por uma atitude transgressora da ordem doméstica tal como constituída. Vale ressaltar, a respeito da gratidão, o trabalho de Coelho (REZENDE; COELHO, 2010), que analisa a relação entre patroas e empregadas domésticas e mostra como gramáticas acerca da gratidão atuam micropoliticamente, reforçando lugares sociais. Para a autora, o imperativo da gratidão, no contexto de troca de presentes, de que empregadas devem se sentir gratas por quaisquer “dádivas” ofertadas pelas patroas, reforçam a hierarquia social que perpassa esta relação, bem como a oferta de presentes caros feita pelas empregadas às suas patroas, ou o sentimento de ingratidão, transgridem a hierarquia. Assim, podemos interpretar a reivindicação da ingratidão de Carol e do sentimento de ofensa à luz da dimensão micropolítica das emoções.

Carol menciona também outras situações nas quais é possível observar tentativas de forjar um trabalho emocional, para o “ajuste” de sua conduta. Ela menciona que ao buscar falar sobre seus sentimentos em relação à maternidade no contexto familiar é alvo de repreensão. Por exemplo, por ações de sua mãe, que, conforme mencionando anteriormente, segundo Carol, diz coisas agressivas quando ela reclama, do tipo: “quem mandou abrir as pernas”, “fez porque quis”, ou “pediu

minha opinião na hora de fazer?”. Carol, diante disso, afirma: “estou sozinha nessa luta”.

O sentimento de solidão também foi manifestado por outras interlocutoras. Maria me disse, em especial sobre o puerpério: “[...] foi muito, muito difícil. Muito difícil! Por que eu me senti... sozinha!” (Maria). Ela se referia a um momento em que não recebeu ajuda de familiares e o marido, pai de Mateus, tinha jornadas de trabalho longas e não podia partilhar dos cuidados do filho com ela. Maria mencionou a solidão ao falar também da falta de espaços para falar sobre suas experiências, em especial as de dificuldade com a maternidade e a falta de acolhimento entre as mulheres com quem convive.

Suzana me contou que hoje seu companheiro é “muito parceiro” e a apoia no cuidado dos filhos dela, mas sente que os filhos são uma responsabilidade que é só dela, no fim das contas. É o caso também de Lívia que, conforme já citado, afirmou que só o nome dela está na certidão do filho, simbolizando sua responsabilidade por ele. O sentimento de ter uma responsabilidade integral para com os filhos, mesmo que os companheiros de Lívia e Suzana sejam “pai do coração” e “muito parceiro” (termos mencionados por elas) expressam como essas paternidades são muito vinculadas à própria relação com elas, isto é, se ligam diretamente à conjugalidade estabelecida. O que, conforme discutido anteriormente neste trabalho, não é um contexto exclusivo a paternidades que não são consaguíneas. Mesmo para homens que têm um laço biológico estabelecido com filhos, uma prática comum é o abandono da paternidade quando há também o rompimento de uma conjugalidade associada a esta parentalidade (FONSECA, 2014).

Abordo a solidão como um sentimento para além do sentido de estar só no cuidado dos filhos na próxima seção, explorando os impactos do nascimento dos filhos das interlocutoras para suas redes de relações. A responsabilidade no cuidado dos filhos é expressa também pelo sentimento de culpa. Conforme mencionado no capítulo anterior, para Maria e Lívia, a alimentação dos filhos é uma grande preocupação. No caso de Maria, embora ela tenha se sentido aliviada quando o filho foi para creche, ela se culpa, pois considera que isso prejudicou a relação dele com a alimentação. A introdução alimentar de Mateus foi um processo lento e difícil para Maria, que se complexificou quando ele começou a frequentar a creche:

Quando ele foi pra creche, como eu te falei esse episódio que ele parou total de comer e ficou doente, gente... eu fiquei arrasada. Eu me senti culpada, falando "poxa, se eu tivesse com ele em casa isso não teria acontecido". Então mesmo o meu lado racional falando "olha, eu não posso ficar a vida inteira com ele em casa, eu sei, eu tenho consciência que eu tenho que sair pra trabalhar" mas tem um lado da gente que sente um pouco, falando "poxa, eu devia tá em casa com meu filho, se eu tivesse isso não teria acontecido". Então eu fico... a gente sempre se culpa nesse sentido, sabe. Então é sempre isso. Se o menino faz um comportamento mau, de uma malcriação, eu penso né, a gente acaba puxando, "o que eu tô fazendo de errado, eu não tô dando limite pra esse menino", sempre uma cobrança gigante que eu mesmo me faço, entende?! E isso é uma pressão bem chatinha (Maria).

A culpa está ligada a uma autocobrança e responsabilização pelo filho no relato de Maria. Suzana também se cobra muito na responsabilidade de cuidar e, além disso, de ser afetuosa com os filhos:

As minhas cobranças internas são que eu não consigo dar atenção que eu deveria. Eu sou uma pessoa que eu chego do trabalho, eu quero deitar um pouco e ficar um pouquinho no celular, tá, ver o que aconteceu durante o dia. Eu quero tomar um banho. Eu vou preparar a janta. Eu não estou ali o tempo todo, abraçando, beijando, abraçando, eu converso, eu sei que eu não sou uma mãe muito carinhosa mesmo, porque... Claro que eu não devo atribuir a isso, né? [Mas] eu fui criada por uma mãe que eu não ganhei um abraço, entendeu? E eu cresci com essa referência. Óbvio que eu não tenho que responsabilizar a minha criação por isso. Mesmo porque eu passei por muita dificuldade durante a minha infância, eu quis fazer diferente com os meus filhos, mas eu sei que eu não sou uma mulher carinhosa. Sei disso, então isso na minha cabeça é triste, sabe? Mas eu não consigo ser diferente, entendeu? Não adianta eu me forçar, porque eu vou ficar com raiva, e vou acabar fazendo errado (Suzana).

*Eu tento dar o meu melhor, mas eu sei que eu não dou o meu melhor porque eu não tenho paciência, entendeu? **Eu não tenho esse tato, assim materno, sabe?** De estar lá e "filho", eu nunca chamei meus filhos de filho, eu chamo eles pelo nome ou por apelido "ai, filho", "cê quer isso, ai não sei o que" eu sou mais firme, sou uma mãe mais firme. Eu não sou de sair espancando eles, eles não merecem isso, não! É lógico. Eu converso, converso, conversa, conversa, conversa, mas eu não sou assim das mais carinhosas. **Isso me entristece, sabe?** Eu queria ter mais, ser mais carinhosa, de ter mais proximidade, mas é o meu jeito natural de ser. Eu sou reservada comigo mesma, sabe? (Suzana) [Grifos meus].*

Destaquei nos trechos do relato de Suzana sua tristeza por sentir que não é suficientemente afetuosa com os filhos e, em especial, sua menção a um "tato materno". Percebi em um caso contado por Maria uma autocobrança também nesse sentido, que envolve uma expectativa sobre um papel de gênero, ao me contar sobre os preparativos do quarto de Mateus:

E eu, sendo bem sincera, eu não sou uma pessoa muito boa com uma questão de decoração. Eu acho que eu tinha que ter nascido homem para falar a verdade, eu não gosto muito disso. Eu sou muito prática, eu gosto de

coisas úteis, eu não gosto daquele negócio de enfeite demais e coisa demais, entendeu? (Maria)

Esses relatos expressam a compreensão de uma norma social e avaliações de si mesmas como desajustadas. A tristeza de Suzana é a expressão dessa compreensão de desajuste. Abu-Lughod e Lutz (1990, p.7) discutem que “[...] devemos encarar o discurso emocional como um modo de ação social que cria efeitos no mundo – efeitos estes que são alvo de uma leitura culturalmente informada pela plateia do discurso emocional”. As autoras buscam

[...] evidenciar a força pragmática do discurso emocional e do caráter social da emoção, ao mostrar o quanto discursos sobre a emoção (teorias locais sobre as emoções) e discursos emocionais (realizações situadas de formas linguísticas emocionais) tendem a estar centralmente vinculados a questões sociais (*idem*, p.8).

Diante disso, é interessante ver que a culpa expressa por algumas interlocutoras, bem como a tristeza manifestada por Suzana, falam não apenas das próprias experiências, mas se conectam a questões amplas como papéis de gênero e normatividades sobre a relação entre mães e filhos. Analiso na próxima seção a articulação de outros sentimentos, a partir de uma discussão sobre o impacto do nascimento dos filhos na vida das interlocutoras.

4.2- “Eu sinto muita saudade de mim”

Nesta seção mapeei alguns impactos da maternidade na vida das interlocutoras, os quais elas mencionaram em nossas interações. Mudanças profissionais, nas redes de relações e até na compreensão da própria identidade foram mobilizadas por elas ao falarem dos desafios que enfrentam e enfrentaram em suas maternidades. Observar estes impactos permite ampliar a compreensão sobre o movimento discursivo que elas têm feito de produzir narrativas críticas sobre maternidades a partir de suas experiências.

Um eixo central nas mudanças relatadas pelas interlocutoras é a questão do cuidado com os filhos e o tempo, energia, recursos financeiros e emocionais envolvidos nessa atividade e que deixa de ser investido nelas próprias e nas atividades e sonhos cultivados antes das gestações e nascimentos dos filhos. As mudanças profissionais e nas possibilidades de lazer e descanso foram destacadas por elas. No caso de Lívia, o nascimento do filho e, pouco depois, o início da

pandemia fizeram com que ela adaptasse sua vida profissional e investisse em outra carreira. Lívia atuava como professora de idioma e, nesse contexto, passou a investir na atuação com terapias holísticas, que realiza de modo concomitante com o cuidado do filho, eventualmente contando com a ajuda de outras pessoas. Para Carol, o momento em que vivia à época de nossas conversas era impeditivo dos planos de trabalhar e estudar, pois ela cuidava da filha integralmente, enquanto o marido trabalhava fora. No caso de Jéssica, ela retomou suas atividades profissionais, mas se queixou da limitação nas suas possibilidades de lazer, em especial comparando com o seu marido, que ela via não ter tido a vida tão afetada como a dela. Para Suzana, o cuidado dos filhos levou à perda do emprego público e subsequentes dificuldades financeiras, além de um grande impacto em suas possibilidades de lazer e sonhos:

Eu acho essa cidade maravilhosa [cidade onde vive atualmente], mas vou te falar que eu não conheço o turismo daqui. Porque se eu sair, é assim: “sai daí. Eu não sei o quê, opa, não mexe, psiu”. A minha vida é uma loucura. Porque é muito difícil ser mãe, sabe? Eu não romantizo a maternidade. Eu queria hoje ser uma psicóloga, sabe. Eu gosto muito de leis, estatutos, eu acompanho a CLT. Eu sou muito antenada nessas coisas. Cheguei a entrar para fazer Serviço Social, me apaixonei pela grade de Psicologia. Mas eu não consegui, porque eu tenho eles agora para formar, não é (Suzana).

Suzana vive um contexto em que prioriza a formação dos filhos, mas segue sonhando em efetivar seus planos em relação à própria formação. Ela fala no cuidado dos filhos como uma missão, como provas difíceis, contrastando com a noção de que filhos são uma bênção. Para ela, trata-se de um trabalho sobre o qual tem esperança que amenize ao longo do tempo e passe a ter mais tempo para si quando “terminar o seu último” (cuidar do filho mais novo até a maioridade):

*Eu sou muito contra romantizar e falar que é tudo lindo, que é uma bênção. Eu nem acredito que eles sejam uma bênção [...]. acredito que eles são provas. São provas muito difíceis, sabe? [...] **E quanto mais oscilar na mão pior é, porque você mesmo que vai sofrer lá na frente** (Suzana) [Grifo meu].*

Olha, as coisas estão se encaixando, eu tenho um emprego legal, meu marido também trabalha, as crianças estão crescendo. Eu moro numa cidade incrível, é só uma questão de tempo. Eu preciso ter um pouco mais de paciência (Suzana).

A paciência de Suzana é alimentada por sua relação com a filha mais velha atualmente:

Hoje ela não se joga mais no chão, ela não faz mais pirraças em mim, fica chorando na minha orelha, né? Veja, ela é minha parceira. Bem centrada, bem focada, bem amiga. Às vezes eu preciso de alguma coisa que ela sabe e eu não... Imagina a sua filha saber de coisas que você não sabe?! Ela te ajudar! Acontece, pode ter certeza que acontece. Vai me dar uma força em alguma coisa que eu não faço noção de como fazer, sabe? É muito bom essa fase da maternidade se você conseguir, não é, chegar desse jeito, não no fim, não digo no fim, mas com a sua missão cumprida, ela é deliciosa! Ela é deliciosa como seu prato favorito (Suzana).

Suzana se preocupa com o cuidado que oferece aos filhos considerando também o futuro deles e a possibilidade deles serem independentes, como ocorreu com a filha mais velha, que hoje é sua parceira, e não uma fonte de demandas. Essa fase, como dito por Suzana, se contrasta com as situações de dificuldade relatadas por ela, sobretudo a respeito da primeira infância e as demandas mais intensas de cuidado.

A relação de amizade com a filha é um destaque importante de Suzana, que me contou não ter muitas relações de amizade e convivência, à exceção do contexto de trabalho. No caso de Lívia, a maternidade foi um motivo de afastamento da relação com outras pessoas, por se sentir envergonhada “por ter sido abandonada na gravidez” e pela intensidade das demandas de cuidado do filho diabético.

No caso de Maria, mudanças nas redes relacionais e na vida profissional também foram imperativos. Maria ficou um tempo sem trabalhar para cuidar do filho bebê e sua recolocação profissional se deu com o filho frequentando uma creche. Durante o contexto pandêmico, ela retomou algumas atividades de forma remota e, partilhando tanto o trabalho de cuidado quanto o trabalho remunerado em sua empresa com o marido, ela se estabeleceu na sua área de formação no Ensino Superior. Narrando esses movimentos, Maria relatou que tinha uma convivência com os colegas de trabalho e que, com o nascimento do filho, ela passou a ter uma rotina que se resumia ao contexto doméstico com o filho, o que mudou com sua recolocação profissional e Mateus passando a frequentar uma creche. Conforme mencionado na seção anterior, o sentimento de solidão foi presente para Maria nos primeiros anos de vida de Mateus, em que ela não se sentia acolhida em relação às suas dificuldades e nem abertura para abordar estas questões em seus círculos de convivência. Ela me disse:

Então você vai se fechando, você vai entrando ali numa ostra e você sabe que você não pode falar com ninguém dessas coisas que você sente, porque

ninguém te entende. Sabe o quê que é o pior, nem as próprias mulheres, as próprias mais antigas que já passaram por isso te entendem (Maria).

Lívia aponta que cortou relações que deixaram de fazer sentido no contexto de sua maternidade: “Então eu procuro hoje ter perto de mim, pessoas que eu sei que são muito parecidas comigo, né? E que eu sei que não vão ficar me julgando, entendeu” (Lívia). Narrando esses contextos de mudanças, Maria me disse: “Foi tudo, assim, tava no paraíso na gravidez, né, aí você só cai na real na hora que o menino chega (riso)”. Considero esta fala de Maria como uma boa representação do que ela me relatou sobre as mudanças impostas em seu cotidiano com o nascimento de seu filho. Além de uma “maternidade intensiva”, conforme discutido anteriormente, ela destaca uma “crise de identidade”:

*É, eu costumo pensar, eu costumo falar que a maternidade pra mim foi um momento de **crise de identidade**, pra falar a verdade (riso), porque eu... não existia mais Maria, **não existia mais Maria, era tudo em função daquele serzinho**, então eu tinha que tomar banho quando ele deixava eu tomar banho, não podia, né, então tudo que eu tinha que fazer do dia eu tinha que organizar o tempo inteiro pra aquela criança, e isso pra mim foi extremamente difícil porque eu sempre gostei de ter um tempo pra mim, eu sempre tive, é... eu sempre gostei de ficar um tempo sozinha, em silêncio, descansar. E isso eu não tinha mais. Eu não tinha mais esse direito de estar sozinha, esse tempo de descansar minha cabeça, meu corpo, nada, era o tempo inteiro aquele trabalho que você sabe que criança dá, né, o tempo inteiro. E **teve momentos que eu não me reconhecia**. Eu me via e eu não... tipo, cadê a Maria? Não tá aqui, não sou mais eu. **Eu tive que renascer mesmo, eu tive que aprender a ser uma nova pessoa quando ele nasceu, e isso foi muito difícil, porque você passa a vida inteira sendo alguém, achando que você é assim e que você tem que abrir mão de tudo que você é, de tudo que você vive, que você construiu, que você gosta, em razão daquela criança, [...] foi muito difícil pra mim, é, abrir mão de mim por ele, entendeu. Isso foi muito delicado (Maria) [Grifos meus].***

Completando seu relato, Maria mencionou que sua relação com a maternidade “melhorou” quando o filho começou a frequentar a creche e ela conseguiu “um tempo de voltar a ser Maria sem ser mãe integral”:

*Porque gente, não é porque um ser humano, pensa no tanto que é desesperador você passar 24 horas por dia grudada num ser humano que chama “mãe, mãe, mãe” o tempo inteiro. Eu preciso de um descanso. Então hoje ele tá numa creche boa, que eu sinto segurança em deixar ele, aí com o tempo ele foi acostumando, e ele gosta muito de lá também, aprende muitas coisas, e eu me sinto mais livre, **me sinto mais livre pra poder voltar a ser a Maria... nunca mais vai ser a Maria de antes, mas eu voltar a ter um pouco de vida fora da maternidade, entendeu (Maria) [Grifos meus].***

No tempo que eu estava em casa exclusivamente pra cuidar de filho eu não me enxergava como Maria. Eu olhava pra mim naquele estado ali como mãe

*dentro de casa eu não me via, eu não me enxergava, aí quando eu voltei a ter esse tempinho pra mim, né, dele ir pra creche, deu voltar a trabalhar, pensar em outras coisas que não sejam filho, eu comecei a me **adaptar** com a maternidade, eu comecei a conciliar a maternidade e aí ficou mais fácil pra mim. Não é que ficou mais fácil, ficou menos difícil, digamos assim, entendeu. Então eu fui me **adaptando** quando eu comecei a pensar a voltar em ser um pouquinho da Maria que eu fui um dia (Maria) [Grifos meus].*

Desse modo, no relato de Maria há uma imbricação entre elaborações do cuidado e a construção de si. A respeito disso, vale relacionar com as análises de McCalum e Bustamante (2012), que argumentam que a constituição da pessoa, com gênero, em um bairro popular de Salvador, ocorre a partir “das formas de conectividade e de disjunção que sucedem ao redor (e dentro) da casa” (*idem*, p.223). As autoras contestam perspectivas analíticas desinteressadas em processos de individuação, propondo observar a relação desta questão no idioma do parentesco- que em suas dinâmicas individualizam e também relacionam, segundo as mesmas. Considerando o contexto etnográfico de trabalho das autoras, elas afirmam: “Esta tensão [individuação/relacionamento], inerente à constituição da conectividade, é vivida em termos colocados pelos idiomas de gênero e toma expressão material e simbólica na casa” (*idem*, p.225). Isto é, a análise das autoras “[...] revela a centralidade da relação entre pessoa e casa na criação dos laços de parentesco e afinidade” (*idem*).

As pesquisadoras ressaltam, assim, a importância dos laços de parentesco para a constituição da pessoa. Podemos relacionar este aspecto ao projeto de Maria de constituir sua “própria família” a partir da realização de seu desejo de ser mãe. A maternidade era vista por Maria como uma das etapas do *figurino* que buscava cumprir e “fazer tudo certinho”. A constituição familiar compunha um projeto de vida e participava da construção de Maria como pessoa. Contudo, seu relato sugere que uma reconstrução de si, um renascimento, foi possível com uma reelaboração das dinâmicas de cuidado em seu contexto. Com o filho frequentando a creche, ela pode se sentir “mais livre pra poder voltar a ser a Maria... nunca mais vai ser a Maria de antes, mas eu voltar a ter um pouco de vida fora da maternidade”.

No relato da interlocutora, maternidade e cuidado se relacionam a sua construção como pessoa, sendo estas experiências constituintes e ao mesmo tempo disruptivas, ela narra: “Eu tive que renascer mesmo, eu tive que aprender a ser uma nova pessoa quando ele nasceu[...]” (Maria). Tal como sugerido por McCalum e Bustamante, destaco com o relato de Maria uma relação da construção da pessoa

com o parentesco. Maria compartilhou em seu relato uma experiência de perda de si com uma maternidade intensiva, e um renascimento quando deixou de “ser mãe em tempo integral”.

No relato de Maria, é possível estabelecer algumas articulações e rearticulações da maternidade para a construção de si: antes, um sonho, um projeto que viria a completar etapas projetadas para a vida de Maria, depois, com o nascimento de Mateus, uma experiência disruptiva e que provoca um renascimento e rearranjo dos sonhos, projetos, cotidiano e das crenças sobre si. Maria teve que reconstruir a si mesma, reorganizar seu trabalho e cotidiano, e traçou novos sonhos para si. Em sua narrativa, Maria elabora como central as dinâmicas de cuidado com o filho para a construção de si.

Suzana também me relatou uma espécie de perda de si mesma nas suas experiências de maternidade, ao falar do crescimento dos filhos e as mudanças nas demandas de cuidado:

*E sei lá, eu acho que no fim a gente nunca, nunca, vai ter aquela paz de verdade, sabe? Já estou conformada que ameniza, ameniza, eles amadurecem, eles crescem uma hora. Aquela gritaria de chororô e de você ter que estar o tempo inteiro, assim, de ter que limpar a criança, de ter que dar comida na boca, que isso também estressa. Você vê a criança se sentar ali, se servir sozinho, ir no banheiro e sair do banheiro, sabe? Sem você ter que estar pressionando o que está acontecendo, tomar um banho, escovar os dentes. Huum! Nossa, gente! Que alívio! Eu já não passo por isso mais! Isso já tira um pouco desse peso. Acho que o peso que eu tenho hoje é tipo de terminar de criar o juízo, sabe? Tipo eles ainda são muito imaturos, não é? De observar, mas não é mais esse 100%. **Mas eu sinto falta de mim. Eu sinto saudade de mim, eu sinto muita saudade de mim.** Eu queria me ver estudando. Eu queria me ver crescendo. Eu queria me ver tendo a oportunidade de ter um emprego melhor. Eu tenho capacidade para isso. Eu me conheço, a gente sabe, né? Mas eu não tenho essa oportunidade **ainda**. (Suzana) [Grifos meus]*

Eu passei a não sair mais para nada e eu passei a não ter expectativa de estudo, de crescimento[...]. Eu vi as pessoas falando que ia no shopping. Eu vi as pessoas querendo ir pro cinema, eu via casais falando que ia para um motel. É a coisa mais natural do mundo e eu ali, sendo mãe o tempo todo. [...] E assim caminha a humanidade, não é? (Suzana).

Destaquei no trecho acima Suzana dizer que não tem as oportunidades que quer “ainda”, mostrando sua esperança de ter mais tempo para si com o crescimento de seus filhos mais novos, assim como ocorreu com a filha mais velha se tornando independente. É marcante ver que as demandas da maternidade levaram Suzana a um contexto de sentir falta de si mesma, mesmo vivendo, segundo ela elaborou, momentos de maior alívio atualmente, em que os filhos estão conquistando mais

autonomia. Tornar-se mãe foi um momento que acarretou grandes mudanças para Suzana, que teve sua primeira filha aos 19 anos de idade: “Do nada eu era menina e de repente eu era a mãe. [...]. Só que a maternidade nasce junto com o bebê, não é? Você se torna mãe” (Suzana).

Junto às figuras de menina e da mãe que localiza em seu curso de vida, Suzana também articula “ser mulher”. É uma queixa dela ter anulado “seu lado mulher” no contexto em que vivia com o pai de sua primeira filha, sem ter um relacionamento afetivo com ele, pelo fato de ele exigir que ela não se relacionasse com outras pessoas enquanto eles habitavam a mesma casa. Além desse momento em específico, ela se queixou de não poder passear de mãos dadas com o marido e namorar, sem ser interrompida pelos “berros” dos filhos.

A maternidade é um destino tão característico de um papel de gênero endereçado às mulheres que torna emblemático ver a articulação que Suzana faz de como a maternidade anulou, de certo modo, seu “lado mulher”. A referência de Suzana à possibilidade de construir relações amorosas como seu “lado mulher” indica uma compreensão de que ser mulher é também poder desfrutar da construção dessas relações. Assim, em seu discurso a maternidade é deslocada de um local de validação da identidade de gênero, de mulher, em prol das relações.

Mapeando nos impactos da maternidade para o curso de vida das interlocutoras a questão das relações estabelecidas ou interrompidas, vale ressaltar também um papel descrito por Maria referente à criação de situações de sociabilidade e manutenção de relações. Ela sintetizou que “[...] além de amar e cuidar do seu filho, tem uma série de outras atividades sociais atreladas que as pessoas esperam que você cumpra” (Maria).

Maria me contou sobre as expectativas da família de seu marido por eventos como chá de fralda e festas de aniversário. Maria descreve a si e ao companheiro como pessoas práticas e que gostam muito de festas e que, somado a isso, dadas as condições financeiras de ambos durante a gestação, eles não planejaram eventos, mas sim comprar diretamente os artigos de necessidade para cuidar do bebê. Contudo, ela sentia uma pressão da família para fazer um chá de bebê e posteriormente comemorações dos aniversários de Mateus: “Tem toda aquela pressão na família, não é, porque a gestação ela nunca é só do casal, é da família inteira. Todo mundo quer meter no meio” (Maria).

Ao dizer que a gestação é da família inteira, Maria coaduna com outros aspectos de seu relato que indicam, também, as expectativas em torno da criança, para que ela estabeleça laços e afetos com os familiares. Ela me relatou situações de constrangimento em que os familiares queriam que Mateus os abraçasse e aceitasse colo. Ao que Maria reagiu dizendo que não iria forçar o filho. Ela relatou, inclusive, que já viu casos em que adultos fazem “chantagem” com as crianças envolvendo presentes. Ademais, ela destaca:

Depois que eu fui ver que eu virei mãe, que eu percebi o tanto que tem pressão em cima da gente. A gente sofre pressão para montar um quarto lindo de novela, de bebê para criança. A gente tem pressão para fazer festas de arromba para criança, a família inteira. Então assim, e eu percebo que essas coisas que eu não faço, que eu não vejo porque, eu realmente não vejo necessidade, eu acho que são exageradas, às vezes eu percebo que as pessoas te estranham, entendeu? Tipo eu lembro que uma vez a minha prima falou assim “ah, mas você tem que fazer festa, porque se você não fizer festa, o Mateus não vai ganhar presente. [...] E eu acho isso até desagradável você fazer um evento em que você coloca uma imposição velada, social, de que a outra pessoa tem que dar alguma coisa. Eu acho isso muito desagradável, entendeu? Eu não sei se eu tô certa, mas eu nunca me senti confortável com isso (Maria).

A questão da cobrança de manifestações de afeto e interação das crianças com os adultos tem sido um assunto bastante debatido em redes virtuais de mães e sobre parentalidades que acompanhei durante a pesquisa de campo. A partir da ideia de consentimento, o respeito à individualidade e às vontades das crianças têm sido conclamados como uma urgência. Assim, as pressões sociais e expectativas familiares para determinadas situações sociais, relações e afetos têm sido problematizadas nas redes. Vale ressaltar que no relato de Maria muitos desses anseios e ritos esperados têm relação com o consumo, que é muito explorado e incentivado em relação a maternidades.

Em meio a estas e outras pressões, as interlocutoras têm se articulado de modo a atenuar suas dificuldades e sofrimentos. Nesse sentido, vale ressaltar que a trajetória reprodutiva é um aspecto importante para pensar seus cursos de vida, bem como a organização das práticas de cuidado, conforme apontado anteriormente. Com as demandas de cuidado com os filhos se atenuando, as interlocutoras têm nutrido a esperança de reencontrarem consigo mesmas, ou renascer, como disse Maria.

Diante das experiências de maternidade que me relataram, Maria e Suzana mencionaram em nossas conversas suas decisões e planos atuais sobre reprodução e o curso de suas vidas. Suzana me disse:

[...] Eu falo para você, eu hoje eu sou casada com um cara que é estéril, não é? Eu não corro esse risco. Mas olha, até ele me fazer o documento, exame, mostrar o que ele falava, eu não acreditava, eu tomava anti concepcional. Uhm, eu não tenho psicológico para ser mãe hoje, de ter um bebê em casa, de ter uma criança com menos de 9 anos, de 9 anos já está me deixando maluca. Eu não tenho psicológico para ter outra criança em casa mais, sabe? É muito difícil. Eu sou muito calma para todo esse turbilhão aí (Suzana).

Já Maria, vive um momento de dúvida. Ela sempre planejou ter dois filhos- vale lembrar, sobre seu planejamento reprodutivo, que o nome de Mateus já havia sido escolhido quando ela era adolescente e sonhava com a maternidade:

Não gostei de ser filha única. Então, meu, meu plano inicial antes de ter o Mateus era ter 2 filhos, só que eu vou ser bem sincera. Eu estou muito receosa em entrar nessa aventura novamente agora que eu consegui, tipo, sabe quando você compra um sapato super desconfortável que você sofre muito até que ele fique confortável em você e você consiga usar numa boa? Eu estou nessa fase, o sapato já está confortável, eu estou com muito, muito medo de pegar um sapato novo e passar tudo aquilo de novo, você entendeu? (Maria).

Para ela, a maternidade que tem experienciado contrasta com planos e ideais anteriores. Maria me disse ter romantizado a maternidade e ter se dado conta da dificuldade apenas quando “estava no olho do furacão”. Falar sobre essas escolhas tem sido importante para ela e as demais interlocutoras do trabalho, em seus processos de sentir e refletir sobre suas maternidades e suas trajetórias. A despeito de terem ou não mais filhos, ter a questão reprodutiva como um assunto que pode e deve ser debatido a partir de suas *maternidades reais* e plurais é algo que tem sido ativamente reivindicado por elas ao compartilharem suas experiências online.

A questão reprodutiva é um assunto fundamental para pensar as trajetórias das interlocutoras, tendo em vista que o curso de vida foi um elemento importante nos discursos emocionais expressos por elas sobre suas maternidades. Isto é, a maternidade marca de modo profundo suas trajetórias, sonhos e possibilidades. A sobrecarga de trabalho de cuidado e responsabilidades na criação dos filhos levou a mudanças de projetos, interrupções de sonhos e a um *turbilhão de emoções*, especialmente pelo cuidado concentrado na figura materna e não partilhado. Assim, a maternidade não é uma escolha banal, por exemplo sobre que peça de roupa

vestir no dia, mas sim um *figurino* que pode ser muito pesado, desafiante e até adoecedor. Suzana sentir *saudade de si mesma* e ter esperança de se reencontrar com o crescimento dos filhos expressa como pensar o curso de vida, em termos das idades dos filhos e fases distintas nas maternidades das interlocutoras, também se liga com a discussão sobre cuidado. Essa é uma pauta que as interlocutoras da pesquisa, conforme discutido nesta dissertação, abordam centralmente, ao problematizarem suas experiências de maternidade e, assim, proporem nos debates virtuais formas de maternar que não custe às mães suas próprias possibilidades existenciais. Assim, propõem maternidades nas quais o custo pessoal não seja tão alto, a ponto de anular as próprias existências em prol dos filhos e do conforto para quem não assume ativamente o compartilhamento desta responsabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar narrativas críticas sobre maternidades permitiu, nesta dissertação, uma compreensão de que parte relevante das dificuldades nas maternidades das interlocutoras se liga às práticas de cuidado, que quando concentradas em uma figura única produzem uma sobrecarga muito impactante para quem as exerce. A interlocução estabelecida com as participantes da pesquisa, marcada pela excepcionalidade pandêmica, me possibilitou observar em contextos distintos de maternidades aspectos similares nas experiências de dificuldades, em especial no tom das narrativas produzidas elas em espaços virtuais. Tratando dos contextos pessoais, as interlocutoras não falavam apenas de si mesmas, mas evocavam ideários e questões sociais, como papéis de gênero, relações de parentesco, e a organização social de práticas de cuidado.

Este trabalho se soma a uma vasta gama de pesquisas que ressaltam a importância social do cuidado. Focando no cuidado desempenhado por mães, em contextos que o centralizam em figuras maternas, proponho que a relação entre mães e filhos é fundante na organização da vida social. Observando os casos das interlocutoras, o cuidado é desempenhado por vezes de forma extenuante, limitando as possibilidades existenciais e demarcando experiências desagradáveis e até adoecedoras para elas. Assim, pensar sobre maternidades envolve tratar de uma conjunção entre papéis de gênero e da organização de relações de parentesco, que se cristalizam, em especial, na forma como o cuidado é organizado.

Diante disso, destaco as potencialidades dos discursos de contestação de ideários e normatividades sobre maternidades. Assim como Badinter (1985) ponderou que havia um valor social e até mercantil na propagação de um ideário sobre amor materno instintivo na sociedade francesa, observo que os ideários problematizados pelas interlocutoras servem também a um propósito de manutenção e reprodução da ordem estabelecida. Desse modo, denunciar que a maternidade é, ainda, muito *romantizada* e explorar a conexão dessa *romantização* com a produção de maternidades intensivas (CARNEIRO, 2021) é um movimento que possibilita propor formas alternativas de maternar.

As interlocutoras têm construído, através da internet, espaços para contestar esses ideários e falar sobre as suas dificuldades e sofrimentos, o que caracterizo como um movimento discursivo que é disruptivo da ordem estabelecida. A sensação

de estar cometendo um crime ao falar dos sentimentos negativos com a maternidade (narrada por Maria), ou “quase apanhar” por falar que não gosta ser mãe, ou desabafar sobre o arrependimento de ter um filho ou das dificuldades cotidianas indicam que o espaço virtual criado por elas é muito relevante em suas maternidades, além de reforçar, novamente, como a maternidade ainda é uma relação muito *romantizada*.

Diante dos sofrimentos narrados pelas interlocutoras com essa *romantização*, proponho que a partilha do cuidado e a possibilidade de explorar abertamente as ambivalências da maternidade é parte importante também para a efetivação de direitos, no que tange aos direitos sexuais e reprodutivos. Corrêa e Petchesky (1996, p.149), definem estes direitos a partir das noções de poder e recursos: “poder de tomar decisões com base em informações seguras sobre a própria fecundidade, gravidez, educação dos filhos, saúde ginecológica e educação sexual; e recursos para levar a cabo tais decisões de forma segura”. Ademais, as pesquisadoras afirmam a importância de romper com uma concepção individualista, e compreendê-los como direitos sociais e que envolvem questões coletivas, até mesmo quando se trata de escolhas ou autonomia, pois as decisões individuais ocorrem em um meio social e na observância deste.

Se observamos, por exemplo, Maria, que introjetou em seus sonhos um *figurino* que deveria cumprir envolvendo a maternidade e se viu devastada porque não sentiu um *calorzinho no peito* pelo filho, seu poder de escolha foi marcado por visões hegemônicas sobre matinar. Maria disse não saber o quão difícil era a maternidade até estar *no olho do furacão sem retorno*, e reclamou do fato de que as próprias mulheres, em seu meio, que já viveram isso não falarem sobre o assunto. O que proponho ao retomar estes aspectos abordados por Maria não é uma correlação entre a circulação de normatividades sobre maternidade e um apagamento da agência das interlocutoras, mas sim ponderar que o movimento de explicitar narrativas que em geral são invisibilizadas sobre maternidades pode contribuir para escolhas, decisões e experiências mais informadas e assertivas sobre reprodução. Do mesmo modo, o conteúdo do discurso das interlocutoras propicia um movimento de reivindicação de uma organização social da maternidade alternativa às perspectivas hegemônicas. Nesse sentido, os sentimentos apresentados por elas ao tratarem de suas experiências denunciam a urgência de uma partilha social do cuidado e de formas de matinar que não sejam opressivas e adoecedoras.

Quem sabe assim, com mudanças sociais e maternidades *mais leves* e que rompam com *figurinos*, Maria poderia descansar durante um fim de semana em um hotel fazenda sem o filho, sem sentir culpa. Carol não enfrentaria tantas dificuldades para conciliar a vontade de trabalhar, o sonho de estudar e o cuidado com sua bebê. Lívia poderia compartilhar as responsabilidades no cuidado do filho e não ter só seu nome na certidão dele. Jéssica poderia ter acesso aos momentos de lazer que deseja e Suzana não precisaria planejar esperar todos os filhos crescerem para ser psicóloga e passear de mãos dadas com o marido tranquilamente. Quem sabe assim, ela não sentisse tanta saudade de si mesma.

BIBLIOGRAFIA

ABELLA, L. **Redes sociais e empoderamento cidadão**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine. "Introduction: Emotion, discourse and the politics of everyday life", em C. Lutz e L. Abu-Lughod (orgs.), **Language and the Politics of Emotion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 1-23].

ACHILEI, Mayara. **Escola, democracia e equidade de gênero**: a ocupação de cargos de chefia e gestão por mulheres no IFMG. Dissertação (mestrado em Educação Profissional e Tecnológica)- Instituto Federal de Minas Gerais. Ouro Branco, p.124, 2022.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Infância e da Criança**. São Paulo: LTCr, 1981.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito**: a mulher e a mãe. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BISPO, Raphael., & COELHO, Maria Cláudia (2019). Emoções, Gênero e Sexualidade: apontamentos sobre conceitos e temáticas no campo da Antropologia das Emoções. **Cadernos De Campo**. Universidade de São Paulo, 28(2), 186-197. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/165042> Acesso em: jan. 2021

BOURDIEU, Pierre. "O espírito de família" *In*: **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2008.

BRAGA, Adriana. Maternidades digitais: identidade, classe e gênero nas redes sociais. *In*: OLIVEIRA-CRUZ, M. F.; COLLIER DE MENDONÇA, M. (org.). **Maternidade nas mídias** [recurso eletrônico]. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2021. Disponível em: <https://www.ufsm.br/editoras/facos/maternidade-nas-midias-2/> Acesso em dez./2022.

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cad. Pagu**, Campinas , n. 29, p. 91-109, Dez. 2007 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em jan./2021.

CARAJÁ, Adriana F. **Diário cartográfico das mães que perdem suas filhas e filhos pelas mãos do Estado**: paisagens que se repetem. Dissertação (Mestrado em Promoção da Saúde e Prevenção da violência). Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 281 p, 2019.

CARNEIRO, Rosamaria. Cansaço e violência social: sobre o atual cotidiano materno. **Cadernos Pagu** [online]. 2021, n. 63 , e216313. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449202100630013>>. Acesso em jan./2022.

CARNEIRO, Rosamaria. Dilemas de uma maternidade consciente: a quantas anda a conversa dos feminismos com tudo isso? **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 05, p. 181-198, 2019.

CARNEIRO, Rosamaria. Outra 'figura-relação' de maternidade, parto e feminismo. *In: Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder*, Florianópolis, 2008. Anais Eletrônicos. Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST58/Rosamaria_Giatti_Carneiro_58.pdf> Acesso em 15 de agosto de 2021.

CARSTEN, Janet. A matéria do Parentesco. **R@U: Revista de Antropologia da UFSCAR**, 06 (2), jul/dez de 2014. Disponível em: <<https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/125>> Acesso em dez./2022.

CARSTEN, J. House-lives as ethnography/ biography. **Social Anthropology**, v.26, nº1, fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1469-8676.12485>> Acesso em dez./2022.

CARSTEN, J. **Cultures of relatedness**. New Approaches to the study of kinship. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2000.

CARVALHO, Bianca. Afeto e luta: a mobilização de mães e pais na construção de direitos das pessoas com autismo. *In: 32ª Reunião Brasileira de Antropologia*, 2020. **Anais da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. As mulheres negras e a maternidade. *In: Pensamento feminista negro: conhe-cimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORREA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1-2, p.147-177, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-7331199600010008&lng=en&nrm=iso> Acesso em out./2020.

CRENSHAW, Kimberlé. 2002. "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero". **Estudos feministas**, v.10, nº1, pp.171-188. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v10n01/v10n01a11.pdf>> Acesso em dez./2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DÍAZ BENÍTEZ, María Elvira. Muros e pontes no horizonte da prática feminista: uma reflexão. *In: Heloisa Buarque de Hollanda. (Org.). Pensamento feminista hoje. Perspectivas de-coloniais*. 3ed.Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DUARTE, Luiz F. D. Horizontes do Indivíduo e da Ética no Crepúsculo da Família. *In*: Ribeiro, Y. e Ribeiro, A.C. (orgs.). **Família e Sociedade Brasileira**: Desafios nos Processos Contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1995

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu**, n. 44, p. 199-228, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8637329>. Acesso em dez./2022.

FERREIRA, Flávio Rodrigo Freire. **Adoção em movimento**: grupos de apoio, famílias adotivas e campo (l)legal. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - IFCH/Unicamp, São Paulo, 2015.

FERNANDES, Camila. **Figuras de causação**: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado. Tese (doutorado em Antropologia)- Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 234. 2017.

FINAMORI, Sabrina; FERREIRA, Flávio Rodrigo F. Gênero, cuidado e famílias: tramas e interseções. **Mediações**-Revista de Ciências Sociais, v. 23, n. 3, p. 11-42, 2018. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/download/35651/32259> Acesso em dez./2022.

FINAMORI, Sabrina. **Os sentidos da paternidade**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

FINAMORI, Sabrina. **Os sentidos da paternidade**. Tese (doutorado Ciências Sociais)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p.330. 2012.

FINAMORI, Sabrina; ROCHA, Thaís; ACHILEI, Mayara. Ativismo materno e “maternidade solo”. *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2021, ISSN 2179-510X. Disponível em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1612014177_A_RQUIVO_9329c3f513695fb16db26310e5567497.pdf Acesso em dez./2022.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**. Porto Alegre, UFRGS, 2000.

FONSECA, Claudia. Mãe é uma só?: Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. **Psicologia usP**, v. 13, p. 49-68, 2002.

FONSECA, Cláudia. De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a transpolinização entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia. **Ilha**: Revista de Antropologia, Florianopolis, UFSC, v. 5, n. 2, p. 5-32, 2003.

FONSECA, Claudia. 2014. **Parentesco, tecnologia e lei na era do DNA**. Rio de Janeiro: EdUERJ. 192 pp.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GUIMARAES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko; SUGITA, Kurumi. Cuidado e cuidadoras: o trabalho do care no Brasil, França e Japão. **Sociol. Antropol.** Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 151-180, Junho 2011.

HAN, Byung-Chull. **A sociedade do cansaço**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Cuidado e Cuidadoras**: as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, Dez. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/cZztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?lang=pt>> Acesso em set./2020.

HOCHSCHILD, Arlie Russel. "Trabalho Emocional, regras de sentimento e estrutura social". In: COELHO, Maria Cláudia (org). **Estudos Sobre Interação**: textos escolhidos. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

MCCALLUM, Cecilia; BUSTAMANTE, Vania. Parentesco, gênero e individuação no cotidiano da casa em um bairro popular de Salvador da Bahia. **Etnográfica**. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, v. 16, n. 2), p. 221-246, 2012.

MEDRADO, Andrea; MULLER, Ana P. Ativismo digital materno e feminismo interseccional: Uma análise da plataforma de mídia. **Braz. journal. res.**, Brasília- DF, v.14, n.1, p.184-211, abril/ 2018. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/1055/pdf_1> Acesso em dez./2022.

MENDONÇA, Maria C. Maternidade e maternagem: os assuntos pendentes do feminismo. **Revista Ártemis** - Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades, [S. l.], v. 31, n. 1, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/54296>>. Acesso em 21 de agosto 2021.

NATANSOHN, L. Graciela (Org.). **Internet em código feminino**. Teorias e práticas. Buenos Aires: La Crujía, 2013.

OLIVEIRA-CRUZ, Milena. *et al.* A maternidade “real” no Instagram: uma reflexão sobre as temáticas predominantemente compartilhadas por mães influenciadoras. In: OLIVEIRA-CRUZ, Milena; MENDONÇA, Maria C (orgs.). **Maternidade nas mídias**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2021.

O’REILLEY, Andrea (ed). **Twenty-first-Century Motherhood**. Experience, Identity, Policy, Agency. New York: Columbia University Press, 2010. Kindle Edition, Location: 2010-09-22T22:58:59

PISCITELLI, Adriana. Nas fronteiras do natural: gênero e parentesco. **Estudos feministas**, p. 305-321, 1998.

PULHEZ, Mariana Marques. **Mamíferas**: práticas da maternidade ativa. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p.221. 2015.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Cláudia. **Antropologia das Emoções**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

RICH, Adrienne. **Of woman born**. Motherhood as experience and institution. Norton & Company: Nova Iorque, 1986.

ROSALDO, Michele Zimbalist. Em direção a uma antropologia do self e do sentimento. **RBSE**: Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 18, n. 54, pp. 31-49, dezembro de 2019. Disponível em <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/RosaldoArt_RBSEv18n54dez2019.pdf> Acesso em fev. de 2021.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 137-150, 2001.

SOUZA, Érica Renata de. **Necessidade de filhos**: maternidade, família e (homo)sexualidade. Tese (doutorado) - Instituto de Biologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p.242. 2004. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000327818>>. Acesso em fev./2021.

TROTA, Clara C. #MaternidadeReal: conteúdo impróprio. 30ª RBA., 2016, João Pessoa. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://evento.abant.org.br/rba/30rba/files/1466476819_ARQUIVO_#MaternidadeReal-conteudoimproprio.pdf> Acesso em maio de 2019.

SCHNEIDER, David Murray. **Parentesco americano**: uma exposição cultural. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

WEBER, Florence. Lares de cuidado e linhas de sucessão: algumas indicações etnográficas na França hoje. **Mana**: Estudos de antropologia social, v. 12, n 2, p.

479-502, out 2006. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/mana/v12n2/a09v12n2.pdf>> Acesso em agosto/2021.

ZAFRA, Remédios. **Un cuarto propio conectado**: (ciber) espacio y (auto) gestión del yo. Madrid: Fórcola Ediciones, 2010.